

Volume 2 :

André da Silva Bueno

Volume 2 :

ISBN 978-85-7648-829-3



O Extremo Oriente na Antiguidade :

O Extremo Oriente na Antiguidade



cederj



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Ministério da Educação





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

○ Extremo Oriente na Antiguidade

Volume 2

André da Silva Bueno



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

André da Silva Bueno

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Fábio Peres

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Ana Lígia Leite e Aguiar

Paulo César Alves

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi



Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoi

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Thelenayce Teixeira Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alessandra Nogueira

ILUSTRAÇÃO

Bianca Giacomelli

CAPA

Bianca Giacomelli

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2012, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

B928

Bueno, André da Silva

O extremo oriente na antiguidade. v. 2. / André da Silva Bueno – Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2012.

158 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-829-3

1. História chinesa. 2. História asiática 3. História oriental. 4. Orientalismo. I. Título.

CDD 950

2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2. Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 7 – Aspectos da mentalidade e do cotidiano na China antiga _____	7
André da Silva Bueno	
Aula 8 – Ciência e religião na China antiga _____	33
André da Silva Bueno	
Aula 9 – Introdução à civilização indiana – a construção da história na Índia antiga, a pré-história indiana e as primeiras civilizações _____	59
André da Silva Bueno	
Aula 10 – Os mahajanapadas e o sanatana dharma _____	83
André da Silva Bueno	
Aula 11 – A dinastia Maurya _____	105
André da Silva Bueno	
Aula 12 – A Rota da Seda _____	129
André da Silva Bueno	
Referências _____	153

Aula 7

Aspectos da mentalidade e do cotidiano na China antiga

André da Silva Bueno

Meta da aula

Introduzir os aspectos gerais da cultura e da sociedade chinesa no período da Antiguidade, desde suas origens até o período Han. Nesta aula, privilegiaremos, panoramicamente, elementos da vida cotidiana, dos ritos e a questão da guerra.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar elementos básicos da cultura chinesa na Antiguidade: a questão do ritual, do cotidiano e da guerra;
2. reconhecer um quadro geral da civilização chinesa neste período, suas transformações e adaptações culturais.

INTRODUÇÃO

Até aqui, conhecemos as dinastias chinesas, suas grandes realizações e a construção de uma cultura que superou todos os desafios que até agora se impuseram à sua continuidade. E o que sabemos, pois, do cotidiano de seu povo? Às vezes, vemos fotos da China, com seus arrozais gigantescos, e nem sequer imaginamos que algumas daquelas lavouras são feitas nos mesmos lugares há mais de dois mil anos! Por outro lado, é essa mesma China de tradições antiquíssimas que se tornou uma civilização poderosa, capaz de criar inúmeras invenções magníficas e de adaptar-se ao longo do tempo. Do camponês mais humilde ao sábio da corte, todos sabiam alguma coisa sobre Confúcio e Laozi. A escrita chinesa, por mais complexa que fosse, era conhecida de um lado ao outro do país e muitos a dominavam. A China do passado é a mesma do “país China” de agora e muitos desses aspectos culturais, construídos na Antiguidade, merecem uma boa olhada. Vamos olhar, de forma mais abrangente, para os elementos que compõem esse imaginário, depois de algumas aulas em que tanto discutimos sobre impérios, dinastias e formatos ideológicos.

O ritual

A China antiga, de constituição social e política imóvel e prolongada, é antes de tudo uma construção histórica recente. Esta civilização possuiu na Antiguidade um dinamismo todo próprio, sobre o qual observamos o desenvolvimento e a evolução de práticas culturais e econômicas derivadas, por um lado, dos tempos mais antigos de sua pré-história e, por outro, da interação com povos estrangeiros, em geral de ascendência étnica chinesa, mas que moravam fora das fronteiras dinásticas, sendo absorvidos aos poucos. O mundo chinês era essencialmente agrícola e artesanal, e esse modo de vida, que tanto combateu para dominar e harmonizar-se com o meio ambiente, contrapunha-se, culturalmente, ao sistema

de vida nômade dos bárbaros do Norte, em que a prática intensiva da pecuária e a ausência de um espaço definido de habitação criou a dicotomia "sedentário = civilizado" X "bárbaro = nômade".

Ser chinês, portanto, equivalia a dominar a terra em que se vivia. A cultura chinesa assentou-se na ideia de que as cidades eram um símbolo de civilidade, e o campo plantado, sua extensão natural. Assim sendo, um grupo que morasse em lugar definido e que tivesse cidades, leis e costumes estabelecidos, poderia ser considerado "civilizado"; se sua língua e costumes fossem chineses, então, mesmo que morassem fora das fronteiras de uma dinastia, ele poderia ser considerado igualmente chinês. Era o que acontecia com comunidades chinesas, estabelecidas ao longo da rota da seda ou na Cochinchina (atual região do Vietnã, Laos, Camboja e Tailândia).

Para preservar a transmissão dos conhecimentos, construídos ao longo dos séculos, os chineses desenvolveram uma ritualização (ou *Li*, veja a figura a seguir) das técnicas e ideias, característica fundamental desta civilização. A concepção baseava-se num princípio simples: criando-se formas-padrão de execução de uma técnica ou saber, este poderia perpetuar-se por mais tempo, ou ser aprimorado pela observação. Assim, o modo de plantio do arroz, por exemplo, ritualizava-se por meio de canções, festas e danças, que não apenas comemoravam as épocas de plantio ou colheita, como também ensinavam a realizar este plantio. Da mesma maneira, quando Confúcio recolheu os poemas que formariam o *Shijing*, um de seus objetivos era registrar a vida cotidiana nessas canções e poemas, o que lhe permitira compreender os sentimentos do povo. Mas na época de Confúcio, muitos desses rituais já haviam perdido seu sentido original, embora continuassem a ser defendidos como modelos ideais de conexão com a natureza e de moral social:

Yen Hui fez perguntas sobre a Bondade (ren). O mestre disse: "Aquele que se pode submeter ao ritual (li) é Bom. Porque a Bondade é algo que deve ter a sua fonte no próprio governante; não pode ser obtido de outros." Yen Hui disse: "Peço para saber mais pormenorizadamente disso (a submissão ao ritual)". O

mestre respondeu: "Não olhar para nada que desobedeça ao ritual, não escutar nada que desobedeça ao ritual, não falar em nada que desobedeça ao ritual, nunca mexer mão nem pé em desobediência ao ritual" (CONFÚCIO, 1996).



Figura 7.1: A palavra *li*, em sua grafia antiga. Esse ideograma representa a junção de três sinais: o vaso de bronze, “obter” e “conhecimento”. *Li* significaria, portanto, algo como “obter conhecimento (ou revelações) por meio de oferendas (ou sacrifícios)”. Como vaso de bronze era considerado o ápice das técnicas antigas de fundição, o significado do ideograma aponta para uma devoção ao saber, tanto no sentido intelectual, quanto no sentido espiritual. Por causa disso, a tendência a traduzir *li* como ritual (no sentido religioso) foi muito grande entre os primeiros tradutores ocidentais do chinês; contudo, *li* pode ser compreendido também como “cultura”, se entendermos que ela pode significar uma devoção aos saberes antigos.

Confúcio sabia da importância dos ritos para os chineses e por isso defendia sua importância entusiasticamente. Ele compreendera que o ritualismo era uma tendência entre os chineses e não apenas um fenômeno religioso ou intelectual; do mais alto governante até o povo, a sociedade como um todo se governava e estruturava-se em torno de seus ritos e costumes, criando assim os padrões para sua estabilidade e continuidade. Por conta disso, uma das principais obras por ele resgatadas foi o *Liji* (*Livro dos ritos*), no qual se descreve aspectos diversos da vida chinesa, desde a arte de governar até as regras de vestuário e etiqueta.



Figura 7.2: Terraços de plantação de arroz. Alguns desses terraços foram construídos há milênios, sendo cuidados por gerações inteiras das mesmas famílias. Note-se uma parte já seca, pronta para colheita, e outra inundada, revezando o plantio dos campos e diversificando o aproveitamento do espaço.
Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:LongjiTerraces.jpg>

O sinólogo Marcel Granet, em seu livro *A civilização chinesa* (escrito originalmente em 1927 e publicado no Brasil somente em 1979) faz uma descrição sucinta, porém rica, da questão ritualística na vida camponesa:

A vida das aldeias está submetida ao ritmo das estações. No outono e na primavera, realizam-se as assembleias populares, reunindo homens e mulheres que se entregam conjuntamente a brincadeiras e orgias: concursos para fílar dos ninhos os ovos das aves migradoras, lutas, perseguições, danças e cantos, colheita de plantas silvestres, batalhas de flores, justas em que se defrontam moças e moços numa dança ritmada por meio de canções improvisadas etc.; comedeiras e bebedeiras encerram tais jogos, enquanto se concluem trocas e vendas, à semelhança da própria feira. Quando o ano agrícola termina, efetuando-se então a volta à aldeia, os homens festejam entre si o fim da colheita; a celebração é feita com torneios de prendas. A estação morta vai começar; é ela inaugurada pela

cerimônia do “Grande No”, que anuncia a hibernação dos homens e dos animais; disto participam apenas os homens; há danças com disfarces animais, ao som de um timbale de argila, os exorcistas exibem seus talentos, come-se e bebe-se, fazem-se apostas, adormece-se, enfim, na embriaguez, depois de amplas despesas, cabendo aos anciãos a presidência da agitação geral. A festa de “Paqa” fecha o período ativo que precede imediatamente o inverno; é celebrada pelos velhos da aldeia que, em vestes de luto e com o bastão na mão, convidam os homens a dar início ao retiro, a fim de preparar a renovação de outro ano (BUENO, 2011).



Figura 7.3: Reprodução em bronze de uma casa camponesa, datada da época Han. Ainda hoje, muitos chineses moram, no interior do país, em casas exatamente iguais a essas, mostrando a continuidade de alguns elementos dessa cultura.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Brozen_house.jpg

Tudo, pois, estava organizado num infundável ciclo ritual, recorrente e perfeito, na visão dos chineses antigos. No entanto, o advento das modernizações tecnológicas e a interação com o restante do mundo não alteraram substancialmente a questão da ritualização, ao contrário: elas a fortaleceram, como um elemento

substancial do que seria o “ser chinês”. Leon Vandermeersch, outro importante sinólogo da atualidade, escreveu em 2005, ao observar a sociedade chinesa moderna, que:

Onde quer que esteja implantado, o homem chinês nunca está a descansar porque, para ele, cada parcela de terra, cada hora do dia é preciosa. No campo ou na cidade, numa região fértil ou numa zona desértica, ativa-se para semear, plantar, colher, extrair e construir. Cada dia, apesar de enormes riscos, milhões de homens agarrados aos flancos das montanhas, enfiados nas profundezas da terra ou pendurados em frágeis andaimes, desempenham a sua tarefa com uma extraordinária coragem, traduzindo a incrível e perseverante energia de um povo imenso e sem igual. Há alguns anos, um Ocidental fazia a um amigo chinês a seguinte pergunta: «o que é a verdade?» Depois de um tempo de reflexão, surgiu uma resposta: «É aquilo que tem sucesso.» O «sucesso», esta definição da verdade, tão inesperada para um espírito cartesiano, mas tão de acordo com o realismo do espírito chinês parece ser, no dealbar do ano 2000, o grande critério que guia a China na sua marcha para frente. [...] Para assegurar a conformidade do bom comportamento social de cada um com esta natureza das coisas, foram elaboradas formas através das quais se pode modelar o comportamento: os rituais. Seguir os rituais e estar seguro de não se afastar do caminho da razão. Ritual e racional identificam-se no pensamento chinês clássico, como simetricamente se identifica como irracional o que é contrário aos rituais. Donde vêm estes rituais? Originalmente, eram as formas das cerimônias do culto, cujos detalhes foram pouco a pouco acertados à luz dos resultados de numerosas divindades, durante séculos. Mas o confucionismo extrapolou o princípio do formalismo das cerimônias do culto para o aplicar ao regulamento dos comportamentos sociais. O ritualismo é assim a arte de explorar o ritual para fins já não religiosos, mas sociais. Opõe-se às instituições jurídicas desenvolvidas pela cultura ocidental, pelo fato de aplicar

ao funcionamento da sociedade rituais, em vez da norma do direito. A China imperial conhecia decerto a lei penal, de que o confucionismo tinha horror, mas tinha de admiti-la como a pior das hipóteses, quando a recusa de se submeter aos rituais não deixava outra saída senão a repressão. Em contrapartida, o sistema institucional ignorou qualquer direito civil digno desse nome. E porque, no direito, são os parceiros sociais que constroem eles próprios, entre eles, as relações de direito e de obrigação que as instituições jurídicas autorizam. Ora, na ordem social familiarista, só existem como vimos, direitos prescritos a priori pela lei do Céu e que as instituições especificam nos mais pequenos detalhes. A partir daí, só resta induzir os parceiros sociais a adequarem entre eles, espontaneamente, tudo o que está prescrito. Foi com esta finalidade que foram cuidadosamente elaborados rituais que definem minuciosamente, gesto por gesto, o cerimonial a observar em toda uma série de manifestações paradigmáticas das relações sociais susceptíveis de intervir nas mais variadas circunstâncias da vida: rituais de admissão do recém-nascido na família, de imposição do boné viril ao adolescente ou do alfinete de cabeça a adolescente, de casamento, de enterro, de sacrifício aos antepassados, de banquete, de reunião, de visita a um superior, de recepção de um subordinado e muitos outros (VANDERMEERSCH, 2005).

A vida cotidiana

Houve uma preocupação muito forte, desde os inícios registrados dessa civilização, com a questão da sobrevivência e da reprodução dos modelos efetivos de produção. Isso ocorria em virtude da grande população chinesa, que subsistia através da produção agrícola e da criação de animais, além da caça e da pesca. Assim sendo, ritualizar modos de produção que fossem eficazes – como vimos antes no caso dos camponeses, cujo calendário produtivo era marcado por festas – tornara-se uma questão fundamental.



Ulrich Theobald

Figura 7.4: Aqui, vemos três cenas do cotidiano chinês na Antiguidade. Na primeira, enquanto camponeses caçam patos, na parte inferior os agricultores trabalham o campo. Na segunda, a preparação da comida, e na terceira, uma simples ida ao mercado. Essas figuras são da época Han e foram talhadas em pedra para que sua reprodução fosse facilmente feita pelo uso de um sistema similar ao do carimbo atual.

Fonte: <http://www.chinaknowledge.de/Art/Bricks/bricks.html>

As primeiras culturas rurais foram as de arroz e painço (conhecido também como milho miúdo ou canjiquinha), embora outros cereais fossem produzidos. Porcos eram também criados, além de galinhas, mas os chineses comiam basicamente qualquer espécie de carne. Os períodos de escassez eram constantes e o terreno exigia um preparo cuidadoso, que envolvia por vezes irrigação e adubagem cíclicas. Por estes motivos, os soberanos desde cedo foram obrigados a elaborar calendários agrícolas como uma de suas funções sagradas. Um ano de desgraça ou de fome significava a perda de bênçãos por parte do Céu, levando à ruína sua credibilidade. Obviamente, as classes mais altas da sociedade tinham recursos para consumir os mais variados produtos e, se quisessem, até importá-los; mas a maior parte da sociedade vivia mesmo do campo ou de trabalhos secundários e artesanais, presentes na cidade e, por conseguinte, sua vida era um tanto quanto difícil neste aspecto.



Comendo à chinesa!



Figura 7.5: O famoso lamian ou macarrão chinês.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Instant_lamian_\(cup_noodle\).jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Instant_lamian_(cup_noodle).jpg)

Na lógica da civilização chinesa, a alimentação definiu-se em muito pela necessidade, mais do que pelos gostos. Os chineses antigos gostavam de criar galinhas, porcos e cães para comer, porque esses ocupavam pouco espaço e alimentavam-se com todo o tipo de restos. Já o búfalo, era utilizado somente como força motriz, pois criar esse animal para consumo era contraproducente: afinal, ele ocupava uma área substancial de pastagem, que não podia ser perdida pelos camponeses. Apenas quando morria, sua carne era aproveitada. No entanto, os chineses aprenderam ao longo dos séculos a comer de tudo, o que inclui os tradicionais espetos de escorpião que os documentaristas adoram mostrar em seus programas de TV. Quanto ao arroz, embora fosse uma cultura difícil e que exigia grandes quantidades de água, dependendo da variante plantada, ela poderia render até três colheitas por

ano, nas regiões mais quentes. Além disso, nas áreas alagadas eram criados peixes, que eram recolhidos, quando a terra começava a secar. Dominados os grãos, os chineses começaram desde cedo – e há vestígios pré-históricos disso – a empregá-los na confecção de massas variadas, dando origem ao macarrão chinês (mas a história de que Marco Polo trouxe para os italianos o macarrão é uma lenda, que não se assenta em nenhum documento).

Os chineses desenvolveram também uma aversão natural ao leite e aos laticínios, pois se considerava que o seu consumo dava-se somente na infância, durante a fase da amamentação pela mãe. Nenhum outro animal bebia leite depois de crescido e o hábito dos nômades de beber leite era considerado mais uma evidência de sua barbaridade e dependência da natureza. Por fim, os chineses desde cedo aprenderam a esquentar a água para utilizar em chás, na fermentação e destilação de bebidas. Perceberam que esse hábito evitava muitas doenças transmitidas pela água, embora não soubessem explicar por qual razão isso acontecia. Na lógica yin-yang, como o fogo tinha um papel purificador – ele eliminava as doenças nas carnes e comidas – provavelmente o mesmo foi aplicado ao caso da água, por um raciocínio analógico. Quanto a comer com palitos, novamente, uma adaptação: depois de comer com espetos para evitar queimar os dedos, notaram, também, que essa prática evitava o contágio pelas mãos sujas e estenderam-na na forma dos palitinhos para todos os outros alimentos.



Kent Wang

Figura 7.6: Botijas de vinho chinês. São vários os tipos de vinhos, feitos de arroz, uva, frutas diversas e em alguns casos, outros tipos de cereais além do arroz.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chinesericewine.jpg>

Economicamente, as relações produtivas estavam próximas de uma fusão entre o sistema feudal (*fengjian*) e um modo de produção comunitário. As vilas camponesas tinham uma certa liberdade de agir e definir suas prioridades, tendo, contudo, de enviar parte de sua colheita como imposto. No tempo dos Zhou, esse imposto era devido aos senhores; depois de Qin, ao governo. No entanto, no aspecto social, havia uma mobilidade social bem maior, levando em conta que os fatores nobiliárquicos ou religiosos não impediam a ascensão social e econômica de um camponês, por exemplo. Isso dependia, basicamente, de suas posses e da educação que pudesse obter. Dominando ambos, um camponês rico poderia ser promovido, ganhando um título, e faria

parte do grupo dos nobres que se divertiam com jogos, músicas e caçadas de grande porte; ou poderia investir na carreira de intelectual e funcionário público, que se tornou, após o período Qin, uma das grandes possibilidades de crescimento pessoal dentro da sociedade. De fato, desde os tempos antigos, os chineses tenderam a dividir sua sociedade em quatro grandes classes, que seriam hierarquicamente:

- a dos letrados (na qual se inseriam os nobres, pela suposição de que deveriam naturalmente estudar), responsáveis por organizar a vida social e cultural da civilização, e manter tudo em ordem, através da educação;
- a dos camponeses, considerados o pilar econômico da vida e da sociedade;
- a dos artesãos, cuja técnica vivia em função de auxiliar camponeses e letrados, mas que não produziam nada a partir da terra, eram dependentes dos outros e, por isso, menos valorizados;
- por fim, a classe dos comerciantes, detestada por nada produzir e viver de cobrar a troca dos produtos gerados pelas três outras classes.

Esta vida cotidiana estava vinculada à imagem do imperador, homem sagrado que desde os tempos mais antigos (segundo Confúcio) havia recebido um mandato do céu para harmonizar a vida social e por colocar a civilização chinesa no andamento do ciclo cósmico. As atribuições de seu poder variavam e, embora ele fosse tido como sagrado, por vezes, alguns imperadores foram derrubados por nobres que julgavam que ele havia perdido seu mandato celeste. Assim sendo, o “filho do céu” tinha poder enquanto tivesse respeito ou uma casa nobre, bem forte, amparando-o nos bastidores do poder. O próprio filósofo Mêncio admitia que “não mais atendendo ao anseio dos povos, o imperador já perdeu o sentido de sua função”.

Esse jogo de relações muda radicalmente com a dinastia Qin. A criação de uma burocracia forte e centralizada na figura da casa imperial, em detrimento dos poderes feudais, manifestava a preocupação dos novos governantes em limitar as forças de caráter

local, bem como criar um mecanismo de ascensão social para as classes menos favorecidas, através do trabalho estatal. Não é de se estranhar tal processo de reformas, já que o fundador da dinastia Han, Liu Bang, era provavelmente um camponês ou pequeno funcionário da corte. Mas devemos encarar uma questão: onde ele havia se educado? E como teria atingido este posto, tendo sido, talvez, apenas um humilde funcionário?



Figura 7.7: Funcionário da corte e dançarina. Reproduções em cerâmica da época Han. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:China.Terracotta_statues007.jpg

De fato, a melhor educação dessa época era a paga e as famílias que podiam contratavam um bom tutor para educar seus filhos, nas mais diversas artes. Mas existiam também escolas públicas, embora não saibamos ao certo seu funcionamento. Elas parecem ter obtido um certo sucesso, tendo em vista a vasta parcela da população chinesa que sabia alguma coisa sobre leitura e escrita. Confúcio propusera um sistema de educação pública, que aparece no *Liji (Livro dos ritos)*; o que inferimos, com clareza, é que depois do período Qin esses centros educacionais preocuparam-se em

preparar alunos para os concursos estatais que começaram a surgir, em função dos diversos cargos que a burocracia oferecia. Durante a época Han, com a eleição do confucionismo como doutrina oficial, essa prática atingirá seu grau máximo e o valor da educação será manifestado pela abertura de escolas públicas em todo país, bem como de centros de estudos de alto nível, algo correspondente às nossas universidades. De fato, os chineses sempre deram valor à educação e, na Antiguidade, apesar de a escrita ser complexa, aparentemente uma grande quantidade de pessoas sabia ler e escrever, o que fica evidenciado pelo grande número de concorrentes nos exames imperiais para o funcionalismo público.



Figura 7.8: Capa de um dos primeiros dicionários chineses de palavras e gramática. O *Shuowen Jiezi* foi publicado na época Han, incorporando as modificações realizadas no período Qin. Este exemplar é do século +12, mas reproduz a caligrafia dos documentos antigos. Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Shuowen.jpg>



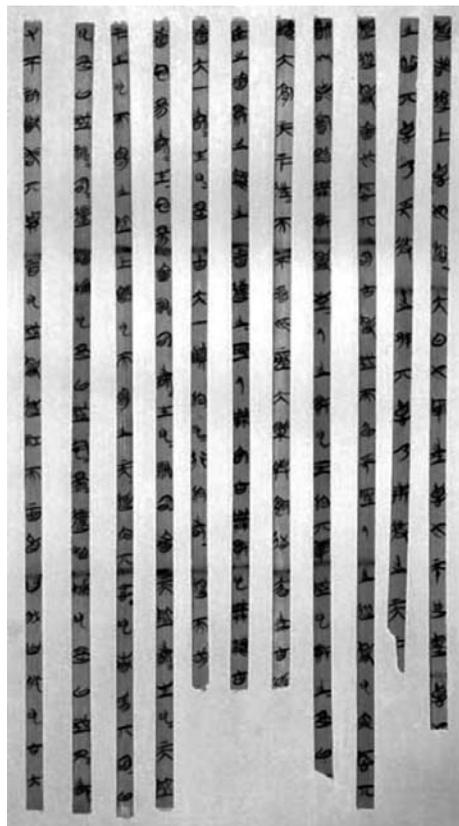
A educação na China antiga

No texto a seguir, presente no *Liji* (*Livro dos ritos*), Confúcio descreve o sistema ideal de educação. Duas coisas devem ser notadas:

primeiro, a ideia de que a educação deveria ser para todos, indistintamente, pois só ela poderia fortalecer uma nação e perpetuar sua cultura; segundo, que o ensino deveria ser flexível, permitindo que os alunos manifestassem seus interesses e afinidades, de modo que eles alcançassem suas vocações preferidas e eles se tornassem seres humanos realizados. Isso foi escrito há 2.600 anos; quando nos daremos conta disso, em nosso país, de modo absoluto e indiscutível?

O antigo sistema educacional era o seguinte: havia uma escola primária em cada povoado de 25 famílias, uma escola secundária em cada cidade de 500 famílias, uma academia em cada território de 2.500 famílias e uma universidade na capital de cada Estado (para a educação dos príncipes e os filhos da nobreza e os melhores alunos das escolas menos graduadas). Todo ano, admitiam-se novos estudantes, que no ano seguinte prestavam exames. No final do primeiro ano, procedia-se uma tentativa de verificar até que ponto os alunos sabiam pontuar seus escritos e descobrir suas vocações. No fim de três anos, procurava-se determinar os hábitos de estudo dos alunos e sua vida grupal. No fim de cinco anos, investigava-se até onde iam os conhecimentos gerais dos alunos e até que ponto eles haviam acompanhado os preceptores. No fim de sete anos, observava-se como se haviam desenvolvido as ideias dos alunos e que espécie de amigos cada qual escolhera para si. A isto se dava o

título de Grau Menor (*xiaocheng* – das séries inferiores). Ao cabo de nove anos, era de esperar-se que o aluno dominasse as várias matérias estudadas e tivesse uma compreensão geral da vida, tendo, outrossim, firmado o próprio caráter em bases de onde não pudesse retroceder. A isto se dava o título de Grau Maior (*dacheng* – das séries superiores). Apenas com este sistema educacional, portanto, é possível civilizar o povo e reformar a moral da nação, de maneira que os cidadãos sintam-se felizes e os habitantes de outras terras gostem de visitar o país. Tal é o fundamento da *Daxue* ou educação superior.



Onbeig

Figura 7.9: Tiras de bambu com inscrições. Antes da popularização do papel, os livros chineses eram feitos nessas pequenas tiras de bambu ou madeira, que depois eram amarradas em ordem. O chinês antigo era escrito de cima para baixo e da direita para esquerda, o que facilitava a confecção e leitura do livro. Esse texto é datado da época Han.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/speakingoffaith/2699125332/sizes/o/>

A escrita chinesa é um fator importante: ela não é alfabética, mas logográfica, ou seja, composta de símbolos que possuem um código ou sentido específico. Até Qin, existiam várias formas de escrita, mas a unificação por ele empreendida uniformizou os pictogramas e ideogramas, permitindo que o chinês fosse mais facilmente compreendido. Tal foi o sucesso deste programa que ainda hoje lemos este mesmo conjunto de símbolos, sendo alguns modificados apenas pelos chineses comunistas em período recente. A escrita também se transformou numa arte, e a caligrafia, numa técnica de estilos variados e impactantes.

De qualquer forma, é interessante notar que, tanto na vida urbana quanto na rural, encontramos uma noção familiar forte, que se manifesta no agrupamento de várias gerações dentro de uma mesma casa. Não havia uma divisão sexual radical, pelo menos até o período de maturidade dos meninos e das meninas (em torno dos 15 anos) e, em geral, eles se dedicavam, dentro das famílias, às mesmas atividades de trabalho até tornarem-se adultos. Com o casamento, a situação mudava: o espaço do homem era o público e a mulher dominava o privado. Esperava-se que ela fosse submissa ao marido, mas esta possuía o direito de divorciar-se. A mulher era integrada na família do homem, mas o ideal é que o casal tivesse seu próprio espaço. Casados, as famílias juntavam-se, sendo os sogros denominados “pais” e os cunhados diretamente, “irmãos”.

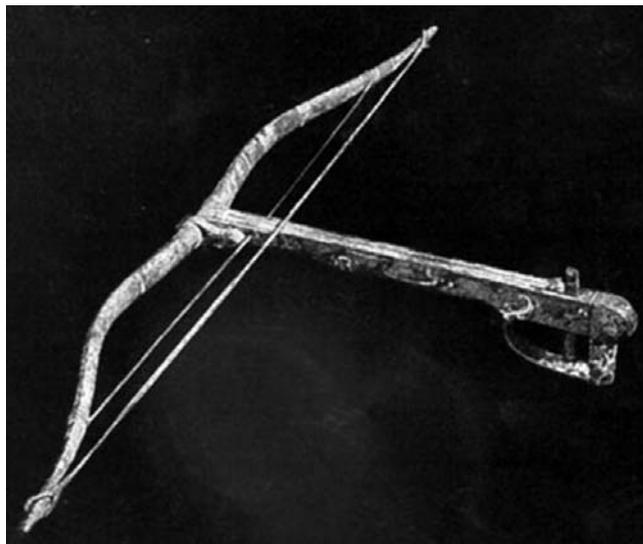
No espaço público, os chineses encontravam um momento de confraternização, através de peças de teatro, apresentações de música, jogos, do mercado ou nas casas de banho. Todos os assuntos são inicialmente tratados aí, até que se julgue conveniente trazê-los para dentro de casa ou não. Sujeitos à lei e à ordem celeste determinada pelo imperador, os chineses tendiam a guiar suas ações pelos costumes e leis ritualizados, e sua noção de liberdade pessoal significava, de fato, uma total integração com a comunidade.

A guerra

A civilização chinesa não podia deixar de possuir seu aspecto bélico. São inúmeros seus manuais de guerra e, tendo inovado em termos de tecnologia militar, escreveram também tratados sobre táticas e sistemas de combate, até hoje estudados. É o caso clássico do livro de Sunzi, *Lei da guerra*, em que a guerra já era tratada como questão de Estado, mas com toda uma gama de implicações sociais:

Sunzi disse:

A guerra é de vital importância para o Estado, é o domínio da vida ou da morte, é o caminho para a sobrevivência ou a perda do Império: é preciso manejá-la bem. Não refletir seriamente sobre tudo o que lhe concerne é dar prova de lastimável indiferença no que diz respeito à conservação ou à perda do que nos é mais querido; e isso não deve ocorrer entre nós.



Still 92

Figura 7.10: Reconstituição de uma besta chinesa. Os chineses antecederam em séculos o uso dessa arma em relação ao Ocidente.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/51012330@N08/4795201457/sizes/m/>

Até os tempos Zhou, a guerra chinesa era uma atividade nobre e os guerreiros dispunham de carros de combate altamente desenvolvidos e refinados para seus combates pessoais. Quanto à infantaria, armada precariamente e composta de camponeses, era quase um detalhe decorativo. O advento dos Estados combatentes mudou o perfil da guerra, criando os exércitos profissionais e transformando a carreira militar num meio de ascensão social. Na mesma época, além de se desenvolver uma ágil cavalaria, os chineses empregaram também uma besta (provavelmente criada no período dos estados combatentes), arma precisa que só surgiria no Ocidente séculos depois. Apesar de desenvolver também eficientes técnicas de assédio, grande parte da mentalidade defensiva chinesa manifesta-se na construção de muralhas, que tanto definiam uma cidade quanto evidenciavam um propósito militar, como no caso da grande muralha do imperador Qinshi Huangdi. Desde a época dos Zhou, a China foi obrigada a se confrontar com as hordas bárbaras vindas do Norte, de provável origem sino-mongólica. Pouco sabemos sobre eles, além de que deviam ser seminômades, mas que aparentemente possuíam uma organização política confederada e unida.



Saiko

Figura 7.11: Guerreiro montado da dinastia Han. Qin e Han praticamente substituíram as antigas carruagens de guerra da época Zhou por cavalarias bem armadas, cujos cavaleiros tinham ascendência humilde e um longo treinamento nessa especialidade de combate.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Nswag,_dinastia_han,_cavallo_e_cavaliere.JPG

Durante a era Qin e Han, os imperadores deram uma guinada nessa situação. Organizaram um exército profissional, num regime de alistamento semelhante ao dos exércitos atuais, ao invés de recrutar o campesinato somente em períodos de guerra. Estabeleceram campanhas decisivas para desarticular o poder dos bárbaros e, ao mesmo tempo, iniciaram uma grande campanha de difusão da seda e de seus produtos pelo oeste, intentando englobar outros reinos estrangeiros em seu sistema econômico e político, bem como difundir a cultura chinesa. Essa concepção cosmopolita atraiu aliados de diversos pontos da Ásia, permitindo que as fronteiras do Império pudessem se expandir em todas as direções. Os Han procurariam consolidar esse processo, na rota da seda, e buscariam uma aliança com os romanos (por eles chamados de Da Qin) contra os An Xi (para nós, os "Partos") que atrapalhavam seu comércio, no Ocidente. Já a Índia, sob domínio Kushan, se aliaria aos chineses e ambos viveriam um período de intensas trocas comerciais e culturais.



Coalecon

Figura 7.12: Edição de *A arte da guerra*, de Sunzi, do século +18. Neste caso, mesmo com o amplo uso do papel, preferiu-se fazer versão "à moda antiga", em tiras de bambu decoradas, que foram presenteadas ao imperador da época, Qianlong.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bamboo_book_-_binding_-_UCR.jpg

A escola dos estrategistas

Sunzi (também grafado como Sun Tzu) não foi o primeiro nem o último dos estrategistas chineses. Seu livro ficou famoso por ser o mais simples, direto e objetivo dos livros da escola dos estrategistas – uma linhagem de pensadores pouco conhecida no Ocidente, mas importante dentro do pensamento chinês. Antes de Sunzi, dois pensadores – Sima Fa e Taigong – já haviam escrito livros em que propunham que a guerra, a estratégia e a vida cotidiana tinham relações profundas. Sunzi veio depois, em torno do século -5 ou -4, e foi acompanhado posteriormente por um sobrinho (ou neto), chamado Sunpin, que escreveu um complemento da obra de seu ancestral. Mais ou menos na mesma época, um general, chamado Wuzi, escreveu seu livro sobre a guerra e, durante o período Qin, um autor, chamado Wei Liao, teria sido o mentor intelectual do exército dessa dinastia. Depois deles, vários outros autores continuaram, ao longo dos séculos, escrevendo obras sobre a arte da guerra, mas nenhum obteve tanto sucesso quanto Sunzi.

CONCLUSÃO

Como vimos, a vida chinesa organizava-se em torno da ritualização de sua própria cultura, processo esse entendido como necessário à manutenção das estruturas vigentes. Contudo, a mesma ritualização que era a base da preservação era, também, a base da mudança: afinal, a constatação de que um determinado procedimento não mais funcionava, levava os chineses a modificarem sua própria cultura, adaptando-a quando julgavam necessário. Tais mudanças afetaram todos os níveis da vida chinesa, da economia à política, dos hábitos à guerra, realizando sempre o ajuste necessário em relação às demandas de cada época.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Ministro da guerra, nós somos as garras e os dentes do rei.
Por que você nos atirou nesse sofrimento,
de modo que nós não temos nem lugar para ficar?
Ministro da guerra, nós somos aguerridos soldados do rei.
Por que você nos atirou nesse sofrimento,
que nunca finda e nem abranda?
Ministro da guerra, você agiu certamente sem discriminação.
Por que você nos atirou nesse sofrimento,
de modo que nossas mães têm de fazer todo o trabalho de cozinha?
Shijing, o Livro dos poemas

Nesse pequeno poema, vemos as lamúrias de um camponês que foi convocado para a guerra. De acordo com o que você estudou sobre a vida cotidiana e a questão da guerra na China, explique como a guerra era entendida pelo povo do campo durante a época de Confúcio, quando o *Shijing* foi publicado.

Resposta Comentada

Como vimos, a vida camponesa era regida por um calendário bem definido, no qual o trabalho emendava-se com festas e comemorações que naturalmente não incluíam a guerra. Assim, a convocação e a oportunidade da guerra significavam algo prejudicial aos camponeses, que tanto

se viam privados de seus entes queridos, quanto da força de trabalho necessária. No poema, o camponês reclama que, mesmo sendo soldado, ele não é valorizado – o que constatamos ao longo da aula, quando vimos que, antes do período Qin, os camponeses eram lançados na guerra sem nenhum preparo ou atenção especial, sendo essa uma atividade essencialmente de nobres. Assim, a guerra era uma calamidade total para as famílias mais humildes, tanto que o personagem do poema pede, inclusive, que possa voltar para casa e ajudar sua mãe na cozinha – uma tarefa extremamente humilde, mas melhor do que a guerra.

RESUMO

Nesta aula, acompanhamos um pouco da vida cotidiana na China antiga. Na próxima, veremos mais sobre a ciência e a religião na Antiguidade chinesa.

Aula **8**

Ciência e religião
na China antiga

André da Silva Bueno

Meta da aula

Apresentar os aspectos gerais da cultura e da sociedade chinesas no período da Antiguidade, desde suas origens até o período Han. Nesta aula, privilegiaremos elementos da antiga ciência chinesa e as práticas religiosas dessa civilização.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar elementos básicos da cultura chinesa na Antiguidade, como a antiga ciência chinesa e suas conquistas históricas;
2. descrever os elementos da religiosidade chinesa, como sua estrutura básica e as modificações no período antigo.

INTRODUÇÃO

Hoje, quando você rascunhar seu trabalho em cima de uma folha, estará fazendo isso graças a uma invenção chinesa: o papel. Se sua nota for boa e você estourar fogos de artifício para comemorar, vai se aproveitar de outra invenção chinesa: a pólvora. Quando você abre um livro, talvez nem imagine que os chineses também inventaram a impressão e o “livro” (no formato que conhecemos) bem antes dos europeus... Os chineses foram, na verdade, uma das civilizações mais avançadas da História até o século +18, e algumas de suas descobertas e invenções foram fundamentais para a mudança do mundo. Quando a Europa apenas começava a experimentar a metalurgia, os chineses faziam belíssimos vasos de bronze, como vimos na aula sobre a dinastia Shang. Durante a dinastia Han, eles já podiam mesmo prever um terremoto, como veremos adiante. A questão fundamental nesta aula, para nós, é conhecer um pouco mais sobre as conquistas chinesas no campo das Ciências e que foram tão importantes para o desenvolvimento dessa civilização.

Por outro lado, os chineses tinham suas próprias crenças religiosas e as desenvolveram de modo absolutamente autêntico – e intocado – até a chegada do budismo, que veio a ser a primeira contribuição estrangeira ao pensamento místico dessa cultura. No que os chineses acreditavam e como? É o que veremos nesta aula, que encerra a nossa análise sobre a China, antes de irmos para a Índia.

A antiga ciência chinesa

A busca incessante por modelos efetivos de subsistência articulou, desde os tempos remotos, as ideias de uma ciência chinesa primitiva que teria uma importância fundamental no desenvolvimento material da civilização, contribuindo para os inúmeros avanços obtidos no campo da metalurgia, da cerâmica, do trabalho artesanal,

fabril etc. Todas essas conquistas foram alcançadas, tendo como sistema básico as teorias *yin-yang* e a dos cinco elementos, que já vimos nas aulas anteriores. A originalidade dessa ciência chinesa é expressa de modo claro e objetivo por Colin Ronan (1986), historiador da ciência:

Com a civilização chinesa, chegamos a um panorama do mundo e da ciência diferente, em muitos aspectos, daquele característico do Ocidente. (...) Mas para entender bem suas realizações, devemos ter em mente que, desde os tempos mais primitivos, os chineses encaravam o universo como um vasto organismo, do qual o homem e o mundo natural representam apenas uma parte. Esse ponto de vista influenciou profundamente o modo pelo qual eles explicavam os fenômenos naturais; em alguns casos, isso os ajudou a se antecipar ao Ocidente na busca de explicações para muitos fatos; mas, em outros, impediu-os de achar a verdadeira interpretação para o comportamento do mundo. Um segundo fator que também desempenhou papel importante foi a rejeição – ou sua falta de crença – de toda espécie de divindade pessoal onipotente como um poder mais alto a governar o universo. Algumas consequências desse fato serão consideradas mais adiante. Os chineses sempre demonstraram um extraordinário senso prático, uma imensa habilidade em aplicar todos os conhecimentos a fins práticos. Entre os povos primitivos, eles eram cientistas práticos por excelência, (...) como veremos claramente, não foi apenas em tecnologia que os chineses mostraram seu pioneirismo; eles tinham alguns pontos de vista científicos que eram muito avançados para a época, embora frequentemente os formulassem em termos práticos.

Por conta disso, no campo científico, os chineses alcançaram, nas mais diversas áreas, avanços significativos que os alçaram à condição de nação mais desenvolvida do mundo até o século +18. Diversas descobertas e invenções, que se julgava existirem apenas no Ocidente, também foram elaboradas e/ou compreendidas pelos

chineses, embora por um outro padrão lógico (a teoria *ying-yang* e da Escola dos Cinco Elementos), o que dá, até hoje, um grande nó na cabeça dos pesquisadores ocidentais, pouco acostumados com os sistemas de pensamento chineses, que julgavam ser estes apenas representações místicas ou simbólicas das forças da natureza. Como afirma o mesmo pesquisador Colin Ronan (1986):

Os cinco elementos originais chineses eram a água, o metal, a madeira, o fogo e a terra, embora eles não devessem logicamente ser considerados como meras substâncias (o que não eram), mas, antes, como princípios ativos. Os elementos eram relacionados com processos existentes na natureza ou em laboratório. Assim, a água era caracterizada por molhar, gotejar e pelo movimento descendente, e era associada com o sabor salgado; as características do fogo eram queimar, aquecer pelo movimento ascendente e seu sabor era associado com o amargo. A madeira aceitava novas formas pelo corte e pela escultura, e a acidez caracterizava-a; o metal também aceitava formas pela modelagem ou pela fundição, e era de sabor acre. Finalmente, a terra era caracterizada por produzir vegetação comestível e era doce. Em breve, esses elementos foram organizados em um sistema cíclico que se tornou muito estilizado no período Han. Esboçaram-se várias “ordens” dos elementos. Uma delas mostrava a sequência na qual se supunha que os elementos tinham surgido, com a água como elemento primitivo. Uma outra ordem, a da “produção mútua”, acreditava mostrar como um elemento dava origem a outro. Havia também a ordem da “mútua conquista”, em que cada elemento podia conquistar o outro. Por exemplo, a madeira conquista a terra (uma vez que uma pá de madeira pode cavar a terra); o metal, a madeira (pode cortá-la e esculpi-la); o fogo, o metal (pode fundi-lo); a água, o fogo (pode extingui-lo). Para completar, a terra conquista a água (pode represá-la e contê-la, como os chineses sabiam muito bem, com seus eficientes e muitas vezes elaborados sistemas de irrigação). A ordem da mútua conquista era usada não só na ciência como também no campo político, pois era crença amplamente

difundida que o comportamento do príncipe ou imperador e de seus funcionários da corte poderia, se fosse bom, ser guiado pela ordem da mútua conquista dos elementos, especialmente porque esses elementos eram associados com as estações e com as manifestações do mundo natural. Os cinco elementos eram associados com todas as experiências. Constituíam símbolos de mudança, de quantidade (eram considerados responsáveis pelo controle de um processo, dependendo da quantidade do elemento presente) e, na ocasião oportuna, eram ligados aos cheiros, assim como aos gostos, aos pontos cardeais da bússola, às funções humanas, físicas e mentais, e aos animais. Eram também relacionados com o tempo atmosférico e com a posição das estrelas, com os planetas e até com aspectos de governo. Em suma, os cinco elementos eram associados a todas as atividades, tanto naturais quanto as realizadas pelo homem. Uma segunda ideia básica da explicação chinesa sobre o mundo natural era a das duas forças fundamentais, o Yin e o Yang. Eram usadas de maneira filosófica no princípio do século -4, o Yin era associado a nuvens e à chuva, ao princípio feminino, a tudo o que está dentro, que é frio e escuro. O Yang, por outro lado, ligava-se às ideias de calor e tepidez, luz do sol e masculinidade. Não podiam ser encontradas separadamente, já que um era o complemento do outro; o que acontecia é que, em cada situação, um ou outro tomava a precedência ou (ideia surgida paralelamente, muito mais tarde, em nossa própria época, na terminologia da genética), um fator era dominante e o outro, recessivo. Os cinco elementos e as duas forças fundamentais podiam, juntos, apresentar uma multiplicidade de associações dentro do mundo natural. Podiam cobrir tudo o que era suscetível de um arranjo em cinco partes e as coisas que não se enquadrassem no esquema eram, posteriormente, arrumadas em outras associações – em quatro, nove, 28 partes, e assim por diante. Em outras palavras, os chineses praticavam o que é chamado de “pensamento associativo”; procuravam associações, relacionamentos entre uma coisa e outra. Os cinco elementos e as duas forças fundamentais auxiliaram a ciência chinesa, pois tornaram possível que relacionamentos fossem

definidos e, uma vez definidos, examinados. Eles indicavam como as coisas podiam “ressoar” uma com a outra, ou de acordo com os cientistas atuais, permitiram aos cientistas chineses propor ação a uma distância entre um corpo e outro.

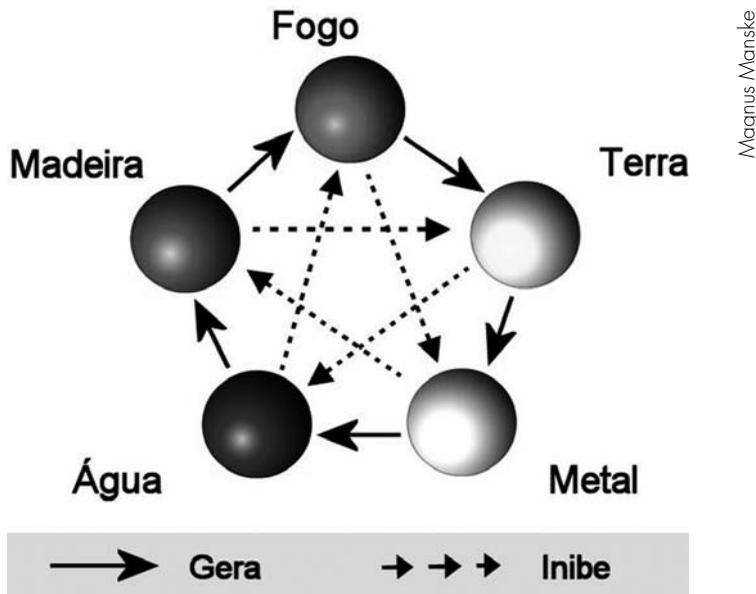


Figura 8.1: O ciclo dos cinco elementos ou fases da matéria.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:5_elementos_L.jpg.

Desde a época Shang, como vimos, temos um trabalho de metalurgia em bronze avançadíssimo e refinado, junto com métodos arquitetônicos elaborados que produziram uma cultura material poderosa e profusa. Ao longo da época Zhou, outras descobertas foram sendo feitas, mas podemos datar com segurança os conteúdos da ciência chinesa na época Han, quando os mesmos começam a ser catalogados em campos específicos. Na área agrícola, os chineses dominavam os sistemas de irrigação e drenagem do campo, bem como a semeadura ordenada. Conheciam a adubagem e podiam definir os melhores tipos de cultura para cada tipo de campo. Possuíam, além das ferramentas tradicionais, maquinário agrícola, como moinhos d’água, para auxiliar nas tarefas agrícolas.

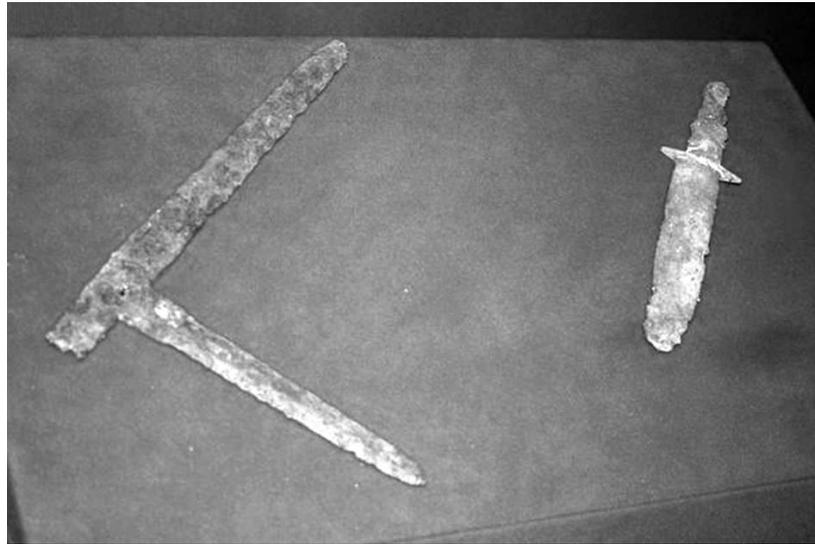


Figura 8.2: Espada e adaga de ferro da época Han. Nesse período, os Han já conheciam métodos pelos quais podiam criar uma camada inoxidável sobre o ferro e mesmo a produção do aço, ainda que em pequenas quantidades.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Iron_ji_and_knife,_Han_Dynasty.JPG

O artesanato também já era bem desenvolvido, sendo que a cerâmica, conhecida desde a proto-história, alcançou níveis de virtuosismo na era Han. Como citamos, a fundição em bronze e ferro seria reconhecida até no Ocidente romano pela sua qualidade (o autor romano Plínio, o Velho, em sua *História Natural*, cita as qualidades do ferro chinês, bem como da seda e de outros produtos). Igualmente no período Han, surge o *Yantienlum*, ou Tratado do Sal e do Ferro, que legislava sobre o comércio destes. Os Han conseguiram, ainda, atingir a produção do ferro cromado e do aço, numa inventividade inaudita para a época. A produção da seda ganha grande impulso, e o método de sua fabricação permaneceu um mistério para a Europa durante séculos.



Chris 55

Figura 8.3: Fragmentos de papel do período Wudi (-141 a -87). Embora a fórmula definitiva do papel só fosse apresentada quase um século depois, os chineses já conheciam o papel e o usavam ocasionalmente em registros rápidos e escritos particulares, preferindo a seda ou as tiras de bambu para textos que deveriam ser preservados de modo mais duradouro. A fórmula de Cailun mudou esse panorama, revolucionando a reprodução gráfica, oferecendo uma variante de papel confiável e pouco frágil.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chinese_hemp_paper_western_han.jpg

Nessa mesma época, os chineses estabeleceram o método para fabricação do papel. O papel era conhecido desde a época Zhou, mas não era difundido. Cailun, um erudito do século +2, apresentou na corte, em +105, uma fórmula básica para sua fabricação, que rapidamente se espalhou pelo país, revolucionando a difusão dos livros e da comunicação.

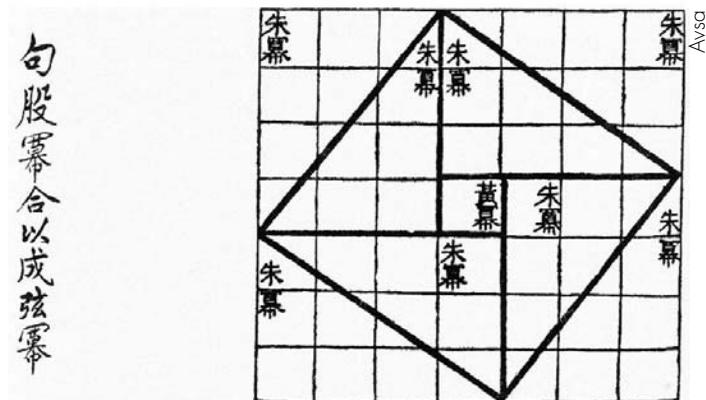


Figura 8.4: Representação chinesa do teorema de Pitágoras. Embora obtivessem avanços significativos no campo matemático, os chineses continuaram investindo no que consideravam problemas de "ordem prática".

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chinese_pythagoras.jpg

Não obstante, os chineses já haviam obtido avanços no campo matemático, conhecendo inclusive o teorema de Pitágoras (o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos), embora dessem grande valor ao que achassem ser de uso imediato. (É o caso do livro *Jiuzhang Sunshu* ou Nove postulados da Matemática, datado desta época, que ensina diversas fórmulas de cálculo prático, aplicadas em situações cotidianas.) Para auxiliar nas contas, eles desenvolveram o ábaco que, até hoje, nas mãos de um expert, vence calculadoras modernas em rapidez.

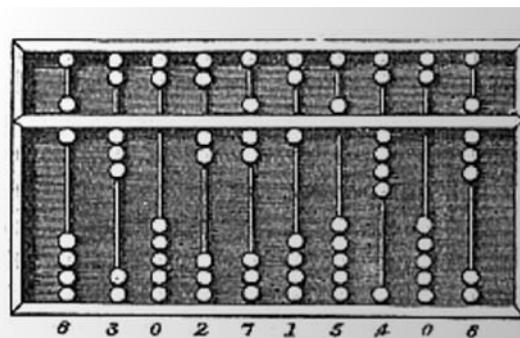
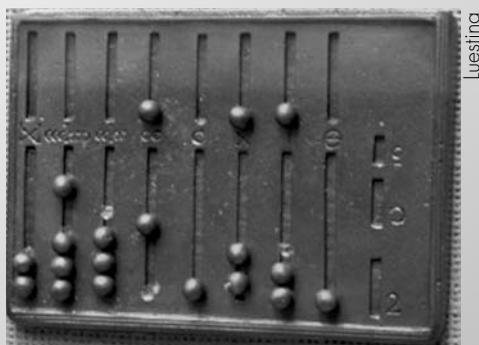


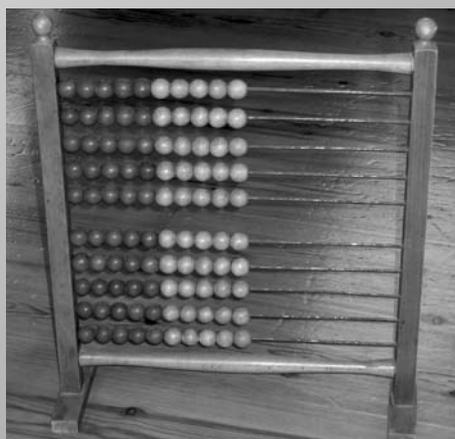
Figura 8.5: Nesta gravura, vemos uma representação do *suanpan* (o ábaco chinês).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Abacus_6.png

Você já viu algum ábaco? Trata-se do instrumento de calcular mais antigo. Não se sabe ao certo quando ou onde ele surgiu, sendo conhecido na Mesopotâmia e na China em épocas antiquíssimas. Ele se utiliza do sistema decimal e é muito usado ainda para ensinar crianças a contar. Essas bolas representam elementos de contagem, são móveis e podem efetuar as quatro operações básicas. Na China, ele se chama *suanpan*, e as habilidades de cálculo com esse instrumento são bastante admiradas dentro dessa cultura. Vejamos, a seguir, outros modelos da calculadora mais antiga do mundo.



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RomanAbacusRecon.jpg>



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Kugleramme.jpg>

Juntam-se a eles os estudos desenvolvidos no campo astronômico, capazes de possibilitar, pela datação de ciclos estelares, períodos históricos precisos até o século -9, como os utilizados por Sima Qian. Os chineses haviam construído uma esfera armilar (uma espécie de globo formado por um conjunto de anéis que representavam trajetórias celestes, planetas, estrelas etc.) que representava estes ciclos e, com a difusão da bússola, do sismógrafo e do relógio de água (clepsidra), criaram um maquinário singular como demonstração de domínio técnico desta civilização.

Ainda no período Han, formaliza-se a estrutura básica da famosa Medicina tradicional chinesa, praticando suas técnicas tradicionais com acupuntura, melhorando a qualidade de vida do povo com um método eficaz e seguro de profilaxia. Dois textos dessa época são referência até hoje na Medicina chinesa: o Tratado Interno (*Neijing*) e um grande compêndio de remédios e ervas medicinais, cujas fórmulas foram comprovadas, em grande parte, pela Medicina moderna. Formas antigas de exercícios físicos, aliadas às técnicas clínicas e terapêuticas, criaram um conjunto de práticas medicinais que com certeza foram as mais avançadas e eficientes do mundo antigo.



Figura 8.6: Modelo de bússola da dinastia Han.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Model_Si_Nan_of_Han_Dynasty.jpg

Os chineses da época conheciam também a bússola, que servia para orientá-los na construção arquitetônica e na navegação. Mas foi Zhang Heng (+78 a +139) provavelmente o maior cientista chinês da Antiguidade. Além de excelente astrônomo e matemático, Zhang criou um sismógrafo (que detectava direção e intensidade de um terremoto), mapas e cartas celestes, e equipamentos diversos de medição e observação (relógios, réguas de mensuração etc.) que revolucionaram a vida dos chineses antigos.



Shizhao

Figura 8.7: Réplica do sismógrafo de Zhang Heng. Pela boca dos dragões, caía uma bola que indicava a direção e a intensidade do terremoto.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:EastHanSeismograph.JPG>



Por que os chineses perderam a corrida da tecnologia mundial?

Depois da época Han, os chineses ainda descobririam a pólvora, a imprensa, avanços na Medicina preventiva, uso da força motriz, as roldanas... Então, qual a razão de, no século +18, a China perder a liderança da tecnologia no mundo? O debate é complexo, e as teorias são muitas – mas o mais provável mesmo foi o desafio imposto à civilização europeia, que precisava desenvolver sua indústria, base de sua sustentação econômica e material. Precisando de novos produtos, velocidade de produção e distribuição, além de preço, os europeus absorveram tudo que podiam aprender das tecnologias disponíveis na época e lançaram-se ao mercado mundial, improvisando, desenvolvendo e levando ao máximo o seu espírito científico e empreendedor. Enquanto isso, a China vivia num ritmo próprio, ignorando as transformações do mundo exterior. O sucesso de sua economia, capaz de atender às demandas internas e à autossuficiência produtiva, aliado à presença massiva de estrangeiros nos portos, chineses em busca de porcelana e seda, criaram a falsa impressão, para seus compatriotas, de uma perene superioridade técnica e material sobre as outras sociedades. Esta falta de contato e a ignorância sobre a situação geopolítica do mundo, na época, levaram os chineses a um longo e demorado processo de estagnação, que terminou por retirá-los da liderança tecnológica e cobrariam um preço alto no século +19.

Religiosidade na China antiga

Os indícios religiosos na China são variados. Na dinastia Shang, os deuses parecem ser elementos das forças da natureza, obedecendo somente a um soberano celeste de feições humanas, o Shangdi ou “deus de cima”. Existiam deuses para as regiões, para as substâncias, para os animais etc. Sacrifícios humanos eram realizados nessa dinastia, mas foram gradualmente abolidos pelos Zhou. O que é interessante é a quase total ausência, na religião chinesa, de um mito de criação. Só muito tardiamente uma lenda do gênero surgiria, através do mito de Panku – um gigante cósmico que teria se sacrificado para dar origem ao mundo, mito esse que se supõe importado da Índia ou de regiões do Sul da China.

Os sacrifícios humanos pressupunham a existência de uma vida após a morte, que ficava evidenciada pelo desejo de contato com os espíritos, através dos oráculos de carapaça de tartaruga, muito comuns a partir da época Shang.

Durante o período Zhou, essa perspectiva muda. As entidades divinas subordinam-se ao Céu (Tian), uma razão superior que comanda os ciclos da natureza. O Céu não é um deus, mas se assemelha a uma espécie de “lei da natureza” ou ecologia, a que todas as coisas devem obedecer e se harmonizar.



Figura 8.8: Guardiões do dia e da noite, em formas animais. Provavelmente do período Han, esses espíritos representavam a importância das forças da natureza nas crenças chinesas, desde a época Shang. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Guardians_of_Day_and_Night,_Han_Dynasty.jpg

Este Céu, que é tudo, significa uma noção natural de Cosmos que transcende a existência dos deuses e dos espíritos, uma concepção próxima de uma ecologia natural que engloba as relações entre todos os seres. A origem dos chineses se funda, pois, na história do seu processo de domínio do meio ambiente, muito longe de problemas cosmogônicos (origem do Universo).



Ainda causa estranhamento entre os especialistas a razão pela qual os chineses não se preocuparam em salvar seus mitos de origem – se os tiveram. A razão parece ser simplista, porém eficaz: “Não estávamos lá, como saber o que houve?”, dizia um sábio chinês da época Han, Wang Chong. De fato, na época Han havia uma crença mesmo de que o Universo não teve início nem fim e que vivemos apenas uma fase da transformação do mundo. Um trecho dos comentários do *Ijing* mostra, por exemplo, o que era a visão de passado dos chineses – e até onde ela ia:

Nos tempos primitivos, os homens moravam em cavernas e vivam nas florestas. (...) nos tempos antigos, sepultavam os mortos, cobrindo-os com uma camada de galhos secos, deixando-os livres sobre a terra, sem túmulo ou jardim.

A vida começava, pois, quando o humano dava-se conta disso, e o restante seria especulação...

Por conta disso, nos primeiros escritos chineses, a humanidade já aparece no mundo, lidando com as dificuldades da vida, como nos tempos primitivos. A história chinesa é, antes de tudo, um relato de como isso mudou pela ação de seres sábios e não por revelações divinas.

Quanto à morte, os chineses antigos basicamente acreditavam em formas primárias de espiritualidade, sem termos certeza de que existiam noções claras sobre alguma forma de reencarnação, como vemos neste trecho do "Livro dos Ritos":

Quando morria alguém, os parentes subiam ao telhado e gritavam bem alto ao espírito: “Ahooooo! Fulano, quereis fazer o obséquo de voltar ao vosso corpo?” (Se o espírito não voltava, a pessoa estava realmente morta) então assavam arroz cru e carne assada para oferendas, levantavam a cabeça para o céu “a fim de ver longe” (*wang*) o espírito e enterravam o cadáver. O elemento material descia então (à terra) e o elemento espiritual subia (ao firmamento). Os mortos eram enterrados com a cabeça na direção norte e os vivos tinham suas casas com o frontispício voltado para o sul. Tais eram os costumes primitivos (*Liji*, ou "Livros dos Ritos", capítulo 9).



Figura 8.9: Diagrama mostrando a sede do poder do corpo físico, datado provavelmente da dinastia Ming. Embora bem posterior ao período aqui tratado, ele demonstra a continuidade da crença de que seria possível alterar a forma corporal por meio de práticas alquímicas. Fonte: <http://www.flickr.com/photos/comstat/3111726378/sizes/m/in/photostream/>

Por acreditarem, possivelmente, nessa vida após a morte, os chineses adotaram também o culto aos antepassados. No período Qin e Han, surgiu, ainda, a alquimia, buscando meios pelos quais se poderia obter a imortalidade do corpo. A ideia era simples: se os remédios curavam uma doença e colocavam o corpo em ordem, seria possível descobrir uma poção que evitasse a degeneração do corpo? Em busca dessa resposta, os daoístas criaram uma vertente alquímica e religiosa que praticamente suplantou o daoísmo filosófico. Por outro lado, isso abriu uma brecha para que o confucionismo se transformasse na ideologia estatal do Império chinês, mantendo-se assim durante os séculos posteriores.

Por conta disto, a China antiga era um lugar onde o poder político exercia-se, antes de tudo, pelo atributo cósmico da execução da harmonia com o celeste. A concepção de Estado, no entanto, significava ideologicamente uma entidade regularizadora da vida cotidiana, cuja função era permitir a reprodução da sociedade e assegurar as ligações com o Céu. Embora responsáveis pelo povo, as diversas formas de governos chineses antigos não inibiram a tirania, mas criaram a consciência da existência de segmentos sociais que haviam de ser observados e, em certa medida, atendidos, sob o risco de revolta e corrupção dos costumes. No texto “A Grande Declaração”, do *Shujing*, esta concepção já está manifesta: “O Céu se compadece do povo. O Céu realiza aquilo que o povo deseja.”

O calendário

A manipulação do calendário, por exemplo, é um desses atributos de poder. Desde os Zhou (mas com maior intensidade na época Han), os monarcas encarregavam-se de promulgar as datas de plantio, colheita, regulação de atividades econômicas e sociais. O calendário era uma peça fundamental da vida chinesa antiga e representava a ordenação do tempo no espaço. Assim sendo, criar

um calendário eficaz era um atributo fundamental do soberano e determinava a vida da sociedade ao longo do ano, como vemos neste trecho que descreve a consagração do calendário na vida do imperador:

Durante cada mês de primavera, o Filho do Céu ocupa um dos três quartos do Mingtang (Palácio real) situados a leste e nele circula ritualmente num carro em forma de fênix, ornamentado de bandeiras verdes, ao qual se atrelam dragões verdes. O Soberano veste-se de verde, cor da Primavera, e adorna-se de jade, a fim de estar em harmonia com a cor dos bosques. Nos meses de verão, o Filho do Céu passa a morar nas salas do lado sul do Mingtang [na China antiga, a posição do sul era invertida em relação à que lhe atribuímos no Ocidente, isto é, os aposentos do sul, no Mingtang, ficavam no ápice do quadrilátero do edifício]. O carro em que circula é então vermelho, bem como as vestes do Soberano e os jades ornamentais. Os cavalos são ruços, de caudas negras. O fogo, elemento do verão, tem a propriedade de elevar-se: proibidos são, pois, os trabalhos que impliquem aplinar a terra, bem como em cortar árvores altas. Indultos são concedidos aos criminosos. Recomenda-se o retiro e evita-se o excesso de agitação. É o momento da separação máxima entre o Yin e o Yang e, portanto, tudo convida à meditação e não às atividades corporais. A vida sexual, própria da primavera, deve reduzir-se ao mínimo. O sopro vital deve ser conservado e não sofrer agitações, através de paixões. No verão, não se fazem guerras. Seguindo-se ao terceiro mês de verão, há um período intermediário em que o Filho do Céu, no aposento central do quadrilátero do Mingtang, simboliza estar no eixo de seu reino. De lá, ele observa o “ciclo dos astros em torno da Viga Celeste (Tianji)”, constituída essa pela constelação da Ursa Maior. O Filho do Céu veste-se então de amarelo (cor da terra), circula num grande carro feito de uma prancha quadrada (símbolo da Terra), a qual cobre um pálio arredondado (símbolo do Céu). O Imperador, colocando-se entre um e outros símbolos, representa o Intermediário

Supremo no eixo do mundo. O Outono, por sua vez, é uma estação de justiça e repressão. É quando o Yang, força positiva, declina e perde terreno para o Yin, polo negativo. O Filho do Céu, acompanhando o ritmo natural do Universo, passa a viver a oeste do Mingtang, lado do sol poente. O gavião lança-se, no outono, à caça e à morte. O Soberano imita-o e circula no seu carro de guerra, ao qual se atrelam cavalos brancos de crinas negras. O Filho do Céu veste-se de branco, cor do luto na China. Seus jades são brancos e ele alimenta-se de plantas fibrosas e carne de cão. Impera o metal, elemento de que se fazem as armas. No Outono, é propício castigar os opressores e os negligentes. As prisões são reparadas. O Céu e a Terra começam a mostrar seu rigor. A pena de morte pode, então, ser aplicada aos crimes sérios. Não há mais liberalidade e feudos não podem ser distribuídos aos vassallos: a época é de recolher e não de conceder. Devem-se construir muralhas e edificar cidades. Os depósitos de cereais devem estar repletos, à espera do Inverno. No último mês do Outono, há o retorno dos campos, onde se passa a vida na primavera e no verão; o fogo, que se acendera nas regiões do plantio, “é levado às cidades e vilas”. Interrompem-se as atividades nos campos. No Inverno, o Filho do Céu retira-se para a “Sala Escura” (Xuantang), no Mingtang, situada ao norte do Palácio (isto é, na parte inferior do quadrilátero, pois como o norte corresponde ao elemento água, sua propriedade é descer e não elevar-se, como o fogo). “O Sopro Celeste ausenta-se da Terra; o Sopro Terrestre afunda num abismo.” Como no Verão, quando existe um afastamento entre Céu e Terra, também no Inverno (já que os opostos tocam-se) “não há mais comunicação entre um e outro”. “Tudo está finalizado, tudo está fechado: é então que o Inverno instala-se.”

Para aumentar a energia vital e renovar as alianças humanas, organizam-se grandes festas, em que todos se alcoolizam. O Soberano, no Xuantang, circula num carro de cor escura, ao

qual se atrelam corcéis cinza-ferro. Suas roupagens são negras, ornamentadas de jade azul-escuro. Como no verão, o sábio, no momento em que Yin e o Yang estão em conflito, retira-se e permanece em repouso. Ele procura atingir uma paz interior que auxilia o Yin e o Yang a reencontrarem tranquilidade. Sacrifícios são realizados no último mês de inverno, a fim de que o novo ano, já próximo, seja propício. Finalmente, o Rei promulga um novo calendário (JOPERT, 1979.)



Figura 8.10: A roda celeste chinesa, mostrando o ciclo do ano, as quatro estações e as direções no espaço, bem como os seus atributos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:28_xiu.svg

Se o calendário falhava, a população em geral (incluindo grupos da elite) tendia a achar que o soberano não estava mais preparado para administrar a vida do Império, o que levava a conflitos contínuos contra os piores monarcas.

De fato, o pensamento chinês sempre calcou sua alternância entre o pragmatismo necessário à sobrevivência com uma perspectiva ideal de organização natural-social. Um dos elementos fundamentais dessa civilização é sua interminável busca pela harmonia com o Cosmo; sobrevivência, talvez, dos tempos em que os antigos habitantes proto-históricos lutavam para compreender o meio ambiente que os cercava e para o aproveitar da melhor forma possível.

Este pensamento, porém, como tudo o mais que a China produziu, sofreu uma ação benéfica do tempo, que o aperfeiçoou e tornou-o complexo e sutil. A evolução abrangente da cultura material chinesa deu-se graças ao longo tempo de maturação pelo qual passou, apresentando-se ao mesmo tempo variada e uniforme em alguns aspectos.

CONCLUSÃO

Diante deste quadro, podemos observar, por fim, que a antiga civilização chinesa criou os necessários parâmetros pelos quais desenvolveu uma estrutura de vida que, em todo o seu dinamismo, teve uma preocupação intensa em salvaguardar o antigo, fomentando a criação de um imaginário capaz de se sobrepor ao real.

As contraposições entre a cultura material e a tradição histórica clássica denotam a intensa necessidade que temos de continuar estudando a civilização chinesa em suas variadas nuances que nos apresentam, acima de tudo, a possibilidade de repensarmos a nós mesmos quando defrontados com uma concepção eficaz de compreensão do mundo que diferia (e ainda, difere) em muito dos nossos métodos de percepção naturais e científicos. A China antiga fez-se presente no mundo antigo graças a uma cultura poderosa e atraente, que neste período constituía-se num centro gerador de hábitos, técnicas e valores. É impossível pensar a Antiguidade, por conseguinte, ignorando o papel deste gigante que abraçava

a Ásia com sua civilização. E, por isso mesmo, o estudo da China será sempre uma oportunidade de reavaliar as nossas opiniões em qualquer campo de estudo. Finalizemos com a sábia indicação de Confúcio sobre como estudar os clássicos – e quem sabe, estudar a própria China:

Confúcio disse: Assim que entro num país, posso dizer facilmente o seu tipo de cultura. Quando o povo é gentil e bom e simples de coração, isto se demonstra pelo ensino da poesia. Quando o povo é esclarecido e cioso de seu passado, isto se demonstra pelo ensino da história. Quando o povo é generoso e disposto ao bem, isto se demonstra pelo ensino da música. Quando o povo é quieto e pensativo, com agudo poder de observação, isto se demonstra pelo ensino da filosofia das mutações (*Ijing*, ou "Livro das Mutações"). Quando o povo é humilde e respeitoso, sóbrio de costumes, isto se demonstra pelo ensino da Li (princípio da ordem social). Quando o povo é culto na maneira de falar, ágil nas figuras e na linguagem, isto se demonstra pelo ensino da prosa (*Chunqiu*, ou "Livro das Primaveras e dos Outonos"). O perigo do ensino da poesia é que o povo continua ignorante ou demasiado simplório; o perigo do ensino da História é que o povo chegue a imbuir-se de falsas lendas e narrativas; o perigo do ensino da música é que o povo torne-se extravagante; o perigo do ensino da Filosofia é que o povo fique desnaturado; o perigo do ensino da Li é que os rituais tornem-se muito afetados; e o perigo do ensino do "Livro das Primaveras e Outonos" é que o povo deixe-se contaminar pela confusão moral dominante. Se um homem é gentil e bom e simples, mas não ignorante, decerto será profundo no estudo da poesia; se um homem é esclarecido e cioso do seu passado, mas não imbuído de falsas lendas e narrativas, decerto será profundo no estudo da História; se um homem é generoso e disposto ao bem, mas não extravagante em seus hábitos pessoais, decerto será profundo no estudo da música; se um homem é quieto e pensativo, com agudo poder de observação, mas não desnaturado, decerto será profundo no estudo da Filosofia; se um homem

é humilde e respeitoso e sóbrio em seus hábitos, mas não afetado nos rituais, decerto será profundo no estudo de Li; e se um homem é culto na maneira de falar, ágil nas figuras e na linguagem, mas não contaminado pela confusão moral dominante, decerto será profundo no estudo do "Livro das Primaveras e Outonos" (LJI, capítulo 26, em LIN, Y. *Sabedoria de Confúcio*, 1958).

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Um segundo fator que também desempenhou papel importante foi a rejeição – ou sua falta de crença – de toda espécie de divindade pessoal onipotente como um poder mais alto a governar o universo.

Neste trecho, retirado da citação de Colin Ronan, fica claro que os chineses não criaram barreiras religiosas ao conhecimento científico. Por que isso ocorreria? Responda em dez linhas.

Resposta Comentada

Como vimos, os chineses possuíam diversos deuses na época Shang, que foram gradualmente substituídos pelo conceito de uma inteligência da natureza, o Céu (Tian). Estudar a natureza não implicava, portanto, negar qualquer tipo de crença: os chineses acreditavam, na verdade, que o estudo da natureza levava-os a uma compreensão maior de tudo, sem excluir qualquer tipo de crença. O próprio domínio da Ciência era necessário para reforçar certas crenças, como a do calendário, garantindo ao imperador, assim, o papel de conector entre o Céu e a Terra.

RESUMO

Nesta aula, acompanhamos o desenvolvimento de dois aspectos fundamentais na civilização chinesa: a ideia de Ciência e a de religiosidade. Observamos, principalmente, como essa civilização pode construir uma mentalidade em que uma não exclui a outra, mas, simplesmente, define seus espaços de atuação, levando a uma incrível continuidade de sua ciência tradicional e do conhecimento de seus mitos.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, conheceremos as origens da civilização indiana, o outro grande gigante da Ásia, tão antiga e poderosa quanto a China, mas com uma história bem diferente.

Aula 9

Introdução à
civilização indiana
– a construção da
história na Índia
antiga, a pré-
história indiana
e as primeiras
civilizações

André da Silva Bueno

Meta da aula

Apresentar o nosso estudo sobre a civilização da Índia antiga, analisando a concepção de história dos indianos e as primeiras sociedades surgidas a partir da pré-história.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os elementos da cultura indiana antiga;
2. identificar as primeiras civilizações indianas;
3. compreender o conceito indiano de "história".

INTRODUÇÃO

Há pouco tempo, passou uma novela na TV brasileira cujo núcleo central passava-se na Índia – uma sociedade estranha, exótica, com costumes muitas vezes inaceitáveis para os ocidentais. Entre idas e vindas amorosas, e uma busca incessante de estereótipos que pudessem criar mais polêmicas, poucas pessoas notaram que um dos personagens principais insistia em agradecer aos outros, falando palavras em árabe... língua da Arábia Saudita e de parte do mundo islâmico, mas de jeito nenhum indiana. Isso mostra o quão pouco sabemos sobre a civilização indiana, cuja antiguidade remonta aos tempos pré-históricos. Sua cultura tem uma relação íntima com a aurora da Europa, mas durante séculos a Índia caiu no limbo do conhecimento histórico ocidental, tornando-se mais uma peça do orientalismo (que estudamos no início desse curso). O que vamos fazer nas próximas aulas é conhecer um pouco mais sobre a civilização indiana antiga, suas origens, cultura e sua importância no mundo antigo. Descobriremos que os mesopotâmios não conheciam apenas o Egito, mas recebiam também a visita dos povos do leste, vindos dos planaltos indianos...



A confusão dos turbantes

Após o incidente de 11 de setembro de 2001, em que os Estados Unidos sofreram o terrível ataque terrorista da Al Qaeda, um cidadão americano resolveu fuzilar o dono de uma mercearia, próxima de sua casa. O motivo: ele queria se vingar dos árabes que haviam derrubado as Torres Gêmeas. A questão é que o dono do mercadinho não era árabe, era um indiano. A confusão, segundo alegava o atirador, foi feita porque aquele homem “usava um turbante”. De fato, o turbante – peça de pano feita

para proteger a cabeça do sol do deserto – foi imortalizado no imaginário ocidental pelos árabes, mas se trata, na verdade, de uma peça de vestuário comum no Oriente Médio e na Ásia central, em lugares onde é necessária a proteção contra o calor excessivo.



Zwobot e Etan J. Tal

Figura 9.1: Um indiano e um marroquino, usando seus turbantes típicos. Um olhar mais cuidadoso far-nos-á perceber os modos diferentes como esses povos usam o turbante.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Turban>

Singularidades da história indiana

Para estudar a história da Índia, é necessário ter em mente que as concepções que regem a construção do passado, para os indianos, não são as mesmas que as nossas. Nem ao menos esses parâmetros são semelhantes ao de outros historiadores antigos, tais como dos gregos ou chineses. Não se encontra na Índia antiga nenhum tipo de cronologia ou estudo da história tal como entendemos. Isso porque desde cedo essa cultura estruturou-se na busca de outros valores que não necessariamente lidavam com as ideias de tempo necessárias à construção de um passado histórico (como os ocidentais e os chineses entendiam). É fundamental compreender que os elementos mais importantes para essa civilização eram aqueles

tidos como verdades atemporais e imutáveis, manifestações de um ciclo cósmico que deveria ser dominado como forma de integração com a natureza do universo.



Figura 9.2: Brahma, o criador do universo. Atentos muito mais ao ciclo cósmico da criação, os indianos deixam de lado a história como registro do passado, para serem um registro de seu senso religioso.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Brahma_Halebid.jpg

A Índia, desde cedo, preocupou-se muito pouco com a cronologia e a datação histórica; sua religião principal, o hinduísmo (ou *sanatana dharma*, que veremos na próxima aula), defendia que o mundo material era uma prisão da alma, e, por isso, o objetivo fundamental do ser

humano era libertar-se desse mundo, por meio de ações meritórias e de boa moral. Desse modo, registrar o que se passava no “mundo material” era “perda de tempo” (literalmente), pois se trataria simplesmente de escrever sobre os mesmos problemas indefinidamente. A memória deveria ser usada de outra forma: ela deveria preservar a religião e os meios para se escapar da matéria, criando então um senso histórico único: para os indianos antigos pouco importava a imprecisão total em relação ao passado, mas, apenas, preservar dele o que poderia ser usado para alcançar a independência espiritual. Como afirmou o orientalista Jean Riviere (1979):

A Índia dá mais importância à “Essência”, ao “Absoluto”, do que à manifestação material alterável e transitória do mundo dos fenômenos. Esta manifestação tem um caráter ilusório, a “maya”; daí a teoria que o valor absoluto dos indivíduos é minimizado e que os acontecimentos históricos perdem importância e convertem-se em repetições de circunstância, numa série indefinida de ciclos que se repetem. O mito substitui facilmente a História e já se pôde observar que o indiano carece totalmente de sentido histórico; a fixação das grandes datas da antiguidade indiana foi obra de orientalistas ocidentais. Esta tendência provoca um certo repúdio pelo mundo objetivo natural; as percepções intuitivas, obtidas pelas técnicas de meditação, são tão válidas para o indiano como suas percepções sensoriais e têm inclusive maior realidade, porque provêm de esferas superiores da manifestação, mais próximas da “Realidade Suprema”. Para o pensamento indiano, a vontade não consiste no acordo entre o conhecimento subjetivo e o conhecimento de natureza objetiva do mundo, como acontece no Ocidente, mas sim e acima de tudo é uma atitude moral, ética, uma forma de viver espiritualmente de acordo com as “Leis Eternas”. Com esta abertura para “o alto”, o indiano escapa ao desespero existencialista ocidental.

Veremos que as primeiras histórias indianas, chamadas “puranas”, eram absolutamente míticas e poéticas, e são os exemplos espirituais que importavam nessas narrativas. É como se

um indiano ouvisse uma fábula tradicional e, após entender a “moral da história”, ele exclamasse: “Ah, isso É VERDADE!” – como se a moral contida na fábula fosse a *verdade* de fato, pouco importando se seus personagens eram bichos ou humanos conversando entre si.



Uma excelente sugestão de documentário para compreender a civilização indiana é *História da Índia*, do historiador Michael Wood, lançado em 2008, no Brasil. Nos dois DVDs, Wood traça um quadro abrangente da Índia, analisando suas origens, história, cultura e religiosidades. Os documentários são enriquecidos pelas paisagens indianas e pela consulta de especialistas, que tornam o documentário uma excelente fonte de estudo.

Tendo em vista os caracteres específicos desta “história indiana”, torna-se indispensável realizar uma conjunção dos estudos linguísticos com os vestígios materiais, trazidos pela arqueologia para construir uma *história antiga da Índia*. Foi principalmente com a presença inglesa na Índia, a partir do século +18, que o passado indiano começou a ser desvendado por um método científico. Um exemplo disso é a civilização de Harappa (que veremos a seguir), que foi descoberta pelos ingleses e cuja existência os indianos desconheciam.

Por outro lado, os estudos da literatura indiana dão indicativos da evolução dos processos culturais e mentais que permearam a organização da civilização indiana, mas elas sofrem de um grande problema de datação. Esta mesma questão aparece em relação à arqueologia que, no entanto, dá-nos noções mais precisas sobre a organização material e sobre o cotidiano desta sociedade. Logo, os modelos construídos para explicar a história indiana ainda são

frágeis em alguns pontos, tais como: contexto, tempo, etc., mas são extremamente férteis no campo cultural e são relativamente bem providos de elementos materiais.

A pré-história e as primeiras civilizações do vale do Indo

A história do subcontinente indiano está ligada, diretamente, ao problema da pré-história de duas maneiras diferentes: a primeira, que envolve os mais antigos assentamentos humanos no lugar, e a segunda, quanto à possibilidade das migrações populacionais para a região em tempos dificilmente datáveis.

Analisemos o primeiro caso: ao longo de toda Ásia, encontram-se vestígios de comunidades neolíticas (a fase mais recente da pré-história, quando os seres humanos aperfeiçoam a produção de instrumentos de pedra e iniciam comunidades agrícolas sedentárias), e no Paquistão encontra-se um dos mais antigos assentamentos do gênero, em Mehrgarh (lembramos que a Índia antiga engloba toda esta região, que só foi dividida após a proclamação da independência da Índia e do Paquistão, em 1947). Esta é considerada uma das mais antigas comunidades neolíticas escavadas em todo o mundo e usualmente é classificada como a mais remota da Ásia Central.

A análise destes vestígios envolve, porém, os tradicionais lapsos históricos entre as fases arqueológicas. Acredita-se – pela sua localização geográfica e pela prática da agricultura intensiva – que este assentamento tenha uma relação direta com as mais antigas das civilizações indianas, as civilizações do vale do Indo.



Figura 9.3: Localização das civilizações do vale do Indo.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Civil%C3%A0ValeIndoMappa.png>

Descobertas em 1920 pelos ingleses, as civilizações do vale do Indo (localizadas próximas ao rio que lhe dá o nome, o rio Indo), surgem já organizadas em cidades-estado poderosas, que mantiveram relações comerciais e culturais com a Mesopotâmia. Datadas do séculos em torno de -2500, Harappa e Mohenjo-Daro, os centros mais antigos destas civilizações, apresentam-se notavelmente organizadas numa vida urbana rica, intensa e planejada.

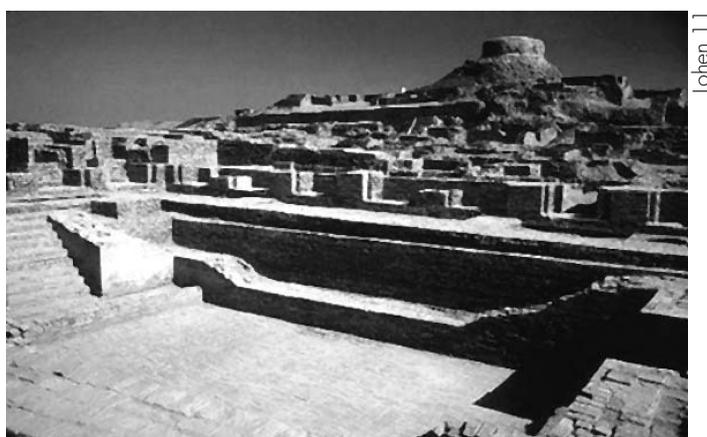


Figura 9.4: Visão de Mohenjo-Daro. Percebam a simetria no planejamento urbano; na frente, encontramos uma piscina, provavelmente, utilizada com fins rituais, que pode ser percebida pelas paredes que formam o tanque e os degraus de acesso nas laterais.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mohenjodaro_Sindh.jpeg

Ambos os perímetros urbanos demonstram um grau de planejamento e organização pouco vistos no mundo antigo, caracterizando mesmo a ideia de cidades planejadas. Além disso, contavam com sistemas de medidas uniformizadas, condutos de água para banhos e serviços privados, e legaram um farto material arqueológico. Um conjunto de fontes que se destacam são os sinetes de barro, representando uma temática variada, como figuras religiosas ou cenas do cotidiano, mas cuja escrita nela presente ainda não foi decifrada.



Figura 9.5: Sinete de barro com a possível representação do deus Shiva.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Shiva_Pashupati.jpg

Supõe-se que estas culturas tenham desaparecido em torno de -1800 e -1500, em função de problemas ecológicos na região (algumas escavações sugerem um ressecamento severo da região, impossibilitando a agricultura), embora até algum tempo atrás fosse defendida a tese de uma invasão de povos da Ásia Central (os "indo-europeus" ou "arianos") como a principal razão de sua destruição. Tal não se comprova pelo estado excelente de conservação das

ruínas, pela ausência de sinais de guerra, de cadáveres e, ainda, por conta do processo de expansão destes povos que, como veremos, foi bem diferente do indicado pela sua literatura.

Esta civilização nova, dita do Indo ou de Mohenjo-Daro e Harappa, segundo o nome dos dois lugares explorados, parece ter representado um papel capital na formação da indianidade. Ela é portadora, com efeito, de germes dessa personalidade que eclodirá perto de dois milênios mais tarde e isso apesar de um longo eclipse, de um sono prolongado e perturbador, depois que essa civilização brilhante, essencialmente urbana na sua manifestação, mas de essência agrária, apagou-se enigmaticamente por volta de 1500 antes da nossa era. Ela nos oferece, em suma, elementos que nos remetem à civilização sumeriana, sua contemporânea, sem por isso se apresentar como uma província desligada dessa prestigiosa cultura mesopotâmica. A escrita indiana, para dar só um exemplo, não tem rigorosamente nada em comum com a da Suméria. Compreende-se mal, como a civilização do Indo chegou tão depressa a um estágio urbano tão avançado e bem organizado; a fase preparatória necessária escapa-nos. Constatamos simplesmente que uma plêiade de cidades – perto de oitenta foram encontradas – coexistiu por, aproximadamente, um milênio numa área geográfica muito extensa, comparável à Europa ocidental, desde o mar de Oman até ao Ganges. As duas primeiras cidades desenterradas nos anos vinte, Mohenjo-Daro e Harappa, provocaram o espanto nos especialistas; até então nem se suspeitava da existência dessa civilização! Estas cidades-estado cercavam-se de espessas muralhas, que nos aliam de ameaças e de insegurança, tanto quanto as imponentes cidadelas, que frequentemente as coroam e zelam pela sua segurança e seus bairros dispostos como um tabuleiro de damas, cortados por largas artérias orientadas na direção do vento. Normalmente utilizava-se o tijolo cozido para as infraestruturas e o tijolo seco ao sol para os alicerces. Canalizações muito aperfeiçoadas levavam a água do rio mais

próximo até a mais humilde habitação; outras, constituídas por regos, situados no meio das artérias, cobertos por pedras achatadas, drenavam as águas sujas e pluviais; estes esgotos coletores desembocavam em poços de decantação. Esta preocupação pela higiene e bem-estar geral apresenta um caráter excepcional para a época, que se preocupava pouco com a sorte dos humildes. [...] Nos bairros públicos, encontraram-se instalações imponentes de celeiros, que possuíam um engenhoso sistema de isolamento e ventilação; sua importância sugere uma organização social avançada e estruturada. Alguns comparam estes celeiros públicos a verdadeiros bancos nacionais, servindo o cereal de moeda de troca, de unidade de referência. Todas as mercadorias eram avaliadas por medidas de cereais. Aliás, a mais importante e próspera ocupação dos Indianos repousava na intensa atividade agrícola, que proporcionou a atividade cidadina complementar. Ficamos verdadeiramente admirados de, nesses tempos profundamente religiosos, não encontrarmos templos ou vestígios da estatuária que os povoaria, como foi regra noutros lugares durante toda a Antiguidade, nem sequer estatuetas de adoradores em atitude de oração diante de sua divindade. Podemos concluir que a religião ficava num plano secundário? Num plano inferior, talvez, ao da religião no Egito e Mesopotâmia, ainda que pareça incrível, que a religião fosse negligenciada nesta época e nesta Índia donde partirá o Budismo. Sem dúvida, revestir-se-ia de formas que desconhecemos ainda. As figurinhas de pedra ou bronze encontradas (somente onze peças fragmentadas de pequeno formato para todo o Mohenjo-Daro) e grande quantidade de figurinhas em argila, contribuem para uma certa documentação sobre esta sociedade e seus meios de expressão (ANEQUIN, 1979).



Figura 9.6: Conjunto de sinetes de barro. Notem no canto superior dois sinetes com o símbolo da suástica – na Índia, esse era o símbolo da liberdade, prazer e boa fortuna. Milênios depois, os nazistas apropriam-se do símbolo, transformando-o em sinal de opressão e domínio.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:IndusValleySeals.JPG>

O segundo caso pré-histórico, como citamos, está ligado à migração de povos da região da Oceania para o subcontinente indiano, manifesto pelas suas características genéticas aproximadas. Estes agrupamentos, localizados no sul da Índia, mantiveram uma grande independência cultural ao longo dos séculos, só derrubada pela expansão das civilizações do Norte. Ainda assim, fatores como a língua e hábitos culturais apontam, porém, para singularidades remanescentes de um processo de fusão que se deu por via do hinduísmo em tempos posteriores.

A civilização védica

O período situado entre -1800 e -1500 aponta para a presença, na região norte da Índia, de uma civilização pastoril, guerreira e nômade, autodenominada em sua literatura como “arianos”. São inúmeras as teorias para sua origem, mas, para além de sua relação linguística com os idiomas ocidentais e iranianos, é bastante difícil

saber a sua procedência. As teorias são diversas: para alguns antigos teóricos europeus, como Max Muller (+1823 a +1900), eles seriam “indu-europeus” brancos e superiores, vindos do Cáucaso, que submeteram as civilizações autóctones, doravante chamados de “dasas” (ou “drávidas”, escravos); para George Dumezil (+1898 a +1986), no entanto, estes povos viriam da Ásia central, o processo de assimilação foi gradual e tendeu tanto à fusão como à guerra, denotado pelos padrões específicos da cultura indiana védico-hinduísta que se desenvolveriam posteriormente; ainda existe a corrente indiana, representada no Ocidente por David Frawley (1995), autor ainda vivo que defende a total “indianidade” da origem dos arianos e dasas, afirmando que se tratam apenas de vocábulos sânscritos que indicam relações de poder e não étnicas.

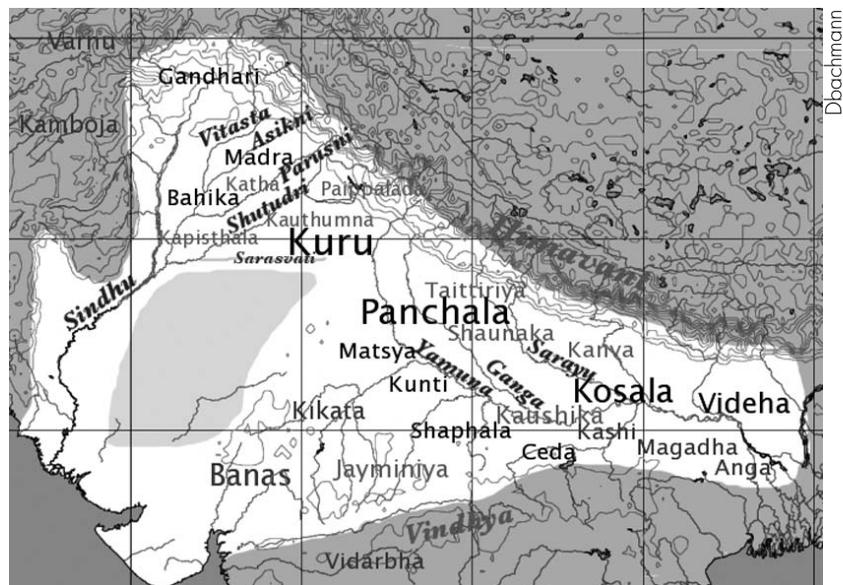


Figura 9.7: Os primeiros reinos védicos.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Map_of_Vedic_India.png

Seja como for, o que pode ser constatado até agora é que existiu um movimento populacional migratório neste período, resultando tanto numa série de conflitos como de fusões entre populações locais e as ditas “invasoras” (“arianas”). Isso fica denotado pelo quadro arqueológico e literário da época, que aponta o surgimento de

uma cultura estruturada em cima de seus textos religiosos principais, chamados Vedas (revelações). Inicialmente, eram aceitos três Vedas como principais (Rig, Yajur e Sama Vedas), mas um quarto texto foi adicionado tardiamente a este conjunto, o Atharva Veda. Eles mostram a formação de uma sociedade estruturada em varnas (ou castas, como conhecemos), guerreira, pastoril e seminômade, cujo panteão de deuses se parece muito com o grego e o romano. Esta sociedade praticava cultos derivados de um xamanismo (como por exemplo, numa cerimônia em que se ingere o *suco do Soma*, suco alucinógeno que os sacerdotes ingerem para entrar em um transe místico), e formou pequenos reinos que se autoproclamavam “senhorios” ou arianos. Neste ponto, é realmente difícil saber se “dasas” ou “drávidas” são vocábulos aplicados apenas aos dominados ou remetem-se a alguma população local, já que o grosso da população indiana é resultado de uma fértil mestiçagem.

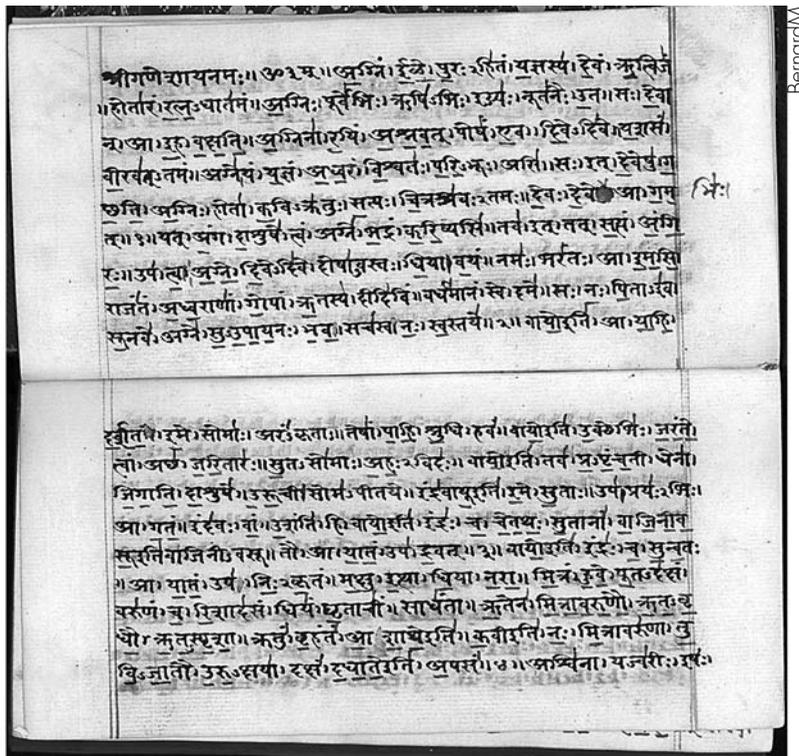


Figura 9.8: Uma seção do Rig Veda, feita no século +19. Embora se trate de uma versão recente, está escrita no mesmo sânscrito dos ancestrais indianos de -1500. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Rigveda_MS2097.jpg

Inicialmente, as varnas dividiam-se entre brâmanes (religiosos), khsatryas (ou xátrias, guerreiros), vasyas (comerciantes e fazendeiros) e sudras (trabalhadores, escravos, camponeses etc.), além dos párias, grupo que teoricamente não tinha nem inserção social. Provavelmente, algo dessa organização já existia entre os arianos, mas ela foi transplantada para a civilização védica e, posteriormente, seria justificada pelo desenvolvimento da crença na reencarnação. Estas sociedades são comandadas pela figura do Raja ("rei", que deve ser um xátria) e do exército, mas a educação geral e a manutenção ideológica da ordem ficam por conta dos brâmanes, a principal classe culta da sociedade.



A grande prova do desejo ariano de estabelecer uma sociedade hierarquizada em varnas (ou castas) transparece no Hino a Purusha, um dos textos que compõe o Rig Veda. Nele, os arianos defendiam que, desde a origem do universo, um gigante cósmico havia sido sacrificado pelos deuses para criar os mundos e as coisas. Numa passagem desse hino, afirmava-se que:

Quando dividiram Purusha, quantos pedaços fizeram?

A que chamam sua boca, seus braços? A que chamam suas coxas e pés?

O Brâmane foi sua boca, de ambos os seus braços foi feito o Rajanya (xátria). Suas coxas tornaram-se o vacia, de seus pés o sudra foi produzido.

A Lua foi engendrada de sua mente, e de seu olho o Sol nasceu; Indra e Agni nasceram de sua boca, e Vayu de seu alento.

De seu umbigo veio a atmosfera; o céu foi modelado de sua cabeça; a terra, de seus pés, e de suas orelhas, as regiões. Assim eles formaram os mundos.

Para os arianos, ali estava o mito que justificava a imposição das castas e a consolidação dessa ideia no mundo indiano.

A construção da civilização védica trouxe ainda, consigo, a disseminação do sânscrito como principal língua integradora e religiosa, englobando todas as regiões principais do norte da Índia. Deve-se notar que este longo processo histórico iria gradualmente se consolidar até o período dos séculos -9 e -8, quando começam a surgir os primeiros grandes reinos organizados de que se têm notícia (os mahajanapadas) e pela mudança da religião védica autêntica em direção à formação do sanatana-dharma, ou o hinduísmo antigo, representado pelo surgimento dos Bramanas, Aranyakas e Upanishads, textos produzidos em função de um longo debate metafísico que consolida as crenças sobre o ciclo de encarnações e os pilares fundamentais do pensamento religioso, e que veremos a seguir.

Os textos históricos e suas funções

Para concluir esta primeira aula, devemos conhecer a documentação com a qual trabalhamos e que só surge no período védico. A literatura indiana antiga é rica em quantidade de textos, mas restrita em alguns aspectos: não encontraremos, por exemplo, nenhum texto sobre História propriamente dita: na verdade, o primeiro texto do gênero foi escrito por um grego (*A história Indika*, de Megasthenes, sobre o Império Maurya, hoje perdida e cujos fragmentos encontram-se na obra de um autor posterior, Arriano). Podemos, no entanto, estabelecer uma série de clivagens sobre sua organização social, sobre sua cultura e

sobre o pensamento, tendo em vista a profusão de textos religiosos e jurídicos existentes, além de uma série de histórias e textos mitológicos. Em linhas gerais, temos a possibilidade de organizar estes documentos da seguinte forma:

Vedas: são os primeiros textos da literatura védica, sendo o principal o Rig Veda, tido como revelação divina. Complementam-no o Sama e o Yajur, conquanto o Atharva tenha sido absorvido apenas tardiamente por seu conteúdo mágico-popular. Compõem-se de textos de carácter religioso e explicativo, abordando inúmeros aspectos rituais da cultura ária, seus deuses, crenças, valores sociais etc., já o Atharva Veda é um livro de magias práticas.

Aranyakas e Bramanas: representam uma espécie de transição entre os Vedas e os Upanishads. Os Aranyakas são os “livros da floresta”, escritos por pensadores, eremitas e filósofos cujos objetivos eram discutir aspectos diversos da religiosidade, interpretá-la e definir métodos eficazes de evolução espiritual. O mesmo se deu com os Bramanas (ou, “discussões bramânicas”), que possuíam um sentido parecido, mas foram realizados por sábios da varna dos brâmanes e tratam dos aspectos rituais, das obrigações, liturgias e credos.

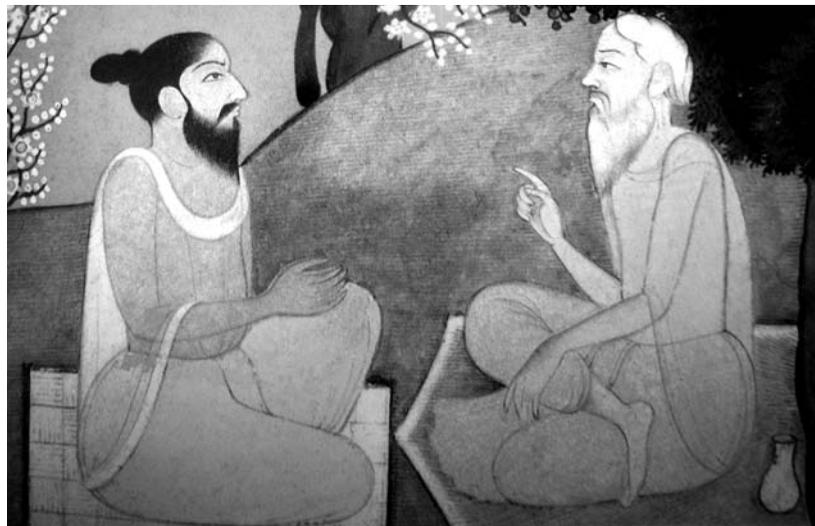


Figura 9.9: “Sente aqui e te explicarei...”. A palavra *upanishad* pode ser usada nesse sentido: aproxime-se para ouvir uma lição de sabedoria, como aparece nessa pequena pintura provavelmente do século +16.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/bananaajagal/2114975219/sizes/z/in/photostream/>

Upanishads: representam a “conclusão” da literatura védica e surgem em torno dos séculos -9 e -8. Enquanto os Vedas guardavam o que havia de mais importante na cultura ariana, os textos upanishádicos tratam do que há de mais espiritualizado na cultura védica. São estes textos que apresentam de forma clara as questões relativas à espiritualidade e à libertação da alma, da vida, do cosmos, das técnicas de domínio do corpo e da mente etc. Existem mais de duzentos Upanishads, versando sobre os mais diversos assuntos, mas alguns são considerados como fundamentais até os dias de hoje. A própria palavra *upanishad* pode ser traduzida, aproximadamente, como “sente aqui perto”, denotando a ligação entre o mestre e o discípulo.

Puranas: são as “histórias” indianas mais próximas de fábulas e lendas do que propriamente de uma história científica, mas, como algumas guardam elementos religiosos importantes, tal diferença não era considerada pelos indianos. Como exemplo desses textos, temos os famosos *Mahabharata* e *Ramayana*.

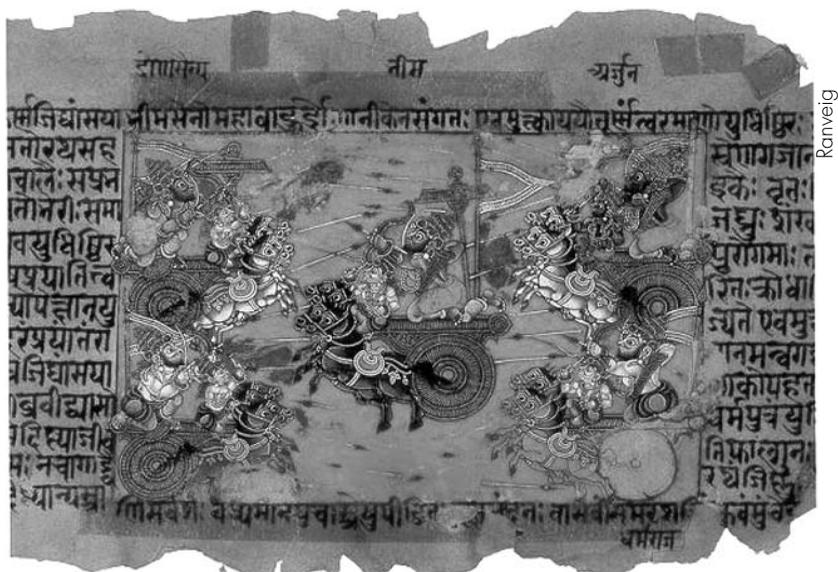
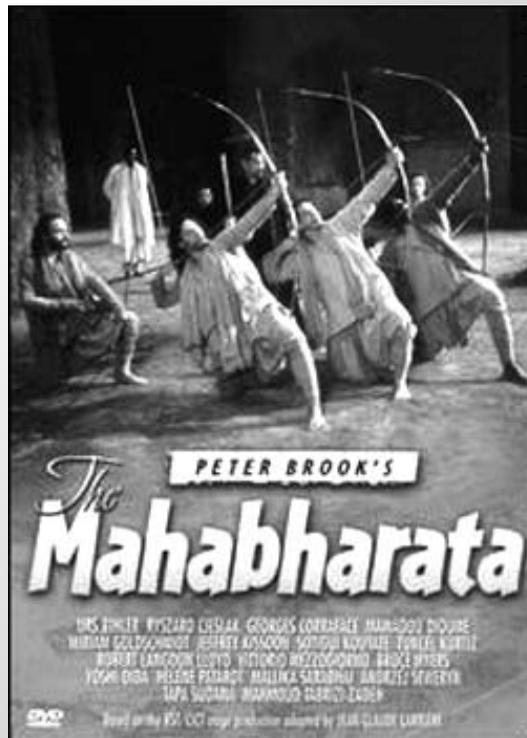


Figura 9.10: Representação da batalha de Kurukshetra, momento decisivo do Mahabharata (pintura provavelmente do século +18).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Kurukshetra.jpg>

O *Mahabharata* é um dos maiores textos (em tamanho) escritos até hoje e narra a história dos “grandes bharatas”, num passado situado na aurora da humanidade. Duas famílias disputam o poder: os pandavas (bons) e kuravas (maus); mas após diversas intrigas, aventuras e disputas, elas se lançam à guerra apocalíptica, que definiria o mundo. É nesse romance que aparece a *Canção do senhor (Bhagavad Gita)*, um livro com profundas instruções espirituais para a libertação da alma e que teria sido escrito pouco antes da batalha final entre as duas famílias. Já o *Ramayana* conta a história do rei Rama, que tem sua esposa raptada por um demônio e precisa sair em sua busca. Diversos elementos fundamentais do hinduísmo antigo são discutidos nesse livro, além das incríveis aventuras que Rama passa. Existem ainda puranas, dedicados aos deuses principais, sobre mitos ou coletâneas de contos. Os contos budistas, surgidos no século -6, chamados de jatakas, podem ser incluídos nessa categoria.



Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:TheMahabharata1989.jpg>

Por ser uma obra gigantesca, o *Mahabharata* foi transformado em novela, no final da década de 1980, e demorou mais de dois anos para ser exibida completamente na TV indiana, sendo um sucesso absoluto. No entanto, uma versão cinematográfica de 1989, *The Mahabharata*, produzida por Peter Brook e Jean Claude Carrière, e de “apenas” três horas de duração, foi intensamente aclamada pela crítica e obteve relativo sucesso em adaptar a obra a uma linguagem mais dinâmica e teatral. No filme, a linha principal dos acontecimentos narra a história da guerra entre kuravas e pandavas, captando com sensibilidade os valores e os paradoxos da obra original.

Além desses textos, podemos citar igualmente os textos jurídicos dos quais destacamos *As leis de Manu (Manavadharmashastra)* e o *Artashastra*, além dos textos próprios de conduta. Ainda existem os textos “mundanos”, tais como de Medicina, Matemática ou de Relações Sociais, do qual destacamos o *Kama sutra* (feito num período posterior ao tratado, porém). Cada um deles representa para a cultura indiana um papel específico, que devemos buscar compreender de forma bem clara.

As literaturas indianas são religiosas em sua origem. É graças aos poetas religiosos panteístas, adoradores das divindades da aurora, das montanhas e dos rios, que temos os primeiros textos literários – os Vedas. Seus autores viveram há 3.500 anos, no noroeste do subcontinente indiano. Esse era habitado por tribos indo-europeias que conquistaram toda a bacia do rio Indo. Os Vedas, arquivos da balbuciente civilização hindu e monumento literário, dividem-se em quatro coletâneas de hinos e cânticos (Rig Veda, Yajur Veda, Sama Veda e Atharva Veda) dirigidos às suas divindades tutelares. Literalmente,

Veda significa “conhecimento”. Um conhecimento de ordem essencialmente mítica e espiritual, devido à crença, entre os hindus, de que as compilações védicas não são inspiração humana, mas nascidas da própria boca do demiurgo Brahma. Textos revelados que não poderiam se anunciar a não ser em sânscrito, a língua dos deuses. Durante o período védico, que dura quase mil anos, o sânscrito torna-se a língua franca, codificada desde o século -6 pelo gramático Panini. No entanto, mesmo nessa época, a Índia já era multilíngue e a escolha desta ou daquela língua pelos poetas e bardos tinha implicações sociais e religiosas importantes. O Buda, por exemplo, aparece no século -6. Seu ensinamento era dissonante com o elitismo brâmane. Fazia suas pregações em dialetos populares, como o pali ou o prakrit. Tesouro da literatura narrativa mundial, os Jataka, ou as narrativas das vidas anteriores de Buda, (sendo que algumas foram contadas pelo Mestre em pessoa), estão em pali, língua de contestação da rigidez do hinduísmo e do sistema de castas (CHANDA, 2007).

CONCLUSÃO

A Índia antiga é um manancial precioso de informações sobre o passado da humanidade. Nela encontramos um paradoxo: alguns dos vestígios mais antigos das andanças dos humanos estão lá, guardadas, sendo gradativamente desvendadas por uma civilização que, desde seu início, nunca se preocupou muito com a história (tal como conhecemos no Ocidente). A cultura de Harappa e a civilização védica ainda têm muitas pistas e descobertas a nos oferecer e são um campo em aberto para historiadores, arqueólogos e pesquisadores que queiram trabalhar com algo inédito, participando da aventura da construção histórica.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Todo ser nasce sozinho e assim morre; sozinho ele desfruta a recompensa de sua virtude, e sozinho sofre a punição de seu pecado. Deixando o corpo morto no chão como um toco de madeira ou um torrão, os parentes saem com rostos voltados para outros lados; mas o mérito espiritual acompanha a alma. Que ele, portanto, acumule sempre e lentamente o mérito espiritual, para que esse mérito seja seu companheiro após a morte, pois sem o mérito por companheiro ele atravessará uma tristeza difícil de atravessar. [...] Quem se preocupará com o corpo sabendo disso? (Lei de Manu)

No trecho citado das “Leis de Manu”, apresenta-se uma verdade fundamental para os indianos: a importância do mérito espiritual, religioso e moral como elemento fundamental da vida. Desde a antiguidade indiana esse é um valor considerado no imaginário dessa civilização. Explique como isso influenciou a concepção de história que perpassa a construção da literatura indiana e das civilizações antigas.

Resposta Comentada

Como desde cedo a religião tornou-se um ponto fundamental de unidade no pensamento indiano, a crença no espírito – em detrimento da matéria – tornou o registro do passado (a história) algo desnecessário, sendo muito mais importante a manutenção das crenças religiosas

e morais. Isso fica evidente não pela ausência de textos “históricos” como conhecemos, mas pela abundância de textos religiosos, que são nossa fonte de informação sobre os períodos mais antigos da história indiana.

RESUMO

Nesta aula, buscamos conhecer um pouco mais sobre o início da história indiana, as principais fontes de estudo que possuímos e suas primeiras civilizações. Vimos ainda um pouco sobre o conceito tradicional de história para os indianos e de como essa civilização, desde seus primórdios, organizou-se culturalmente de um modo muito diferente de seus contemporâneos.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, conheceremos um pouco mais sobre a história política da Índia antiga, suas religiões e escolas filosóficas.

Aula 10

Os mahajanapadas e o sanatana dharma

André da Silva Bueno

Meta da aula

Analisar o período dos séculos -9 a -4, quando a Índia organizou-se em grandes reinos centralizados, os mahajanapadas. Junto com eles, veremos o surgimento do hinduísmo tradicional que conhecemos hoje – o sanatana dharma, suas principais vertentes religiosas e filosóficas e, ainda, o surgimento do jainismo e do budismo, duas importantes religiões alternativas da antiguidade indiana.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os elementos fundamentais do período analisado, chamado de mahajanapada;
2. identificar os elementos constituidores do sanatana dharma ou hinduísmo;
3. analisar os elementos básicos do jainismo;
4. identificar os elementos básicos do surgimento do budismo.

INTRODUÇÃO

O escritor americano Gore Vidal, no seu maravilhoso livro *Criação* (1981), bolou uma história fantástica e, ainda, plausível. Um enviado da **Pérsia aquemênida**, Ciro Espítama, neto do profeta Zoroastro, viaja pelo mundo antigo, conhecendo grandes sábios da Antiguidade. Ele conhece o ainda novo Sócrates, chama o historiador grego Heródoto de “chato” e fica admirado com a profundidade humana de Confúcio. Na Índia, ele encontra com discípulos do jainismo e do budismo, em pleno período de ebulição dos mahajanapadas. A leitura do romance é fabulosa não apenas por desconstruir a visão greco-ocidental do mundo antigo, mas percorre uma época rica em raciocínios inovadores, uma verdadeira revolução intelectual e religiosa que o filósofo alemão Karl Jaspers (1883-1969) chamou de “Era Axial”, um momento fundamental para a reestruturação do mundo. A Índia foi, nesse momento, o celeiro de grandes ideias e pensadores, como Mahavira e Buda, legando-nos uma herança filosófica e religiosa preciosa. É isso que vamos conhecer um pouco agora.

Pérsia aquemênida

A dinastia aquemênida governou a Pérsia (atual Irã), entre -549 a -330, e destacou-se por ser um dos primeiros impérios multiculturais da Antiguidade. Dominando uma vasta extensão de terra que ia do Egito até a Índia, os aquemênidas criaram uma estrutura administrativa participativa, que aceitava os membros das populações dominadas como integrantes das funções públicas. Sua derrocada só aconteceu diante da invasão comandada por Alexandre Magno, que pôs fim ao Império e estabeleceu o domínio helênico naquela região.

Os mahajanapadas

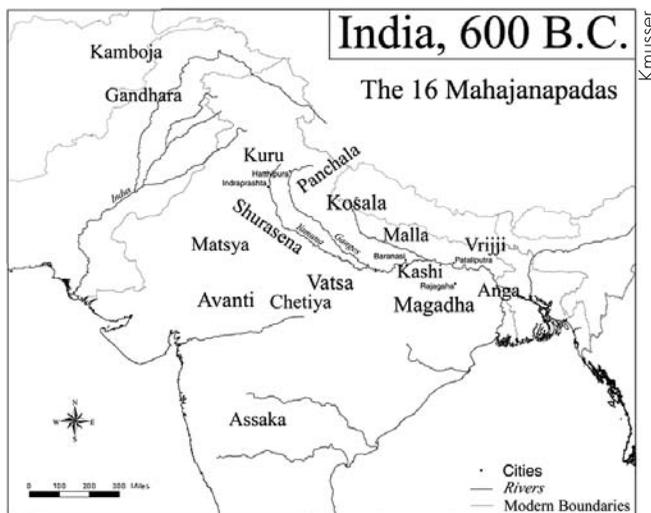


Figura 10.1: Mapa dos mahajanapadas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ancient_india.png

A característica fundamental deste período na Índia (séculos -9 a -4) é o aprofundamento das relações políticas, que geram um processo de unificação entre reinos no Norte e na parte central da Índia. As razões pelas quais estas mudanças acontecem são pouco conhecidas, mas apontam para um desenvolvimento do comércio e da metalurgia, aliado ao aprimoramento da irrigação e da agricultura, que permitem um assentamento definitivo das populações no espaço. A criação de gado continuou a ser um fator fundamental de riqueza, mas as atividades econômicas diversificam-se, ensejando a organização de governos mais complexos, extensos e atuantes.

A história política dos mahajanapadas (ou “grandes reinos”) salvou o nome dos reinos, mas pouco, além disso, em termos de cronologia ou detalhes administrativos e históricos. Teriam sido ao todo 16 reinos, dos quais os mais poderosos seriam Maghada, Kuru, Kosala e Gandhara. Outros reinos menores também são reconhecidos: Kasi, Anga, Vajji, Malla, Chedi, Vatsa, Kuru, Panchala, Matsya, Surasena, Assaka, Avanti e Kamboja. Especula-se, por vezes, se reinos como os de Kuru não seriam os mesmos que aparecem nas epopeias antigas, como o *Mahabharata*, mas tal afirmação não encontra base sólida.



Figura 10.2: *Stupa* budista, construída em Maghada, no período Maurya. Um dos mais antigos símbolos do budismo, a *stupa* é um pequeno templo religioso, em forma circular, no qual o crente entra e anda em círculos, recitando suas orações. Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Sanchi2.jpg>

Esta estrutura política continuaria a durar até o período das invasões persas (em torno do século -5, com a expansão dos territórios aquemênidas) e depois gregas (com Alexandre Magno), quando parte desses reinos seria absorvido. Apenas Maghada continuaria a sobreviver, sendo o alicerce da subsequente dinastia Maurya, o primeiro grande Império indiano, que veremos na próxima aula.

Este panorama de riqueza material e abundância, controlado ideologicamente pela casta dos brâmanes e politicamente pelos xátrias, traz consigo também um aumento das desigualdades sociais, derivadas da exploração do trabalho das castas inferiores e do subsequente problema de divisão de renda. Este fenômeno leva uma série de intelectuais, provenientes das mais diversas varnas (castas), a reexaminar o sistema de crenças estabelecido, colocando em questão a validade da moral vigente e dos aspectos religiosos da vivência humana.

Os sistemas religiosos



Redigerxyz

Figura 10.3: Indra, rei dos deuses. Nos cultos védico-bramânicos, ele era uma das divindades centrais, submetendo os outros deuses ao seu poder e vontade, sendo o “padroeiro” dos brâmanes.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Indra_deva.jpg

Podemos organizar a religiosidade indiana em três grandes correntes: bramanismo, shivaísmo e vishnuísmo. A primeira trata das antigas concepções védicas, defendidas pela classe dos brâmanes, incluindo os cultos ao soma, aos deuses arianos (Indra, Agni, Suria), e todas são responsáveis pela manutenção das estruturas sociais através de reprodução de cultos e rituais de caráter restrito e clássico.



Figura 10.4: Trimurti ou os três grandes deuses: da esquerda para a direita: Brahma, Shiva e Vishnu.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Halebid3.JPG>

Já o shivaísmo e o vishnuísmo são desdobramentos populares da absorção e expansão dos cultos aos deuses Shiva e Vishnu, além de seus consortes e aparentados. Atualmente, são os cultos mais difundidos na sociedade e é possível que, mesmo em tempos antigos, também fossem os mais abrangentes: isso porque eles surgiram, como foi dito, no seio da sociedade, com cerimônias populares e abertas, e conseqüentemente mais simpáticas a todas as varnas. Isso se explica pelas características desses deuses, chamados na Índia de trimurti (tríade ou "três formas"), que se responsabilizariam, cada um, por um aspecto do universo; Brahma, como o criador do

universo, Vishnu, como o conservador, e Shiva, como o destruidor. A classe bramânica, inspirada nos cultos da época védica, manteve sua ligação com a “criação” do mundo; quanto aos seguidores de Vishnu, esses devotam-se a uma série de avatares (encarnações) de Vishnu que vêm à Terra salvá-la em ocasiões de crise ou perigo; por fim, os seguidores de Shiva têm-no como um mestre da libertação espiritual (destruição da ilusão material), angariando muitos crentes entre os mais pobres.

Juntam-se a essas duas religiões que se difundiram perto da era Maurya, o jainismo e o budismo (que teriam surgido no século -6). Ambos (jainismo e budismo) são desdobramentos da cultura védica, mas enquanto o primeiro propunha-se a radicalizar o aspecto do ascetismo, o segundo propunha uma salvação universal e proselitista, o que o destacou do resto da sociedade como uma espécie de nova religião.

As escolas de pensamento

Classicamente, organizaram-se as escolas filosóficas da Índia em seis caminhos (*darchanas*): Nyaya, Vaishesika, Sankya, loga, Mimasa e Vedanta. Cada uma dessas escolas possui características próprias em suas abordagens sobre os conceitos de reencarnação, verdades cósmicas e Maya (ilusão material). No entanto, são igualmente consideradas como “diversos caminhos num mapa que leva ao mesmo lugar”. Em geral, quase todas essas correntes têm, também, seus períodos de datação bastante extensos, o que faz com que alguns pesquisadores prefiram determinar seus momentos de surgimento nos períodos mais recentes possíveis. Aqui utilizamos as datas mais recuadas possíveis, apenas como referência. Analisemos essas escolas.

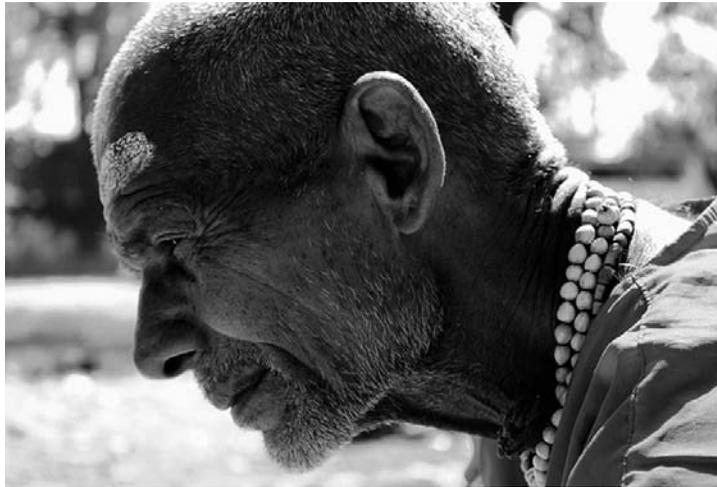


Figura 10.5: Um sábio indiano atual. Homens como esse repensam, há séculos, a filosofia indiana e sua religiosidade, tornando-a um movimento vivo e atuante em sua sociedade.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/bigphoenix2/4544265300/sizes/z/in/photostream/>

Nyaya: teria surgido no século -4 com Gautama (não confundir com Buda) e defendia que a iluminação e a salvação só poderiam ser obtidas segundo a compreensão e o domínio de categorias específicas de conhecimento sobre metafísica, matéria e natureza.

Vaishesika: parece ter sido anterior à *Nyaya* e, talvez, a mais antiga de todas as escolas, embora não tenhamos nenhuma data ao certo sobre elas. Criada por Kananda, enfatizava o conhecimento e a experiência pessoal como formas de descoberta dos mecanismos do cosmos. Ainda assim, esse mesmo conhecimento estaria atrelado a uma série de conceitos já existentes sobre virtude, controle e pensamento.

Mimasa: no mesmo séc.-4, Jaimini teria fundado a escola *Mimasa*, que basearia sua concepção de salvação no domínio de conteúdo da literatura dos Vedas (Rig, Sama, Yajur e Atharva Vedas), tidos como eternos e completos em suas revelações. Desta forma, a *Mimasa* entendia que essa libertação só poderia ser atingida pelo domínio das ações no contexto social, tidos como estruturados pelo divino. Os homens seriam livres para determinar essas suas ações, mas corriam o risco de atribular seu karma.

Vedanta: esta escola parece ter sido uma evolução da Mimamsa, fundada por Badarayana, sendo difícil situá-la no tempo (as referências apontam para uma época próxima de Jaimini, mas o texto básico dessa escola só surge dois séculos depois). Embora seu ponto de partida seja também a literatura védica (os quatro Vedas), suas proposições respaldam-se no fato de que o conhecimento dos conteúdos sagrados só poderia ser atingido igualmente por técnicas transcendentais de controle do corpo e da mente.

Sankya: diz-se que o fundador dessa escola, Kapila, viveu no século -7. Uma das escolas mais famosas de todas, representa uma manifestação direta dos conhecimentos upanishádicos. A Sankya acreditava numa libertação ascética, através da meditação e no domínio das paixões.

Ioga: a ioga já seria praticada em suas formas físicas já entre os povos dasas (ou drávidas, que vimos na aula anterior). Ela aparece igualmente nos textos mais antigos, como no *Bhagavad Gita*, texto específico do *Mahabharata*. Existiam várias escolas yoguins, com os mais diversos tipos de práticas, mas elas foram devidamente agrupadas e classificadas através de Patanjali, que poderia ter vivido entre -4 a -2. É semelhante à Sankya, mas muito mais técnica, enfatizando a atenção às disciplinas do corpo como forma de dominar o espírito, conquanto a Sankya propusesse o contrário.



Figura 10.6: Estátua representando Patanjali como uma encarnação divina da força vital, a kundalini (apresentada como uma cobra).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Patanjali.jpg>



Carvakas – os materialistas indianos

Embora pouco conhecida, a escola Carvaka marcou seu lugar na história indiana, construindo um discurso, para a época, absolutamente inacreditável: o materialismo absoluto e a negação da transcendência. Os seguidores dessa escola, cujos representantes não são bem conhecidos, advogavam um ateísmo total, uma descrença na espiritualidade e a teoria de que tudo teria uma explicação material, física e lógica. Seu fracasso não foi absoluto; de fato, os indianos reconheciam que, por mais absurdo que lhes pudesse parecer negar as divindades e a religiosidade, os questionamentos carvakas sobre os fenômenos da natureza e da vida eram profundos e precisos, levantando questões que deveriam ser examinadas com cuidado e dando base ao futuro da ciência indiana.

A observação dessas várias escolas deu origem a um adágio que representa bem a civilização indiana: *a unidade na diversidade*. Quase todas essas escolas trabalham com conceitos semelhantes, mas situam-se como caminhos diferenciados em torno do mesmo objetivo, a salvação. Elas consideram Artha (lei social), Kama (Desejo), Dharma (lei sagrada) e Moksha (libertação) como os quatro pilares deste conhecimento cósmico, que elimina o Maya (ilusão) (ZIMMER, 1983).

Na tradição hindu, religião e filosofia formam dois aspectos inseparáveis de uma mesma coisa. A especulação desempenha sempre o seu papel, mas as diversas concepções metafísicas e cosmológicas da Índia não são doutrinas diferentes; elas são antes desenvolvimentos, segundo certos “pontos de vista”, da

mesma doutrina em direções variadas, mas de forma alguma incompatíveis entre si. O termo sânscrito “darchana” significa justamente “ponto de vista”. Ele indica cada uma dessas concepções que partem de uma origem comum: o Veda. Os darchanas esclarecem-se mutuamente e completam-se. Podemos compará-los aos galhos de uma árvore que se estendem para todos os lados, partidos todos de uma mesma árvore. Nas religiões da Índia, o acordo com o Veda representa a ortodoxia. Os que fundaram os darchanas – ou sistemas filosóficos – foram grandes santos, grandes místicos. Eles tinham sempre por finalidade o retorno a formas religiosas mais puras, a conservação da tradição autêntica. Esses darchanas, sistema ou escolas, em número de seis, constituem um quadro completo do Universo. Herdeiros dos Bramanas e dos Upanichades, eles ensinam a sabedoria que conduz ao Conhecimento e à Libertação. Na cultura indiana, o estudo dos darchanas é indispensável. Eles já existiam nos tempos védicos, mas só na época do Vedanta é que foram desenvolvidos e formulados. Os sistemas que receberam o nome de darchanas são variadíssimos. As doutrinas budistas como as teorias materialistas são consideradas darchanas. O mesmo se diga do materialismo de Sarvaka, tornado um darchana que traz o nome de seu fundador. Nesse sistema, tudo se baseia na sensação. A inferência, a indução e a causalidade são negadas. Não há outra realidade afora os quatro elementos: terra, ar, fogo e água. Esses princípios opõem-se para criar todas as coisas. O pensamento é um simples resultado dessa união. A alma e o corpo são idênticos. O texto fundamental dos Sarvaka, atribuído a Brhaspati, estava redigido em sutra, mas é o Sarvadarsanasangraha de Mádharma (século +14) que dá a exposição mais completa do sistema materialista [L. Renou, *Inde classique*, p. 74 – t. II]. O nome de darchana aplica-se particularmente aos seis darchanas bramânicos que reconhecem antes de tudo a autoridade do Veda, dos Bramanas e dos Upanichades. A soma de suas vistas parciais compõem um quadro total do Universo. Nas escolas hindus, eles são estudados a começar pelo Nyaya-Vaisesika, em seguida o

Sankhya-yoga, terminando pelo Mimansa e pelo Vedanta. Passa-se, assim, gradualmente do conhecimento mais imediato à ciência do Absoluto (LEMAITRE, 1958).

Os movimentos “heréticos” do jainismo e budismo

Em meio às disputas políticas dos mahajanapadas e à organização das darchanas, dois movimentos filosófico-religiosos destacam-se como radicalizações de aspectos diversos do hinduísmo. O primeiro, o jainismo, advogava uma espécie de aprofundamento ascético das práticas de meditação ióguicas, mas permeado por um discurso estrito de preservação da vida, tendo por fim anular completamente o karma, advindo dos sacrifícios animais, das dívidas morais e espirituais (Artha e Dharma). Os jainas não negavam o hinduísmo, ao contrário: afirmavam seus dogmas fundamentais de tal forma que poderíamos mesmo considerá-los como “fundamentalistas” (embora, claro, pacifistas).



Figura 10.7: Estátua representando duas das principais personagens do jainismo, Rishabha (o primeiro profeta jainas), à esquerda, e Mahavira, o último dos profetas jainas, à direita.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Tirthankaras.jpg>

O Jainismo teria sido revelado ao gênero humano por uma sucessão de Mestres, os Tirtakharas, ou santos, que conseguiram passar, como que a vau, o rio das reencarnações. Mahavira é o vigésimo quarto e último da lista. A ele se atribui a fundação da seita na sua forma atual. Segundo a tradição, Mahavira, viveu de -599 a -527. Tendo renunciado ao mundo com a idade de 18 anos, começou uma carreira de penitência. Vinte anos depois, recebeu a “iluminação”. Assumiu, então, a qualidade de profeta e o título de Jaina ou “conquistador espiritual”. Ensinou durante trinta anos e organizou os quadros da seita. Seus monges e suas religiosas são, antes de tudo, ascetas, as quais, através das penitências as mais diversas, encaminham-se para a penitência suprema: a morte, ou, mais exatamente, o suicídio por inanição, que os põe de posse da libertação. Ateístas, não oram nem oferecem sacrifícios; anapsiquistas, veem almas até na matéria; atomistas, afirmam a impermanência das substâncias compostas de átomos qualitativamente semelhantes. Discute-se, ainda, se eles admitiram a impermanência absoluta de tudo em face da afirmação hindu da imutabilidade do Brahman (GATHIER, 1986).

Quanto ao budismo, este se tornou um fenômeno social, não tanto por suas práticas, que de início não eram absolutamente novas no âmbito fértil das discussões filosóficas da época; a questão é que o pensamento budista oferecia a libertação a todos, sem exceção. Tal pensamento ia contra diretamente o raciocínio hindu tradicional, que compreendia o retorno à vida material nas castas como parte do processo de extinção do karma. Buda afirmava o contrário: que a libertação poderia ser obtida nesta vida ou que a reencarnação podia ser dar de formas variadas, incluindo aí o retorno no corpo de animais, como forma de expiação. O discurso budista alcançou uma vasta parcela da população e, durante o período Maurya, seria incorporado como uma das doutrinas oficiais do Estado:

O Budismo foi fundado por Gautama Buda, nascido de uma família abastada e nobre por volta de -560, e morto por volta de -480. Apesar de sua riqueza e dos empenhos de que foi alvo para não abandonar a casa paterna, ele partiu depois do nascimento de seu filho, e viveu durante seis anos na penitência, buscando a Verdade, a libertação das reencarnações. A experiência mostrou-lhe que vãs eram as penitências humanas para alcançar esse fim. E, uma noite, em Boudgaya, ele conheceu a iluminação ao mesmo tempo em que os princípios que deveria, pouco depois, anunciar ao mundo. Buda reuniu seus primeiros discípulos em associações monásticas, sujeitas a regras que, naturalmente, aumentaram no curso dos séculos. Os leigos foram, posteriormente, admitidos a seguir (de longe) a via traçada pelo Mestre, na esperança de renascerm um dia, entrarem como noviços na ordem, e chegarem ao Nirvana. É difícil precisar se o fundador do Budismo teve, desde o começo, a visão nítida do rompimento que ele ia operar no hinduísmo ou se apenas se achou no direito de expor suas teorias como uma das vias para a salvação. As mensagens de Buda são primeiro, as quatro grandes verdades: o fato do sofrimento, a causa do sofrimento, o fim do sofrimento, os meios de escapar ao sofrimento. Estes últimos são o fundamento da verdade: a compreensão verdadeira, o conhecimento verdadeiro, a veracidade, a ação e a vida verdadeiras. Por esses meios, o homem consegue libertar-se da ignorância, causa última do renascimento. Porque a ignorância nasce do desejo, do desejo vem a ação e da ação, o renascimento. [...] é só por seus próprios esforços que o homem liberta-se e alcança o Nirvana. Mas qual é o sentido profundo desse termo, tantas vezes usado, com e sem propósito? Não se sabe se ele esconde uma aniquilação total; um estado de bem-aventurança que rejeita só os fenômenos mutáveis, inconstantes; ou se não indicará que é mais sensato para o homem deixar-se ficar, pelo menos neste mundo, em um cômodo agnosticismo (GATHIER, 1986).



Beta M

Figura 10.8: Pé de Buda, com símbolos próprios da seita. Durante algum tempo, os budistas preferiam representar Buda por sinais e associações, sem enfatizar as representações humanas.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Buddha-Footprint.jpeg>



Quentin X

Figura 10.9: O pequeno Buda (Little Buddha), 1993.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Little_buddha_imp.jpg

Nesse interessante filme, realizado pelo cineasta Bernardo Bertolucci, duas histórias são contadas de modo concomitante: uma, da busca da reencarnação de um antigo lama entre três crianças; em outra, a trajetória da vida de Buda e sua trajetória até a iluminação espiritual. Numa reconstituição cuidadosa e fiel, as jatakas (contos e histórias) budistas, o caminho de Buda ao Nirvana é tratado de modo simples e cuidadoso, proporcionando ao espectador um retrato agradável dessa história profundamente religiosa e importante para o mundo.

CONCLUSÃO

“A unidade na diversidade” – eis um famoso dito indiano que bem define o pensamento hindu em relação às questões da religião e da filosofia. A multiplicidade, aliada à tolerância, é o tom geral do surgimento desse pensamento indiano que hoje se espalha pelo mundo e que traz significativas alternativas aos modos de pensar ocidentais – razão pela qual são tantas as academias, templos e cursos ligados a essa espiritualidade, tão rica, mas, ao mesmo tempo, tão banalizada, cujo estudo merece um olhar mais cuidadoso e aprofundado.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4

Análise de textos:

A seguir, faremos a análise de algumas fontes relativas aos tópicos discutidos nesta aula. O primeiro texto, extraído do *Bhagavad Gita*, apresenta o caminho da sabedoria na visão védica tradicional, que embasava algumas das darchanas apresentadas. O segundo texto é um fragmento dos Yoga Sutrás de Patanjali, o grande codificador da Hatha yoga. Nele, Patanjali discute os aspectos da busca do conhecimento e do espírito por meio de práticas físicas, ou daquilo que na Índia se entende como “do externo ao interno” (do corpo ao espírito, ou atman). Por fim, um extrato do cânon budista apresenta o caminho budista, e a conhecida senda óctupla.

As características do sábio perfeito no *Bhagavad Gita*

Disse Arjuna:

Qual é a descrição do homem que possui essa sabedoria firmemente fundada, cujo ser é firme em espírito, Ó Krishna? Como fala o homem de inteligência estabelecida, como se senta, como anda?

O Senhor Bendito disse: Quando um homem põe de lado todos os desejos de sua mente, Ó Arjuna e, quando seu espírito está contente em si próprio, então se chama estável em inteligência.

Aquele cuja mente não se perturba em meio às tristezas e está livre do desejo ansioso entre prazeres, aquele de quem a paixão, medo e raiva afastaram-se, a este se chama um sábio de inteligência estabelecida. Aquele que não tem afeição em qualquer lado, que não se rejubila ou detesta ao ter o bem ou o mal, tem uma inteligência firmemente estabelecida na sabedoria. Aquele que retira os sentidos dos objetos do sentido em todos os lados, assim como uma tartaruga recolhe seus membros ao casco, tem uma inteligência firmemente estabelecida na sabedoria. Os objetos do sentido afastam-se da alma corporificada que se abstém de alimentar-se deles, mas o gosto por eles continua. Até mesmo o gosto afasta-se, quando o Supremo é visto. Embora um homem possa esforçar-se pela perfeição e mostrar-se dono de discernimento, Ó Filho de Kunti, seus sentidos impetuosos arrastarão sua mente à força. Tendo posto todos os sentidos sob controle, ele deve permanecer firme no intento Yoga em Mim, pois aquele cujos sentidos

acham-se sob controle teria uma inteligência firmemente estabelecida. Quando, em sua mente, um homem presta atenção aos objetos do sentido, produz-se sua ligação aos mesmos. Dessa ligação, surge o desejo e do desejo vem a raiva. Da raiva, nasce a confusão e desta a perda de memória; dessa perda de memória vem a destruição da inteligência e desta ele perece. Um homem de mente disciplinada, no entanto, que se move entre os objetos de sentido com os sentidos sob controle e livre de ligação, e aversão, atinge a pureza de espírito. E nessa pureza de espírito produz-se para ele um fim de toda tristeza; a inteligência de um homem de espírito puro, assim, logo se estabelece na paz do eu. Não existe inteligência para os incontrolados, nem tampouco para os incontrolados existe o poder de concentração, enquanto para aquele que não tem concentração, não há paz e como pode haver felicidade para quem não tem paz? Quando a mente persegue os sentidos nômades, leva consigo a compreensão, assim como o vento impele um navio sobre as águas. Aquele cujos sentidos estejam retirados de seus objetos, portanto, Ó Poderoso, tem sua inteligência firmemente estabelecida.

A sabedoria nos Yogas sutras de Patanjali – Formas de meditação e de Samadhi (ou Moksha, libertação)

A enfermidade, a preguiça mental, a dúvida, a falta de entusiasmo, a letargia, a tendência para os prazeres dos sentidos, a falsa percepção, a impossibilidade de atingir um perfeito estado de concentração e a facilidade de perdê-lo, uma vez atingido, são as distrações que obstruem.

O sofrimento, a angústia mental, o tremor do corpo, a respiração irregular, acompanham a não retenção de um perfeito estado de concentração.

Para corrigir este estado (é preciso) que o sujeito exercite-se.

Na amizade, na piedade, no contentamento e na indiferença os quais, sendo concebidos com relação a sujeitos felizes e infelizes, bons e maus, respectivamente, pacificam a *energia*.

Em soltar e reter a respiração.

Nessas formas de concentração que provocam extraordinárias percepções nos sentidos e que são a causa de perseverança da mente.

Também na meditação da Luz Refulgente, que está acima de toda tristeza.

Também na meditação sobre o coração que renunciou a todo apego aos objetos dos sentidos.

Também na meditação sobre o conhecimento que vem a nós no sono.

Também na meditação sobre qualquer coisa que nos pareça boa.

A mente do *Yogui* que assim meditar passa, sem impedimento, do atômico para o infinito.

O *Yogui* que, dessa maneira, tiver tornado impotentes os *Vrittis*, que os tiver (controlado),

alcança, tanto no receptáculo, instrumento, no receber, como no recebido (o Ser, a mente, os objetos externos), completa concentração e igualdade, como o cristal (diante de objetos de diferentes cores).

○ som, o sentido e o conhecimento resultantes, unidos, constituem o chamado *Samadhi* “com-interrogação”.

○ *Samadhi* denominado “sem-interrogação” vem quando a memória é purificada ou esvaziada de qualidades e exprime apenas o sentido do objeto meditado.

Por esse processo, também se explicam (as concentrações) com discriminação e sem discriminação, cujos objetos são mais sutis.

Os objetos mais sutis têm um termo com *Pradhana*.

Essas concentrações têm semente.

Uma vez purificada a concentração sem discriminação, a *Chitta* está firmemente fixada.

○ conhecimento disto chama-se “cheio de verdade”.

○ conhecimento ganho através do testemunho e da inferência refere-se a objetos comuns.

○ que decorre do *Samadhi* e que acabamos de mencionar é de qualidade muito mais alta e pode penetrar onde o testemunho e a inferência não podem.

A impressão que resulta do *Samadhi* obstrui todas as demais impressões.

○ *Samadhi* “sem-semente” obtém-se restringindo até mesmo (essa impressão que obstrui todas as demais impressões).

○ caminho budista, descrito no Samyutta Nikaya

Supõe agora, Tissa, dois homens, um ignorante do Caminho, outro versado no Caminho. Aquele que é ignorante pergunta seu caminho àquele que é versado no caminho. O outro responde: “Sim, vós estais no caminho, senhor. Quando vós o tiverdes seguido por algum tempo, vereis que ele se divide em duas veredas. Deixai aquela da esquerda, tomai aquela da direita. Continuai a caminhar um pouco e vereis uma espessa floresta. Um pouco mais longe, vereis um grande pântano. Um pouco mais longe, vereis um precipício escarpado. Um pouco mais longe, vereis uma deliciosa planície de solo plano.” É uma parábola, Tissa, para me fazer compreender, e eis dela a significação. O homem ignorante do caminho, é a multidão. O homem versado no caminho, é o Descobridor da Verdade, o Perfeito, o totalmente Desperto. A divisão em duas veredas, é o estado de hesitação. O caminho da esquerda, é a Óctupla via errônea: a da opinião errônea, dos conceitos errôneos, das palavras errôneas, dos atos errôneos, da conduta errônea, dos esforços errôneos, da vigilância errônea, da contemplação errônea. A vereda da direita é o símbolo do Óctuplo caminho ariano, o da opinião correta, dos conceitos corretos, das palavras corretas, da conduta correta, do esforço correto, da

vigilância correta e da contemplação correta. A floresta espessa, Tissa, designa a ignorância. O grande pântano designa os prazeres sensuais. O precipício escarpado é sinônimo da turbulência, da cólera. A deliciosa planície de solo plano designa o nirvana. Sê reconfortado, Tissa. Eu te exortarei, te ajudarei, te instruirei.

Comparando os três textos, quais diferenças você percebe nos discursos védico, ióguico e budista?

Resposta Comentada

No discurso do *Bhagavad Gita*, apesar das citações ao ioga, a busca da sabedoria védica dá-se por meio da devoção e do abandono da vida mundana, em favor da vida espiritual; já Patanjali defende que o controle do corpo é o primeiro passo para a busca espiritual, enquanto Buda defende que uma ação moralmente correta é o meio para atingir a sabedoria; portanto, acessível a todos. Nos três discursos, contudo, está sempre presente a mesma questão: a existência da alma e a necessidade de libertar-se do karma, que prende o indivíduo ao mundo material.

RESUMO

Nesta aula, vimos a aurora do pensamento filosófico indiano e um pouco sobre sua vasta e complexa religiosidade, que inclui o hinduísmo, mas também o jainismo e o budismo. Todos advêm de um mesmo conjunto de crenças fundadoras – o problema da reencarnação e da libertação espiritual – mas se transformaram em doutrinas diferentes e alternativas entre si.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos a chegada da presença grega na Índia com Alexandre Magno, e um quadro geral da civilização indiana na época da dinastia Maurya, primeiro grande reino unificado indiano da Antiguidade.

Aula 11

A dinastia Maurya

André da Silva Bueno

Meta da aula

Nesta aula, analisaremos o período da dinastia Maurya na Índia, a primeira unificação política vivida por essa civilização.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

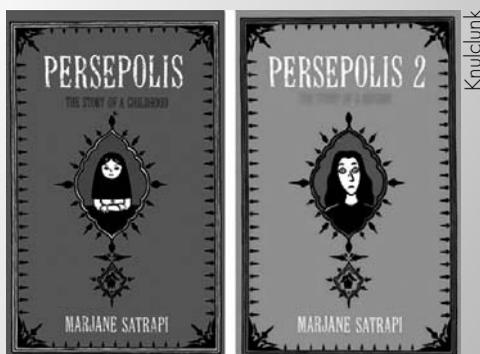
1. reconhecer os elementos fundamentais do período analisado, chamado dinastia Maurya;
2. identificar o quadro cultural e social da época.

INTRODUÇÃO

O século -5 testemunhou um período conturbado de invasões, disputas e fragmentação do território indiano. O nascente Império persa, sob a dinastia aquemênida, investiu sobre as regiões do Noroeste indiano, englobando vários dos mahajanapadas sob um único regime. Apesar disso, a liberdade religiosa e social foi mantida, de acordo com a prática comum de tolerância estabelecida pelos persas. Transformar-se numa satrapia (província persa) era apenas uma perda de liberdade relativa, mas não absoluta. Junto com o domínio persa, aliás, várias contribuições foram dadas à cultura indiana, tais como a transmissão de um sistema de escrita para o sânscrito (e para outras línguas em uso na época, como o pakrit, o karoshit e o páli), a adoção de novos padrões artísticos e o contato com a diversidade cultural do Império. A duração do domínio persa na área situou-se entre -500 até -334, quando os gregos finalmente suplantaram o domínio persa e chegaram até as fronteiras da Índia. Mais uma vez, vamos ver como se dá essa história e conhecer um pouco mais sobre outras narrativas que habitam o nosso mundo?



Você sabia que o atual Irã é a antiga Pérsia e que Persépolis era a antiga capital do Império persa? Mas que tal conhecer um pouco mais sobre o Irã via história em quadrinhos (HQ)?



Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Persepolis-books1and2-covers.jpg>.

Marjane Satrapi, criadora da HQ *Persepolis*, conta, em formato de autobiografia, sua história, quando, aos 10 anos, teve de usar o véu islâmico. Passando pela adolescência até a vida adulta, Marjane Satrapi nos oferece uma história cheia de humor sobre um universo mais próximo de nós do que poderíamos, mais uma vez, imaginar!

O tempo das invasões e a ascensão dos Maurya

Vindos com Alexandre Magno, os gregos se estabeleceram no Noroeste da Índia (sem, no entanto, ultrapassar os limites antes conquistados pelos persas) e construíram uma interessante fusão cultural com as populações locais. Após a prematura morte de Alexandre, porém, o domínio grego se fracionou num incontável número de efêmeros reinos, cujos número e nome só conhecemos ocasionalmente pelas moedas e referências textuais. Um desses reis, Menandro, por exemplo, ficou famoso pelo seu diálogo com o sábio budista Nagasena, relatado no livro *Milinda Panha*. A contribuição da arte grega nas escolas de arte indianas chamadas de Gandhara e Mathura foi significativa, e toda uma iconografia budista surge da fusão destes elementos culturais – ao que tudo indica, era a intenção dos budistas dialogar naquela época com o Ocidente, e não com o Oriente.



Os budas gregos de Gandhara



Gurubrahma

Figura 11.1: Escultura que alude a Buda no trono vazio de Amaravati. Os estilos gregos contribuíram para modificar este tipo de representação indiana.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:MaraAssault.jpg>.

Situada no Norte da Índia, numa região conhecida pelo nome do mahajanapada de Gandhara, a escola de arte que surgiu aí destacou-se por uma iniciativa incomum na época: produzir estátuas de Buda nos moldes gregos. A ideia surgiu dos grupos budistas que desejavam exprimir suas crenças de uma forma esteticamente alternativa ao hinduísmo, buscando evitar confusões. Rapidamente, os artesãos de

Gandhara começaram a produzir budas de faces e roupas helênicas, esperando que, com isso, o budismo também tivesse acesso ao Ocidente. A iniciativa perdurou durante alguns séculos, e Buda chegou mesmo a ganhar uma toga romana na época dos Césares. Hoje, quando alguns monges budistas usam suas roupas tradicionais, mal sabem que elas são cópias das roupagens dos Césares...



Figura 11.2: Um buda de Gandhara com uma túnica ocidental greco-romana.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Gandhara_Buddha_\(tm\).jpeg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Gandhara_Buddha_(tm).jpeg).

Enquanto isso, o reino de Maghada viu surgir a oportunidade de crescer de modo independente, acumulando recursos e tempo para empreender um vasto movimento expansionista. Sob o comando de Chandragupta, o reino iniciou uma série de conquistas, batendo tanto os gregos do Noroeste como alcançando a região central e o Sul da Índia. Ao englobar novos territórios, Chandragupta muda a denominação de seu reino para dinastia Maurya, construindo o primeiro grande império indiano no século -4. A história desse soberano é complexa, e parece que ele não vinha de nenhuma varna importante. É provável que Chandragupta representasse para a Índia a ascensão de uma força renovadora, capaz de restaurar (mas ao mesmo tempo, modificar) a conformação política e social da região. Ele organiza seu império lançando mão de um grande aparelho burocrático que se encarregou de controlar a vida das regiões submetidas segundo um critério político centralizador, de acordo com uma perspectiva única na história indiana.

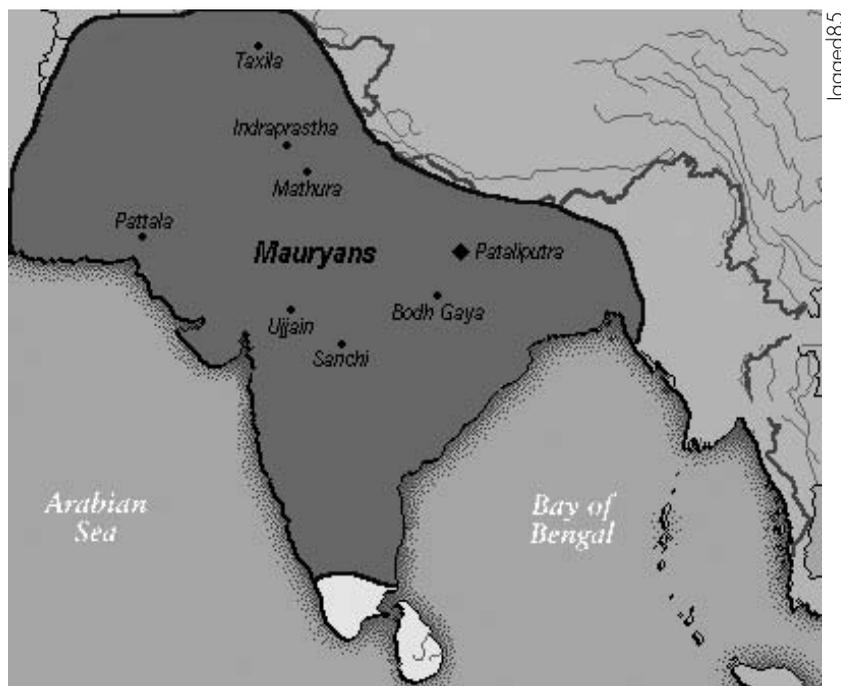


Figura 11.3: O Império Maurya em sua máxima extensão, em torno de -265.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Mauryan_Empire_Map.gif.

A manifestação completa desta inusitada articulação política estava representada em um dos ministros de Chandragupta, chamado Kautyilia, que escreveu o *Artashastra*, um tratado de governo social cuja crueldade e objetividade são chocantes. Mas este livro é um passo importante para compreendermos a tentativa de substituir uma práxis governamental pautada na religião para uma monarquia materialista, forte e pragmática.



Kautyilia, o "Maquiavel" indiano

Kautyilia (também conhecido como Chanakya) viveu entre -385 a -283 e foi o autor do *Artashastra*, o primeiro tratado sobre leis, política e vida em sociedade (*Artha*), cujo fundamento era a experiência prática mais do que a religião. Ao longo do texto, uma visão cruel e prática da vida é examinada; as soluções propostas baseiam-se na estratégia, numa justiça dura e na manutenção da imagem de ordem, centrada na figura do rei. O pensamento de Kautyilia era necessário para criar uma nova razão de Estado entre os indianos, fundamentando a centralização política na figura do soberano. De fato, Maquiavel é que deveria ser chamado de "Kautyilia italiano".

Um trecho do *Artashastra*:

Quem pune severamente será temido pelas pessoas. Já quem pune de maneira branda será menosprezado. Aquele que pune adequadamente será respeitado. Uma justiça criminal bem estruturada faz com que as pessoas se atenham às intenções e aos desejos legítimos. Uma punição mal aplicada, fruto de um mero capricho, da raiva ou da ignorância, revolta até mesmo os exilados que vivem na floresta e ofende mais ainda os que sustentam suas famílias! (A ARTE...,2011).

Outro texto jurídico antigo traz de volta à baila as “Leis de Manu” (*Manavadharma shastra*), cujo conteúdo aponta igualmente para as restrições de cunho religioso e moral. Retoma-se ainda a antiga literatura dos épicos, tais como o *Mahabharata* e o *Ramayana*, que, nesta época, encontram uma grande divulgação popular.



सत्यमेव जयते

Figura 11.4: O pilar de Ashoka. Criado para simbolizar o domínio sobre as quatro direções do espaço, o pilar de Ashoka contém os signos da realeza indiana (o leão, que até hoje existe na Índia, embora seja muito raro) e os atributos religiosos ecumênicos (a roda budista, animais sagrados como a vaca e o cavalo etc.). Embora o original não tenha restado, cópias foram feitas, e hoje o símbolo é um dos brasões oficiais do país indiano.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Emblem_of_India.svg.

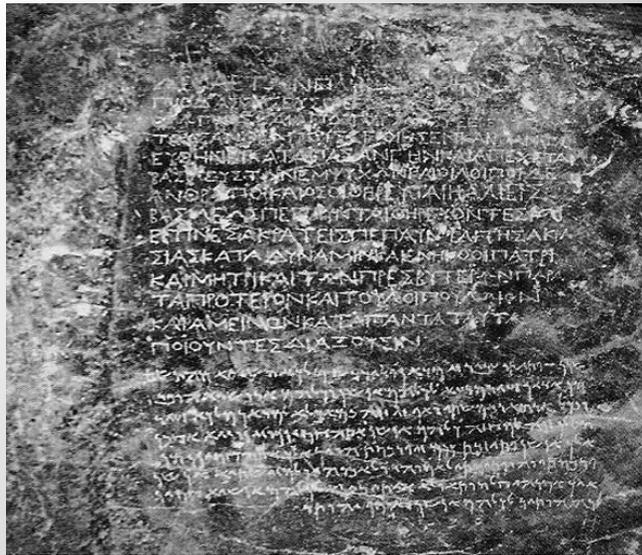
O neto de Chandragupta, Ashoka, completa a fase de brilhantismo da dinastia ao realizar as últimas conquistas necessárias para a unificação da Índia. O terror e o espanto causados pela guerra, no entanto, o teriam transformado num budista pan-religioso, que posteriormente pregou a paz e o desprendimento através de uma série de éditos gravados em rocha (em sânscrito, páli, aramaico e grego) que divulgavam mensagens ecumênicas. Este período próspero da Índia terminou abruptamente, porém, no século -2, devido tanto a uma série de novas invasões vindas do Norte, promovidas por um povo das estepes chamado kushan, quanto ao desmembramento dos próprios Maurya, enredados numa grave crise política, que lançou o subcontinente novamente num período de divisão profunda.



Os éditos de Ashoka

Ashoka foi um imperador incomum para sua época. Em 264, ele completou as conquistas dos Maurya no Sul da Índia, submetendo o reino de Kalinga. No entanto, a devastação e o morticínio foram tão grandes que o soberano ficou chocado, e foi tomado por uma profunda depressão que o levou a modificar suas perspectivas religiosas. Isso era raro para a época, tendo em vista que os conquistadores se orgulhavam, justamente, de seus massacres. Mas Ashoka foi diferente; investiu numa espécie de budismo ecumênico, que congregava todas as religiões ao seu redor dentro de uma lei única. Para completar seu programa de pacificação do Império, espalhou uma série de éditos em pedra, conhecidos como éditos de Ashoka, nos quais eram gravadas mensagens e leis religiosas, buscando inspirar no povo um sentimento de devoção mais profundo. Essas inscrições foram feitas

em várias línguas, e dentre elas estava o grego, pois Ashoka desejava converter o mundo grego à espiritualidade indiana, lançando mão de uma série de éditos gravados nessa língua e espalhados por estradas ao longo do caminho para o Ocidente.



World Imaging

Figura 11.5: Um dos éditos de Ashoka, escrito em grego e aramaico.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:AsokaKandahar.jpg>.

A queda dos Maurya



Nataraja

Figura 11.6: Moeda da época Maurya. Um dos principais elementos da unificação imperial foi a padronização da moeda.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:MauryanCoin.JPG>.

O colapso dos Mauryas esteve intimamente ligado a um golpe de Estado, tanto quanto as pressões dos povos vindos das estepes asiáticas. Pusyamitra Sunga, um ex-oficial de governo dos Maurya, aproveitou-se das dissensões familiares e tomou para si o poder, proclamando a dinastia Sunga. Tal medida foi acompanhada de uma perda significativa de territórios, que proclamaram, de súbito, suas independências. A perda da parte central e do Sul da Índia foi a mais grave e importante, separando e fragmentando novamente o continente. Os Sunga foram encurralados no Nordeste, na planície do Ganges, e tiveram ainda que dividir o Norte indiano com os nobres autointitulados Shakas (que tomaram o Noroeste, nas áreas hoje do Paquistão e Afeganistão). Na parte centro-sul da Índia prevaleceu uma nova ordem imposta por outro grupo, os Satavahanas, grandes promotores de uma retomada do hinduísmo.



Figura 11.7: Mapa dos reinos gregos na Bactria, nome da região logo acima do Norte da Índia.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Greco-BactrianKingdomMap.jpg>.

Este quadro complica-se ainda mais com a ressurgência dos reinos gregos, do ataque dos partos (povo do Cáucaso que nesse período se instalara no Irã) e da chegada dos kushans, povo nômade vindo da Ásia Central e que começa a forçar as bases dos reinos Shaka e Sunga.



Figura 11.8: Moeda de um reino greco-bactriano Diodotus, de -245.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:DiodotusGoldCoin.jpg>.

Tal estado de desordem é favorável ao domínio dos kushans que, em torno do século +1, unificam novamente o Norte da Índia, entabulando um regime monárquico com forte influência budista. Os kushans promovem um grande contato cultural com o Ocidente romano e a China, construindo a parte terrestre da Rota da Seda junto com os dois impérios. Kanishka, soberano dos kushans no século +2, torna-se um admirável patrono das artes, que nesta época manifestam o melhor da fusão de elementos greco-indianos. Vivendo do comércio que passa por suas terras, os kushans tiveram um regime estável até o início de crise na Rota da Seda, quando novamente perderam espaço e poder para os nativos.

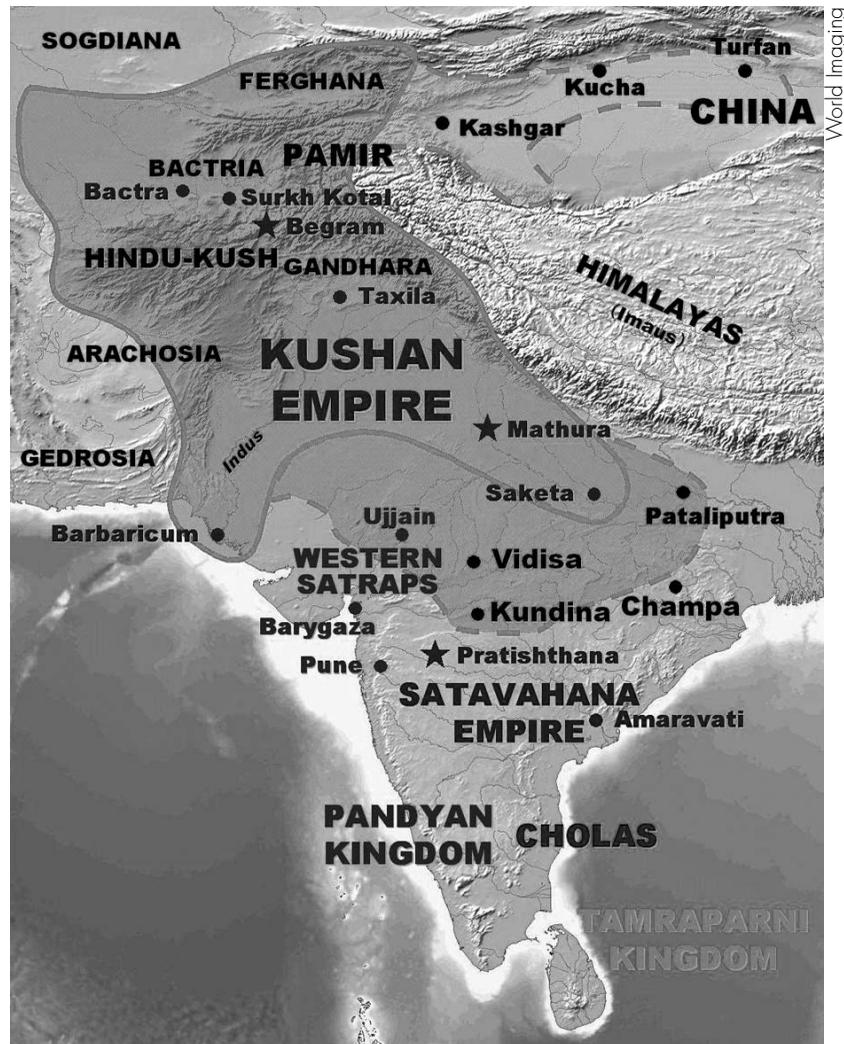


Figura 11.9: Mapa da dinastia Kushan e a divisão do subcontinente indiano.
 Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Kushanmap.jpg>.

Tal estado de fracionamento da região dificulta intensamente uma análise do contexto e a criação de uma cronologia. Ainda assim, a literatura budista continua a florescer intensamente. As *jatakas* (histórias budistas) são produzidas e compiladas em quantidade na época, e surge também o *Natyashastra* (texto básico do teatro indiano). O gênero dos Puranas se desenvolve igualmente: os Puranas são as “histórias” indianas, mais próximas de fábulas e lendas do que propriamente de uma história científica. Mas, como algumas guardam elementos religiosos importantes, tal diferença não era considerada pelos indianos.

A vida dos indianos antigos

Os indianos antigos tinham uma vida de trabalho constante, que aumentava em obrigações segundo a varna de cada um. Em geral, os brâmanes levavam a vida mais calma, executando ofícios e rituais e vivendo de rendas e contribuições geridas pelas outras varnas. Tinham uma série de prescrições alimentares e sociais excludentes, e podiam possuir servos e escravos, embora o receio de serem contaminados por “impuros” os fizessem preferir no trabalho caseiro as mãos de elementos de sua própria varna, em geral familiares, senão no máximo de outras varnas mais próximas.

A questão das varnas aí é importante: ela incluía uma posição jurídica que delimitava cada varna segundo não só a função social do homem como sua origem familiar, sua profissão, sua língua, seu lugar de nascimento etc. Por vezes, dentro de uma varna existiam subgrupos, com leis específicas para cada uma. A tendência de homogeneizar estava mais presente, de fato, nas outras varnas, principalmente nas inferiores.



World Imaging

Figura 11.10: Uma visão inusitada: Buda é protegido por Hércules (em latim, "Hércules"; em páli, Vajrapani), na arte sincretista de Gandhara.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Buddha-Vajrapani-Herakles.JPG>.

Os xátrias e os vasyas viviam mais livremente, já que podiam trabalhar em diversas atividades lucrativas e sofriam prescrições mais leves que as dos brâmanes. De fato, aos sudras e aos párias é que restavam as piores atividades sociais, mas, em seu meio, a liberdade de relações era bem maior.

Isso se refletia também nos papéis sexuais dentro da sociedade. A mulher tinha seu campo de ação bem restrito nos negócios públicos, em virtude do machismo predominante. No entanto, elas eram o pilar da família, tendo grande poder dentro de casa no controle dos filhos e na distribuição das tarefas. Como foi dito, as prescrições religiosas e legais tendiam a diminuir nas varnas mais baixas. Enquanto uma viúva por vezes era obrigada a se atirar numa pira ardente junto com o corpo de seu marido, já que não poderia mais casar, no meio da população mais comum as relações amorosas pareciam ter uma flexibilidade bem semelhante à que conhecemos nas modernas sociedades, permitindo que tal costume fosse de certa forma tripudiado pelos mesmos.



***Kama sutra*, o livro dos bons relacionamentos**



Figura 11.11: Figura representando o erotismo sagrado do *Kama sutra*. Representação do século +1.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Amourous_royal_couple_Sunga_1st_century_BCE_West_Bengal.jpg.

Conhecido no Ocidente como a "bíblia do prazer indiano", o *Kama sutra* ("Livro do Desejo") é um dos textos mais mal compreendidos da literatura indiana. Surgido possivelmente no fim da época Maurya e atribuído a um sábio chamado Vatsayana (sobre o qual não se sabe muito), o *Kama sutra* é um texto destinado, antes de tudo, ao bom entendimento do casal. Dos seus XX capítulos, apenas três são dedicados às famosas posições sexuais (e que, mesmo assim, são ensinadas para melhorar a vida dos parceiros). No restante, ele orienta a escolha da esposa, os direitos e deveres de marido e mulher etc. Numa sociedade em que os casamentos eram arranjados, era interessante a existência de um manual para casais como esse livro, que explicava de antemão as agruras da vida a dois.

A questão da educação e do domínio das Ciências também era restrita, estando as varnas superiores em condições de educar seus filhos pagando tutores e gurus, além de enviá-los a escolas e viagens. Aprendiam Gramática, Matemática, Religião e Filosofia, além de Artes e Música. Ênfases em áreas específicas ocorriam no seio de cada classe, como os xátrias, por exemplo, que desde cedo ganhavam também treinamento militar. Existia, porém, uma ponte entre essa cultura técnica e as varnas mais baixas, realizada por aqueles que praticavam o ascetismo e o desprendimento. Esses *richis* (sábios) e gurus (professores) divulgavam parte dos seus conhecimentos filosóficos para a população, de forma livre e espontânea. A vida dos indianos sintetizava-se, em si, num modelo de busca de perfeição espiritual:

A vida individual das altas castas codificou-se, mas não variou fundamentalmente. A partir deste período, divide-se em quatro fases hierarquizadas, que representam a curva ideal da

existência masculina: passam sucessivamente pelos estágios de estudante (*bramacharín*), de dono da casa (*griasta*), de anacoreta (*vanaprasta*) e de eremita ou monge (*samniasin*). O *bramacharin* é, de fato, o sucessor do estudante védico; seu estágio dura pelo menos doze anos, pode prolongar-se durante quarenta e oito anos e mesmo, excepcionalmente, por toda a vida. Para que possa tornar-se um *bramacharin*, o jovem deve formular o pedido ao seu mestre (*guru*), oferecer-lhe alimentos e oferendas destinadas ao fogo do sacrifício. O *guru* procede, então, a uma pesquisa relativa ao nascimento e à família do postulante e, sendo o resultado satisfatório, acolhe-o em sua casa, onde se acham assim reunidos quatro ou cinco discípulos. Celebra-se a cerimônia que assinala o início da educação, simbolizando o nascimento espiritual do *bramacharin*. Desde então, leva este uma existência muito severa e é submetido a rigorosíssimas obrigações; a regra à qual obedece se estriba numa disciplina do corpo e do espírito e num trabalho tanto físico como intelectual; deve, em tudo, total submissão ao seu mestre. Vestido com uma única peça escura, feita de pele de antílope negro, começa a jornada levantando-se antes do *guru*; adora o sol e consagra seu coração aos deuses, indo depois ajudar o *guru*; banha-se três vezes por dia e come, depois do mestre, uma alimentação severamente prescrita. Ficando de pé durante o dia, sentando durante a noite, não se abriga quando chove, não se resguarda quando faz frio, atravessa os rios a nado; deve observar uma castidade absoluta e preencher certos deveres quotidianos, tais como mendigar para o *guru*, manter o fogo do sacrifício, limpar a casa, cuidar do gado, cultivar os campos; acompanha o *guru* nos seus deslocamentos, assistindo-o nas cerimônias rituais. Sua posição quanto ao *guru* é a de filho em relação ao pai. Por fim, deve dedicar-se ao estudo (AUBOYER, 1958).

A língua sagrada da cultura védica era o sânscrito, embora na época de fixação da maior parte desses textos ela já fosse antiga. Os idiomas falados na época dos Maurya, por exemplo, eram o *prakit*,

karoshti e o páli, língua em que teria sido escrito o cânone budista.

○ sânscrito, no entanto, foi preservado como idioma religioso.



Figura 11.12: Fragmento de um édito de Ashoka, na escrita “brahmi”, alfabeto comum às línguas indianas faladas da época.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Asokan_brahmi_pillar_edict.jpg.

A execução das funções ditas “liberais” na sociedade, tais como Medicina, Arte, artesanato etc., estavam divididas entre as varnas. Sabemos por diversos textos que a sociedade contava com diversos ramos produtivos e com diversões também, como teatro, jogos, entre outros. É provável que existisse uma certa mobilidade social em classes mais atuantes como a dos vasyas e xátrias, que eram obrigadas a estar em contato constante com o restante do povo, não só exercendo controle mas também interagindo, absorvendo e divulgando conhecimentos nesse meio. A questão, pois, era como isso se manifestava na educação de cada varna:

Este varia segundo a casta; se se trata de um brâmane, o discípulo será formado para o ensino; se é um xátria aprenderá o manejo do arco e da espada, as sutilezas do combate e da guerra, conduzir um elefante e um carro, a equitação, o salto e a natação; ser-lhe-ão ensinadas também a escrita, a pintura, a arte dramática e a medicina. Brâmane, xátria ou vaicia, todos têm de aprender a ser bons donos de casa (griasta); de qualquer maneira deverá o discípulo decorar o Veda e exercitar-se na sua recitação corrente; os objetos

deste estudo são, principalmente, os textos do Rig-Veda, do Yajur e o Sama, a fonética, o ritual, a gramática, a exegese, a métrica, a astronomia etc. O método empregado pelo guru para o ensino destas diversas disciplinas é o de um catecismo segundo perguntas e respostas; tal método deve conduzir o bramacharin a praticar, seja a introspecção, cuja finalidade é aniquilar nele todo o desejo e dirigi-lo para o samniasca, seja a contemplação, que suprime a consciência da pluralidade e abre o caminho à ioga. A duração do estágio na qualidade de bramacharin é variável, mas, ainda que, teoricamente, sejam indicados oito anos para um xátria e apenas quatro para um brâmane, não pode ele, de maneira alguma, terminar antes dos dezesseis anos. Quando o estágio chega ao fim, o bramacharin toma um banho ritual e procede à troca de vestes, à qual procedia também o estudante védico. Recebe um grau universitário que varia segundo o estado de seus conhecimentos adquiridos no decorrer dos anos de estudo. Deixa o seu guru, oferecendo-lhe presentes. Imediatamente após superar o estado de bramacharin, o jovem reingressa na sua família; aí, é acolhido com honras; passa a ser recebido por toda parte e é declarado apto ao casamento. Pode, entretanto, prolongar a sua educação, com o objetivo de tomar-se um dono de casa (griasta) perfeito, devendo seguir, para isto, os ensinamentos de especialistas reputados e literatos célebres, os quais percorrem incessantemente o país; pode ingressar em diversas universidades (asrama) onde lhe serão ensinadas a Arte, a Literatura, a Ortopedia, a Zoologia, a Física, a Geometria etc. Pode também participar das discussões das academias que se reúnem nas diferentes províncias e mesmo de congressos convocados pelo rei, durante os quais as trocas de ideias e os debates possibilitam-lhe a aquisição de conhecimentos suplementares de filosofia e ritual (AUBOYER, 1958).

O ideal dessa boa vida, ao fim, era consagrado à libertação da alma: desde que se tornou griasta, o homem deve fundar um lar e casar-se na sua casta; deve executar ritos privados, viver de seu ofício, dar exemplo de devoção e autodomínio. Toda a sua

vida está regulamentada pelas prescrições rituais; são inúmeras e dizem respeito aos menores atos da vida quotidiana, às menores circunstâncias da existência. Ganha-pão de sua família, ele prepara sua própria alimentação, acolhe os mendigos, faz oferendas e continua a estudar os Vedas todas as manhãs. Embora só se considere o griasta depois de ter tomado [para si uma] mulher, esta tem uma posição menos privilegiada do que nos tempos védicos. É, entretanto, admitida nas asrama, onde uma bem cuidada educação lhe é ministrada, na qual a dança e o canto acompanham a filosofia. Mesmo participando integralmente da vida familiar e estando o seu papel de mãe sempre em primeiro plano (a ponto de suscitar a mesma veneração que encontramos na Divina Mãe ou Grande Deusa), nem por isto deixa de estar completamente submetida ao marido ou, na falta deste, ao filho mais velho. Apesar de profundamente respeitada e participando dos ritos quotidianos, não torna parte nos grandes sacrifícios. Finalmente, é-lhe absolutamente proibido um novo casamento em caso de viuvez, pois o matrimônio é um sacramento inviolável; as melhores esposas fazem-se queimar vivas na pira crematória de seus maridos. Numerosos tipos de mulher, frequentemente contraditórios, aparecem através da literatura; o mais ideal é representado por Sita, esposa de Rama no *Ramayana*, cujo amor fiel, beleza, virtudes familiares e pureza constituem um exemplo da felicidade conjugal. Mas existem, por outro lado, muitas alusões, segundo as quais a mulher é essencialmente impura, má, briguenta, leviana, falsa, infiel, de espírito incontrolável; eis por que se recomenda ao marido que “desconfie da esposa”. Todavia, tem sempre direito à assistência, ainda quando abandona a casa conjugal. Quando sente a aproximação da velhice, o homem entra num terceiro estado, que é o de anacoreta (vanaprasta). Retira-se, então, para a floresta; sua esposa pode ou não acompanhá-lo. Habita um eremitério servido por urna aguada e composto de choupanas de ramagens ou de pequenas construções rudimentares cobertas de colmo; um destes compartimentos é reservado ao fogo do sacrifício, que o vanaprasta trouxe do seu próprio lar, ao deixá-lo. O anacoreta veste uma roupa de casca de árvore, cujo filamento

era obtido, ainda recentemente, esmagando-se entre duas pedras a casca de certas árvores (*Sterculia urens* e *Antiaris suddecanea*, em particular); traz os cabelos soltos, alimenta-se de frutos e raízes, acolhe sem distinção de casta todos os caminantes que passam pelo eremitério e vive entre os pássaros e animais da floresta, alimentando-os e cuidando deles. Sua ocupação essencial é abastecer-se da madeira necessária à manutenção do fogo do sacrifício; esta madeira é acondicionada em feixes e levada para o eremitério, devendo alimentar o fogo sobre o qual são realizadas as oblações rituais com o auxílio de colheres de formas e dimensões variadas. Devendo observar castidade total, retoma ele certos aspectos de sua vida de bramacharin, banha-se três vezes ao dia, dorme sobre a terra nua, entrega-se ao ascetismo, estuda e medita o Veda. Enfim, o estado supremo da vida de um homem é o de samniasin, asceta nômade e mendicante, que ocupa a posição mais elevada e mais honrada. Praticando a confissão pública, possui, teoricamente, os mais profundos conhecimentos do Veda, da magia, da medicina e do ascetismo. O acesso ao culto, por parte de camadas mais populares do que antigamente, parece generalizar-se lentamente, para atingir seu pleno desenvolvimento na época seguinte. O culto privado transforma-se: o do fogo é substituído pela samdia, que consiste na adoração do sol nascente, em abluções diversas e em exercícios respiratórios: acompanhados de meditação. As oblações vegetais continuam a gozar de grande prestígio. A base da alimentação é o arroz. A carne consumida na época védica não parece ter o seu uso completamente permitido, pelo menos nos meios budistas: os gregos assinalam, de fato, que os hindus se abstêm de comê-la, e Ashoka interdita, ao mesmo tempo, a morte ritual de animais e o abate de gado. O arroz é, segundo os gregos, o elemento essencial da alimentação. As bebidas fermentadas não parecem proibidas, mas, com toda certeza, estão limitadas ao domínio ritual; o arroz serve-lhes de matéria-prima (AUBOYER, 1958).

CONCLUSÃO

A vida dos indianos antigos parecia ser, portanto, um desdobramento organizacional das concepções de ordem e de universo que os mesmos possuíam. No entanto, embora tenhamos motivos para acreditar, através da documentação, que parte dessa estrutura era real, observamos também que ela não cobria aspectos diversos dessa vida cotidiana, principalmente das classes mais baixas, o que nos permite supor que seus modos de vida poderiam ser ainda mais flexíveis em relação à ideologia dominante. Forma-se, assim, o quadro geral dessa vida cotidiana dos indianos na antiguidade, consolidando um modo de vida que se estenderia ao longo dos séculos.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Édito de Ashoka, 1

Não devemos honrar apenas a nossa própria religião e condenar a dos outros; e devemos honrar as religiões alheias por qualquer motivo. Fazendo assim, ajudamos nossa própria religião a crescer e prestamos serviço também às alheias. Ao fazer de outro modo, estamos cavando a sepultura de nossa própria religião e, ao mesmo tempo, fazendo mal às alheias. Quem quer que honre sua própria religião e condene as alheias certamente o faz por devoção a própria, pensando em glorificá-la, mas, ao contrário, ao fazer isso prejudica a mesma gravemente. Por isso, a concórdia é boa, e que se permita a todos ouvir e prestar-se a ouvir as doutrinas professadas pelo próximo.

Disponível em: <http://asiantiga.blogspot.com/2010/07/arte-de-bem-governar.html>

Baseado no texto anterior, indique quais foram as características marcantes do reinado de Ashoka, da dinastia Maurya.

Resposta Comentada

Ao analisarmos o texto anterior, vemos a proposta de Ashoka: a pacificação política por meio do ecumenismo religioso e pela tolerância às religiões diversas. Ashoka deixa indicada sutilmente a religião dos indianos – que ele não especifica qual é, mas que se pretende, possivelmente, que seja o budismo – e deseja, por meio dela, estabelecer uma ponte de diálogo entre os indianos e os povos das fronteiras (gregos, persas, povos da Ásia Central, etc.), com os quais o Império mantém contato, e que Ashoka busca estabelecer de modo amistoso e baseado no respeito mútuo.

RESUMO

Nesta aula, acompanhamos o desenvolvimento do primeiro grande império unificado da Índia antiga, e o desenvolvimento da civilização Maurya, uma das grandes promotoras do budismo na Antiguidade.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, completaremos nosso curso tendo uma visão integrada do mundo antigo através da Rota da Seda, o grande fenômeno geopolítico e econômico dos séculos +1 a +3.

Aula 12

A Rota da Seda

André da Silva Bueno

Meta da aula

Nesta aula, conheceremos um pouco mais sobre a incrível rede mundial de comércio que, pela primeira vez na História, uniu a Ásia ao Ocidente: a Rota da Seda.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os elementos básicos que formaram a Rota da Seda;
2. reconhecer as questões fundamentais que formularam esse sistema.

INTRODUÇÃO

Muita gente acha que as navegações europeias do século +16 descobriram os caminhos para a África e a Ásia – e até algum tempo atrás, era o que se ensinava nas escolas. Quando Vasco da Gama dobrou o cabo da Boa Esperança, ele contava com um auxiliar africano que já tinha feito aquele trajeto várias vezes... No entanto, as descobertas mais recentes na História e na arqueologia têm mostrado que as relações entre essas duas partes do mundo são muito anteriores ao século +16. De fato, elas datam de uma época especial para o mundo: o período entre os séculos -2 e +2, quando o eixo Europa-Ásia estava consolidado em quatro grandes Impérios: China, Roma, Pártia e Kushan, que estabeleceram um intenso tráfego comercial e diplomático entre eles.

Sim, os antigos já conheciam, não tão bem quanto hoje, mas já sabiam bastante sobre a existência uns dos outros. César adorava suas cortinas de seda chinesa, que ele não sabia como haviam sido feitas; os chineses admiravam imensamente as taças de vidro vindas do Mediterrâneo – que eles também não sabiam como eram feitas... e dessa troca de produtos exóticos, uns para os outros, foi nascendo uma via internacional que existe até hoje: a *Rota da Seda*.

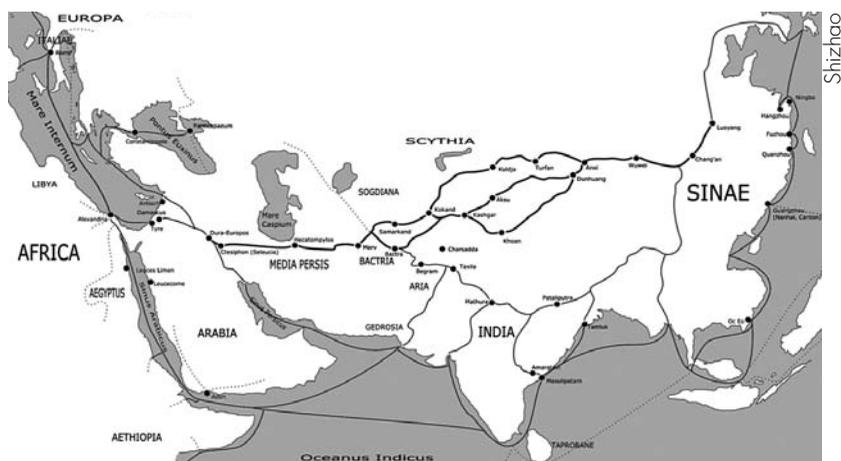


Figura 12.1: Mapa da Rota da Seda no século +1. Note que a rota, embora fosse fundamentalmente terrestre, congregava também vias marítimas, que desde aquela época já eram intensamente utilizadas.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Transasia_trade_routes_1stC_CE_gr2.png.

O começo da rota – origens chinesas

Sob o reinado de Wudi, imperador da dinastia Han no período do século -1, foi enviada uma expedição oficial sob o comando de um oficial chamado Zhang Qian para buscar aliados contra os Xiongnu e verificar as fronteiras do Oeste. Para quem não se lembra, os Xiongnu eram aqueles mesmos bárbaros que assolavam a Grande Muralha, no Norte da China, e que os romanos conheceriam depois como hunos. Após uma série de aventuras, a embaixada teria entrado em contato com os An Xi (partos, cujo nome em chinês deriva do termo arsácida, designação que correspondia à dinastia governante, que veremos melhor adiante). Informações posteriores foram acrescentadas no relato, tais como o nome das capitais partas e de algumas regiões do Ocidente.

Tratados foram firmados, tentando assegurar a paz entre estes dois poderosos reinos, cujas relações eram regidas por desconfianças mútuas que aflorariam já no século seguinte, como no caso da expedição do general Ban Chao, que veremos a seguir. O fato é que Wudi, dispondo das informações colhidas por seus emissários, decidiu organizar um sistema comercial controlado pela burocracia imperial que daria origem, finalmente, à Rota da Seda. Zhang Qian havia constatado que os produtos chineses eram muito apreciados nas rotas comerciais percorridas; e o imperador concluiu disso que seria excelente tanto para a política como a para economia da China Han que seus artigos fossem distribuídos de forma ordenada por toda a Ásia Central e mesmo por via marítima. Esta época marcou o início da venda e do presenteamento maciço de seda e de mercadorias chinesas para além das fronteiras, alcançando até o Ocidente, como forma de o Império chinês promover (entre as elites estrangeiras) o consumo de seus artigos de luxo.

Este processo passou também por uma importante necessidade de definir as fronteiras chinesas a oeste. Os Han começaram a fortificar as áreas onde estavam presentes ao longo da Rota da Seda, chegando até as fronteiras dos kushans, instalados no Norte da

Índia, hoje em áreas correspondentes ao Paquistão e ao Afeganistão. Esta ponte sobre o Norte da Índia constituiu-se num território que terminaria sendo uma periferia do território chinês. No século +1, por exemplo, o general Ban Chao foi enviado para debelar uma revolta no território do Turquestão, e existem indícios de que a mesma teria recebido auxílio dos partos – interessados em obter posições vantajosas no comércio de produtos chineses. Ora, esta localidade, que os chineses haviam perdido durante um breve período de crise, tinha fronteiras com os kushans, com a Pártia e com pequenos reinos gregos da Índia, o que quer dizer que a fronteira entre as periferias desses Estados era bastante flexível e variável.



Figura 12.2: Achado numa província da China, esse retalho de tapete traz a face de um jovem soldado grego e, provavelmente, foi trazido da Ásia Central.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:UrumqiWarrior.jpg>.

Os kushans da Índia

Na verdade, a História dos kushans começa com a “ajuda” indireta dos chineses. O povo que teria dado origem a este reino era conhecido pelos Han como Yuezhi, e no século -1 ele teria sido empurrado por guerras violentas promovidas pelos Xiongnu até o Norte da Índia. O movimento que aí ocorreu teria como causa justamente os chineses, que haviam sido vitoriosos em suas lutas contra os Xiongnu e os haviam alijado de seus territórios no Norte da China. Este dominó lançou os Yuezhi contra a enfraquecida dinastia dos Shaka, instalada no território dos atuais Paquistão e Afeganistão. Finalmente, no século +1, Kujula Kadphises teria fundado a dinastia Kushan, conhecida pelos chineses como Kuei Shang. No período dos séculos +1 e +2, a dinastia Kushan teria conhecido seu ápice sobre o governo de Kanishka, patrono das artes e religiões. Não são raras as citações sobre os mesmos nos anais históricos da época, e tal posição permitiu que os kushans fossem bem conhecidos não só pelos chineses como também pelos romanos. Augusto, o primeiro imperador romano, no primeiro capítulo de seu livro *Res Gestae*, comenta sobre a visita de várias embaixadas estrangeiras, entre elas a dos indianos. Dion Cássio, outro autor latino, fala também sobre uma possível embaixada indiana a Trajano, e a Índia aparece nitidamente nas primeiras elaborações geográficas de Pompônio, Estrabão e Ptolomeu. Por fim, os romanos pareciam conhecer alguma coisa sobre a cultura indiana, como aparece na obra de Filostrato, *Vida de Apolônio de Tiana* – um livro de aventuras que conta a história desse suposto sábio, Apolônio, que teria aprendido técnicas de magia secretas com os indianos.



Figura 12.3: Esta peça única é um vaso de vidro produzido em Roma, com a pintura de um gladiador, e encontrado na Índia, em portos ligados à Rota da Seda.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:BeqramGladiator.JPG>.

Os kushans se estabeleceram, por conseguinte, como um centro político forte, disposto a dar continuidade ao sistema comercial elaborado pelos chineses, do qual tiravam significativo partido, sendo intermediários amigáveis tanto dos Han quanto de Roma.

Os partos

O reino Kushan tinha suas fronteiras delimitadas por um outro Estado bastante poderoso na época, a Pártia. Esta potência, que rivalizava com Roma em grandeza e força, teve seu ciclo de existência localizado no período de -247 a +228, e sua economia dependia em muito, também, das rotas comerciais que passavam por seu território.

A história dos partos surge no processo de desagregação do domínio macedônico na Ásia Central. Fragmentados por revoltas e guerras, que culminam com a independência de algumas províncias, os territórios dos gregos se achavam fragilizados, e grupos nômades vindos das estepes se aproveitaram do momento para retirar o seu quinhão. Destes, os mais fortes foram os partos, que conquistaram as regiões próximas do Cáspio em -249 e fundaram sua dinastia em -247 sob a liderança de Arsaces, que deu nome à mesma (arsácidas). Não demoraram a solapar o que restava dos domínios macedônicos, e um poderoso soberano parto, Mitrídates I (-171 a -138), finalizou esta carreira de vitórias conquistando a Pérsia e a Babilônia. Esta onda ecoou em territórios distantes: em -106 (no período da segunda viagem de Zhang Qian), os chineses enviaram uma embaixada a Mitrídates II em reconhecimento de sua força – manobra hábil dos chineses: eles haviam buscado, anteriormente, apoio nos reinos gregos contra os Xiongnu, mas, pressentindo as mudanças no panorama político, aproveitaram a oportunidade e distribuíram mais presentes para os partos do que para os outros. O reino Parto, porém, praticava uma política agressiva de controle nas fronteiras e nas rotas comerciais, bem como na disputa de território, o que terminou por colocá-lo em situações de conflito extremo e de delicado relacionamento internacional com as potências kushan e chinesa, mas principalmente com Roma.



Quem eram os partos?

O reino Parto surgiu de um longo processo de transferência de populações nômades para áreas da Ásia Central e do Oriente Próximo.

Quando Alexandre, o Grande, invadiu a Pérsia, já havia referências sobre uma satrapia (província) conhecida como Pártia, que depois iria ser tomada por um desses povos errantes ao longo do

processo de desagregação do Império selêucida. No século -3, seu líder, Arsaces I, proclamou a existência da dinastia Arsácida e do reino da Pártia, que dali por diante viria a crescer cada vez mais em termos territoriais e políticos. Quase todos os autores consultados concordam em que este reino absorveu muito da cultura grega, tanto no aspecto ideológico quanto funcional. Organizados em moldes políticos próximos a uma tirania grega, os partos escreviam e liam em grego e persa e produziam obras de arte que mesclavam o inconfundível estilo helênico com sobrevivências iranianas e elementos de uma cultura autóctone nômade. Desde os séculos -2 e -1, com o aumento das atividades chinesas na Rota da Seda, os partos começaram a interferir diretamente no fluxo comercial, o que viria a se tornar uma das grandes fontes de renda deste reino, através de um sistema rígido de tributação e controle das fronteiras.

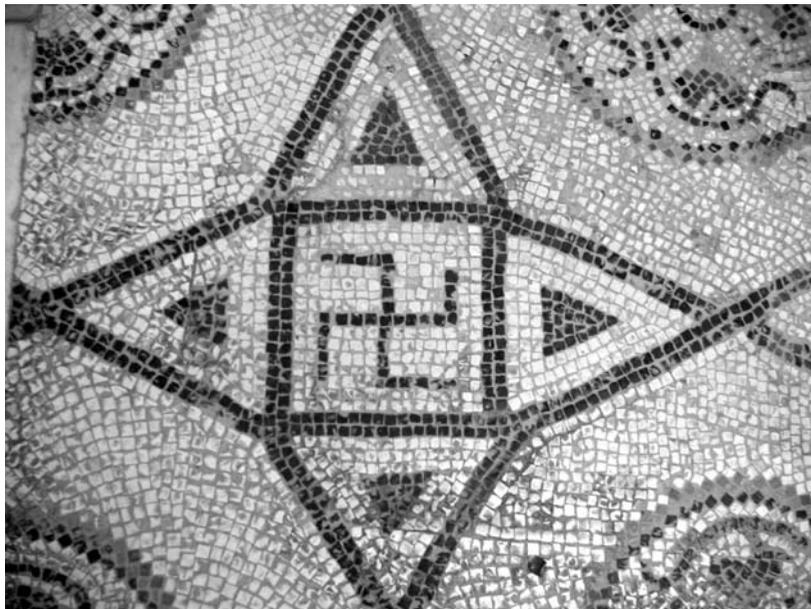
Os romanos

O período de unificação de parte da Europa no século +1 sob a égide de Roma foi definitivo para a consolidação das rotas comerciais ligadas ao Oriente. A experiência não era nova: Alexandre Magno já havia tentado, séculos antes, estabelecer algo no gênero, mas se politicamente sua tentativa de construir um grande império foi frustrada, os gregos conseguiram criar bases duráveis para a difusão de sua cultura e de seus interesses econômicos. O estabelecimento dos reinos gregos da Ásia Central e mesmo a influência de elementos helênicos no reino parto são

mostras da importância da cultura grega nestas áreas, sem contar as influências que os mesmos legaram à arte indiana nas escolas de Gandhara e Mathura, aspecto que se desenvolveria ainda mais com a solidificação da Rota da Seda.

No entanto, são os romanos de fato que dão coesão à estrutura do império mediterrâneo: Augusto (-63 a +14) estende as fronteiras até o Oriente Médio, estabelece as periferias romanas nessas áreas e reformula o sistema político com o estabelecimento do principado. O perímetro constituído pela Síria, Palestina e Armênia seria, porém, uma área de atrito constante com a periferia dos partos, instalados na Pérsia. Roma havia conseguido articular um território dividido em províncias cujo trânsito de mercadorias foi favorecido pelo desenvolvimento do comércio, pela estabilidade política e pelo uso da moeda romana. Assim sendo, a difusão de produtos estrangeiros foi facilitada entre as elites locais, desejosas de reafirmar seu prestígio perante Roma e em suas próprias sociedades de origem.

O conflito entre Pártia e Roma tornar-se-ia uma história de séculos, em disputa, sempre, pelas regiões da Síria (tomada pelos romanos aos selêucidas), da Armênia e dos demais territórios do Oriente Médio. Augusto ficou famoso por recuperar as insígnias romanas perdidas por Crasso. Já Trajano foi, provavelmente, o mais bem-sucedido de todos os soberanos romanos na região, estendendo ao máximo as fronteiras imperiais sobre a área: mas seria justamente Marco Aurélio, o “imperador filósofo”, que deixaria seu nome registrado nos documentos chineses como An Tun, representado por uma embaixada comercial que teria visitado os chineses em +166.



Duende

Figura 12.4: Influências na arte romana: neste mosaico do Norte da África, a suástica indiana aparece para decorar o ambiente.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Romswastika.jpg>.

Este, no entanto, é o lado vitorioso romano: se Roma não tivesse disputado tantas vezes suas províncias com as forças partas, não haveria tantos heróis e conquistadores na sua história. Mas o fato é que os partos desequilibravam o jogo das relações internacionais da época com suas constantes manifestações de força. Já no século +1, quando Ban Chao reconquistou o Turquestão, supõe-se que ele teria recebido informações sobre a presença de emissários e forças partas (ou gregas) no local, terminando por enfrentá-las e vencê-las. O rei da Armênia também buscou o apoio da distante dinastia Han para seu reino diante desta instabilidade política, enviando embaixadas à corte chinesa.



Yin-yang, um símbolo de poder romano

Não sabemos se os romanos sabiam seu significado, mas as figuras são claras: o *Taiji* (símbolo da harmonia entre *yin* e *yang*), o famoso

símbolo chinês, virou emblema de uma legião romana! O assunto é explorado no artigo de Giovanni Monastra (disponível em http://www.estovest.net/tradizione/yinyang_en.html#t24), mas a questão é que o símbolo apareceu, vez ou outra, na arte romana. A primeira representação que temos hoje disponível surgiu em torno do século +2 em um mosaico da vila romana de Sousse, na Tunísia. Ele mostra o *Taiji* incompleto, mas belamente acabado e conservado.



Jani Patokallio

Figura 12.5: O mosaico romano de Sousse.

Fonte: http://patokallio.name/photo/travel/Tunisia/Sousse_YinYang.JPG.

Dois séculos depois, em +430, o símbolo aparece como o emblema de uma das legiões do Norte da África no livro *Notitia Dignatatum*, que apresentava os escudos usados pelo exército romano do Ocidente.

Com o tempo, o símbolo desapareceu, e parece que seu significado não foi compreendido. O Ocidente teria que esperar até a idade moderna para entrar em contato com ele de novo e voltar a aprender um pouco mais sobre a China.

Mas essas disputas, apesar de constantes, na maior parte do tempo não redundavam em guerras, ao contrário; são longos períodos de paz que promovem o surgimento de uma crescente e razoável estabilidade nas fronteiras, permitindo ao comércio ocorrer com maior fluidez entre esses centros hegemônicos.



A visão chinesa dos romanos

No texto a seguir, datado da época Han, os chineses dão uma descrição de Daqin – o nome pelo qual eles conheciam os romanos. Embora o Império Han se entendesse como o centro do mundo, seu imaginário sobre os romanos é respeitoso, colocando-os entre os povos mais civilizados da época:

O povo de Daqin (Roma) tem historiadores e intérpretes de línguas estrangeiras, tal como os Han. As muralhas de suas cidades são de pedra. Eles usam cabelo curto, vestem roupas bordadas e deslocam-se em carros muito pequenos. Os governantes desempenham suas funções durante um curto espaço de tempo e são escolhidos entre os homens mais valorosos. Quando as coisas não vão bem, são substituídos. O povo de Daqin possui elevada estatura. (...) Vestem-se diferentemente dos chineses. Sua terra produz ouro e prata, todas as espécies de bens

preciosos, âmbar, vidro e ovos gigantes (ovos de avestruz). Da China, através de Anxi (Pártia), eles obtêm a seda que transformam em fina gaze. Os mágicos de Daqin são os melhores do mundo. Sabem engolir fogo e fazer malabarismos com várias bolas. Os Daqin são honestos. Os preços são tabelados e os cereais custam sempre barato. Os silos e o tesouro público estão sempre repletos. O povo de Anxi impede-os de comunicar-se conosco por terra; além disso, as estradas são infestadas de leões, o que torna necessário viajar em caravana e com escolta militar. Os Daqin primeiramente enviaram emissários à nossa terra (em +166). Desde então, seus mercadores têm feito frequentes viagens a Rinan (Tonquim, no Vietnã) (A CHINA..., 2011).

Fonte: <http://rotasdomundoantigo.blogspot.com/2007/07/china-han.html>

E o que circulava na Rota da Seda?

Os quatro grandes Impérios exerciam controle e serviam de ponto de partida das vias comerciais que ligavam o Ocidente ao Oriente tanto por terra quanto por mar. Estas rotas seriam conhecidas como a Rota da Seda, indicando a importância da circulação deste produto no mundo antigo. Mas não era apenas a seda que circulava nessa rota. A documentação chinesa nos indica os produtos que os comerciantes da dinastia Han gostavam de adquirir e/ou trocar no Ocidente: principalmente ouro e prata (escassos no território chinês), mas também uma lista grande e bastante interessante, com a descrição de alguns produtos que até hoje são objeto de discussão: entre as pedras preciosas, a “joia que brilha na Lua”, a “pérola lunar” e a “pedra do rinoceronte assustado” circulam entre chineses

e indianos, ao lado do âmbar, dos vidros da Síria e do Egito; e ainda, o “Lang kan” (espécie de coral), jade, tapetes bordados, perfumes, madeiras e, quando possível, animais desconhecidos, muito apreciados pela elite e pela corte Han. Num texto chinês do período Han, encontramos uma lista desses produtos:

Ouro, prata, cobre, ferro e chumbo. Tartarugas, cavalos brancos (...), carapaças de tartaruga, ursos negros (...), conchas, chifres, marfim, gemas de “rei dos peixes” {?}, (...) pérolas reais brancas, âmbar, coral, dez cores de vidro opaco (...), Pedra cristal {?}, dez tipos de jade (...), cinco cores de tapete Qu shu, cinco cores de tapetes Ta deng (...), brocados de ouro, tecidos cosidos com ouro, damascos de várias cores, (...) e 12 tipos de perfumes e fragrâncias de origem vegetal (A CHINA..., 2011).

Fonte: <http://rotasdomundoantigo.blogspot.com/2007/07/china-han.html>

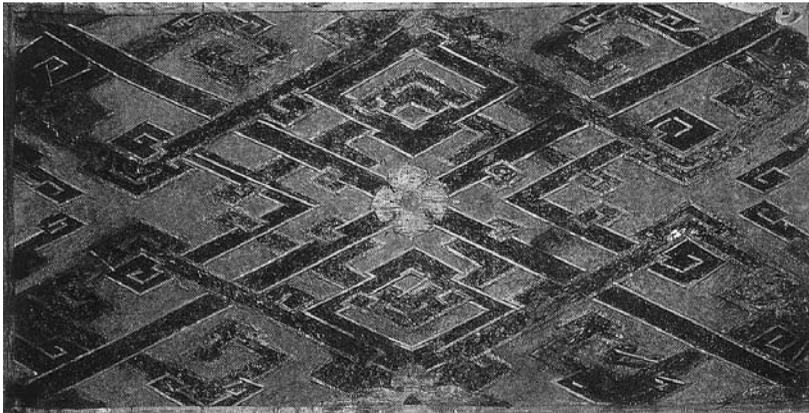
Vemos que nem todos os produtos nos são conhecidos hoje: a pedra cristal pode se tratar do vidro, mas não sabemos especificamente do restante, exceto o que está claro.



Pericles of Athens

Figura 12.8: Ruínas de uma torre de observação chinesa ao longo da Rota da Seda.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Summer_Vacation_2007,_263,_Watchtower_In_The_Morning_Light,_Dunhuang,_Gansu_Province.jpg.

O ouro e a prata provavelmente vinham da Espanha e, depois, do Báltico, onde, no século +1, foram descobertas novas minas. Quanto ao vidro, os orientais pareciam saber que se tratava de um produto da Síria, não tendo dificuldade para localizar sua origem. Devido ao interesse em manter o monopólio das rotas que passavam por seu território, vez por outra os partos devem ter tentado enganar ou trapacear os orientais quanto à origem das mercadorias que negociavam; mas, contanto que fossem respeitadas suas fronteiras, as atitudes de desconfiança arrefeciam em relação aos estrangeiros, o que lhes permitia então serem mais abertos sobre a proveniência dos produtos.



Pericles of Athens

Figura 12.9: Exemplar de pano de seda chinês do século +1. Alguns desses cortes mediam mais de dois metros de altura e comprimento, e, no entanto, não chegavam a 100 gramas de peso. As matronas romanas adoravam usar seda diretamente sobre seu corpo nu, em festas, o que era considerado um sinal de charme, beleza e sensualidade.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Woven_silk,_Western_Han_Dynasty.jpg.

O coral mediterrânico também era extremamente apreciado por chineses e indianos, e os romanos, que não davam muito valor ao mesmo, tratavam de explorá-lo e revendê-lo aos negociantes orientais, interessados no produto pelo seu valor na Ásia. Já o vidro era trocado por quantidades razoáveis de seda, posto que os chineses não conheciam corretamente sua produção e tendiam, desta forma, a confundir-lo com alguma espécie de cristal. Por fim, os bordados e perfumes parecem ter sido provenientes do Oriente Próximo, onde

as províncias romanas produziam-nos em grande quantidade para exportação. Existem também interessantes referências ao tráfico de escravos, que eram apreciados pelas elites chinesas por serem estrangeiros, com cores de pele e feições diferentes das suas, o que constituía um poderoso símbolo de prestígio.



Figura 12.10: Áureo de ouro de Sétimo Severo (+193). Moedas romanas de ouro e prata eram negociadas pelo seu peso ao longo da Rota da Seda. Elas eram consideradas confiáveis, e sabemos hoje, por exemplo, que aproximadamente 1 kg de moedas de ouro romanas compravam 1 kg de pimenta indiana ou 1 kg de seda chinesa crua.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Aureus_Septimius_Severus-193-leg_XIII_GMV.jpg.

No que se relaciona ao Ocidente, porém, não foi preservada (ou talvez não se produziu) nenhuma lista do gênero, comparada à chinesa. Sabemos que, além da seda, os romanos e partos compravam especiarias da Índia, traziam de lá tecidos e objetos exóticos e admiravam profundamente a qualidade do ferro produzido na China.

Na formulação deste sistema de trocas, os centros articulavam a produção das diversas periferias existentes direcionando-as para as vias de comércio estrangeiras. No caso de Roma, vemos que seus metais preciosos vinham, como foi dito, da Espanha e do Báltico; que o vidro e os tecidos provinham da Síria e do Egito; o coral, espalhado por todo o Mediterrâneo, era trabalhado para

confeção de joias em várias partes do Império, inclusive no Norte; e da Escandinávia, região periférica que fazia contato com as províncias romanas, provinha o âmbar, que era vendido em pedra ou utilizado na produção de perfumes na Palestina e em outras partes do Oriente Próximo.



Matthias Kabel

Figura 12.11: Exemplar de copo de vidro feito pelos romanos. Produtos como esse eram admirados por toda a Rota da Seda.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Roman_diatretglas.jpg.

Do mesmo modo, o Império chinês controlava a produção e distribuição da seda, bem como vigiava o trânsito de mercadorias e a cobrança das taxas alfandegárias. Aparentemente, a seda era produzida em toda a China, mas o Sul obtinha melhores resultados pelo seu clima ameno, mais adequado à vida das lagartas, o que, conseqüentemente, favorecia seu rendimento. O monopólio do Estado afetava também a manufatura do ferro, do

sal e de outros produtos negociáveis no estrangeiro. Em Roma, a intervenção do Estado nas atividades de comércio e produção não parece ter sido tão forte, e o seu direcionamento estaria mais espontaneamente ligado ao interesse econômico das elites locais em se articularem ao sistema do Império. Teria sido aí que os chineses receberam a embaixada de An tun em +166. Outras embaixadas (mais provavelmente caravanas) teriam sido enviadas aos chineses nas cidades de Luoyang e em Nanjing, em +226 e +284. Antes disso, porém, os chineses já haviam recebido também embaixadas da Índia (+89 e +105) e de Sumatra (+132), além das comitivas do *Yung yu tiao* de *Shan* (o rei da Armênia) em +89, +106 e +120.

Mas qual o interesse nesses produtos?

Inicialmente, temos de reconhecer que o processo de articulação entre as sociedades da Antiguidade aqui envolvidas se dava através do comércio. Este comércio internacional centrava-se no fluxo de produtos estrangeiros de luxo e de alto valor, utilizados em todas as partes do mundo antigo pelas elites locais para demonstrar seu prestígio e sua força econômica perante suas próprias sociedades (e no caso de Roma e China, também, perante as outras). Esta relação comercial cumpria, como afirmamos, uma função indispensável às sociedades da época: reproduzir as desigualdades internas e externas, tanto através do controle econômico da atividade quanto pela demonstração de prestígio e poder, manifestada pela utilização de mercadorias exóticas e de luxo. O impressionante nessa relação é observar que, em quase todas as partes desse mundo antigo, tal prática se reproduzia, e muitas vezes mediante a utilização de alguns produtos específicos, tais como a seda chinesa.

Desse fluxo intenso, advinham divisas, impostos e taxas que começaram a encher os cofres desses quatro grandes Impérios. O lucro proveniente desse comércio, embora não possa ser mensurado, fica mais do que claro pelas disputas envolvendo a rota, pontos de

venda, etc. No caso de Roma e Pártia, isso ficou demonstrado por uma intensa disputa pelo Oriente Médio, área de grande circulação de riquezas.



Reclamações romanas sobre a Rota da Seda

Embora não tivessem uma ideia exata sobre a Rota da Seda, os romanos estavam atentos ao fluxo de mercadorias vindas do Oriente – e, de vez em quando, preocupavam-se bastante com os gastos na aquisição desses produtos. Um dos intelectuais romanos mais proeminentes, Plínio, o Velho (+23 a +79), engajou-se numa campanha de austeridade, criticando duramente as importações romanas:

Todo ano a Índia, a China e a Arábia levam de nosso império, numa estimativa direta de nossas importações, cerca de cem milhões de sestércios. (...). É necessário que peregrinemos até o fim do mundo para que nossas damas possam envolver sua beleza com transparentes véus de seda, e os homens gastar suas posses na aquisição do brocado (O IMPÉRIO..., 2011).

Fonte: <http://rotasdomundoantigo.blogspot.com/2007/07/imprio-romano.html>

Atitudes como essas não eram comuns entre os romanos, que dependiam dos produtos exóticos para afirmarem seu poder e prestígio perante a sociedade. Contudo, a crítica de Plínio (que seria acompanhada por outros autores) mostrava que o custo dessa prática era alto, e cobraria um preço pesado para a administração romana.

CONCLUSÃO

O estudo das relações entre Roma e China nos possibilita enxergar um panorama do mundo antigo diferente do habitual. Ao analisarmos o processo de construção da Rota da Seda e a consequente estruturação de um sistema mundial de relações econômicas, culturais e políticas comuns aos centros hegemônicos integrantes desta via (incluindo-se aí a Pártia e os kushans), concluímos que, atualmente, a realização de muitas pesquisas no campo dos estudos clássicos necessita dar maior atenção à questão da interação entre o Ocidente e o Oriente na Antiguidade.

A compartimentação das sociedades antigas já foi uma “regra” na História, e durante vários anos os trabalhos do gênero sempre foram orientados a estabelecer suas hipóteses buscando apenas as fontes clássicas tradicionais e os trabalhos arqueológicos localizados. Quando nos deparamos, porém, com a existência deste sistema mundial no período dos séculos -2 ao +2, somos levados a aceitar o fato de que as civilizações, mesmo na Antiguidade, eram capazes de articular teias de relações complexas com as comunidades vizinhas, e que as influências mútuas geravam graus de troca e dependência de padrão razoavelmente uniforme, mas de intensidade variável.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

A Rota da Seda – expressão cunhada no século 19 pelo estudioso alemão Ferdinand von Richthofen – tornou-se assim o maior eixo comercial e cultural de todos os tempos. Até hoje, seu nome é sinônimo de exotismo, aventura, viagens a terras distantes. A seda – objeto por excelência do desejo dos ricos e poderosos da Europa e do mundo

Resposta Comentada

A Rota da Seda cumpria o papel fundamental de fazer circular mercadorias exóticas e caras, cujo valor não era apenas funcional, mas também simbólico: os produtos estrangeiros representavam o prestígio das elites instaladas no poder de seus impérios: chineses, romanos, persas e indianos (e depois, das civilizações que se seguiram). Esta regra vale até hoje: demonstrar a riqueza com mercadorias importadas é um sinal de poder dentro das sociedades atuais que transcende os limites geográficos usuais.

○ Extremo Oriente
na Antiguidade

Referências

Aula 7

BLUNDEN, C.; ELVIN, M. China. In: *Grandes impérios e civilizações*. Lisboa: Edições Del Prado, 1997.

BUENO, André. *História da China antiga*. Disponível em: <<http://china-antiga.blogspot.com/2007/07/concluso.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

CIVILIZAÇÃO chinesa de Marcel Granet. Disponível em: <<http://marcelgranet.blogspot.com/2008/04/vida-dos-camponeses-03.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

CLEARY, T. *A Arte da guerra*. São Paulo: Pensamento, 1999.

_____. *Sabedoria do guerreiro*. São Paulo: Record, 2000.

CONFÚCIO. *O livro dos cerimoniais* (lijij). Macau: Verbo, 1981.

_____. *Os diálogos de Confúcio*. São Paulo: Ibrasa, 1996.

FRAGMENTOS da Lei da Guerra de Sunzi: o que é o método da estratégia?A arte da guerra chinesa: a história da estratégia da China de Sunzi á Maozedong. Disponível em: <<http://estrategiaschinesas.blogspot.com/2011/01/fragmentos-da-lei-da-guerra-de-sunzi.html>> Acesso em: 20 jun. 2011.

GERNET, J. *China antiga*. Lisboa: Emap, 1971.

GRANET, M. *A civilização chinesa*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979.

LOEWE, M. *Everyday life in early Imperial China*. London: Batsford, 1968.

SUNTZU. *A arte da guerra*. Lisboa: Europa-América, 2000.

THORP, R. *Os reinos soterrados da China*. Rio de Janeiro: Abril, 1999.

VANDERMEERSCH, L. *Sabedorias chinesas*. Lisboa: Piaget, 2005.

Aula 8

GERNET, J. *O mundo chinês*. Lisboa: Cosmos, 1969.

GRANET, M. *A civilização chinesa*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979.

JOPERT, R. *O alicerce cultural da China*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

LIN, Y. *A sabedoria de Confúcio*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1958.

NEEDHAM, J. *De la ciencia y la tecnología chinas*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1978.

RONAN, C. *História ilustrada da ciência de Cambridge*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FU-HSI. *I Ching: o livro das mutações*. [S.l.]: Pensamento.

Aula 9

ALLCHIN, B. *Índia antiga*. Rio de Janeiro: Abril, 1998.

ANEQUIN, Guy. Quarenta séculos de indianidade. *Índia antiga: Textos sobre história e cultura da Índia Antiga*. Disponível em: <<http://indologia.blogspot.com/2008/04/quarenta-sculos-de-indianidade.html>>. Acesso em: 29 jun.2011.

COURTILIER, G. *As antigas civilizações da Índia*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979.

DOS VEDAS ao Kama Sutra. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=2105&tipo=acervo&PHPSESSID=726ce1cea7ec25bc237a594352cb438c>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

DUMEZIL, G. *Mythe et épopée*. Paris: PUF, 1968.

FRAWLEY, D. *Aryan invasion of India: the myth and the truth*. Delhi: Motilal Banarsidass, 1993.

_____. *In search of the cradle of civilization*. Delhi: Motilal Banarsidass, 1995.

MULLER, M. *Lectures on the origin and growth of religion as illustrated by the religions of India*. London: Longmans, Green, 1878.

RENOU, L. *Hinduísmo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

RIVIERE, Jean. A Psicologia dos povos históricos. Orientes: visões dos muitos orientes possíveis. Disponível em: <<http://orientika.blogspot.com/>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

WHEELER, M. *Índia e Paquistão*. Lisboa: Verbo, 1970.

Aula 10

ALLCHIN, B. *Índia antiga*. Rio de Janeiro: Abril, 1998

ARVON, H. *O budismo*. Lisboa: Europa América, 1951.

COOMARASWAMY, A. *Hinduísmo y budismo*. Barcelona: Paidós, 1997.

COURTILIER, G. *As antigas civilizações da Índia*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979.

DANIELOU, A. *Shiva e Dionisos*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GATHIER, E. *O pensamento hindu*. Rio de Janeiro: Agir, 1996.

GOSVAMI, S.D. *Introdução à filosofia védica*. São Paulo: Bhaktivedanta, 1994.

JAIN, J. C. *Jainismo*. São Paulo: Palas Athena, 1982.

LEITE, E. *Religiões antigas da Índia*. Rio de Janeiro: Barroso, 2001.

LEMAITRE, S. *Hinduísmo ou sanatana dharma*. São Paulo: Flamboyant, 1958.

O PEQUENO Buda. Direção: Bernardo Bertolucci. Produção: Intérpretes: Ruo Cheng Ying, Chris Isaak, Bridget Fonda, Alex Wiesendanger. Roteiro: Rudy Wurlitzer e Mark Peploe, baseado em estória de Bernardo Bertolucci. Música: Ryuichi Sakamoto. London: Recorded Picture Company, 1993. 1 DVD (140 min.)

RENOU, L. *Hinduísmo*. Lisboa: Arcádia, 1971.

ZIMMER, H. *Filosofias da Índia*. São Paulo: Palas Atena, 1997.

Aula 11

A ARTE de bem governar. 100 textos de história asiática: Índia-China. Disponível em: <<http://asiantiga.blogspot.com/2010/07/arte-de-bem-governar.html>>. Acesso em: 16 set. 2011.

ALBANESE, M. *Índia antiga*. São Paulo: Folio, 2009.

AUBOYER, J. *A vida cotidiana na Índia antiga*. Lisboa: Livros do Brasil, 1969.

AUBOYER, J. Sociedade Maurya. In: CROUZET, M. (Org.). *História geral das civilizações*. Lisboa: Difel, 1958.

AUBOYER, J.; GOEPPER, R. O Mundo oriental. In: _____. *Mundo da arte*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

BANERJEE, R. *Buddhist art in India*. [S.l]: IGNCA, 1993.

DIEZ, E.; FISCHER, K. *India*. Lisboa: Verbo, 1969.

FREDERIC, L. *Dictionnaire de la civilization indienne*. Paris: Laffont, 1994.

JANSEN, E. R. *O livro das imagens hinduístas*. [S.l]: Binkeykok, 1995.

Aula 12

A CHINA Han. Rotas do mundo antigo. Disponível em: <<http://rotasdomundoantigo.blogspot.com/2007/07/china-han.html>>. Acesso em: 20 set. 2011.

ANQUETIL, J. *Routes de la soie*. Paris: JCL, 1992.

BUENO, A. *Roma, China e o sistema mundial nos séculos I ao III d.C.* 2002. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, 2002. Disponível em: <<http://rotasdomundoantigo.blogspot.com/>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

- CIMINO, R. S. *Rome and India*. India: South Asia books, 1994.
- FREZOULS, E. Les relations romano-parthes avant l'époque flavienne. *Ktema*, Strasbourg, v.13, 1993.
- MUQI, C. *The silk road, past and present*. Beijing: Foreign languages press, 1989.
- PELLEGRINI, Luis. Rota da seda: onde caravanas transportavam mercadorias e... idéias. Revista Planeta. Disponível em: <http://www.terra.com.br/revistaplaneta/mat_397.htm>. Acesso em: 20 set. 2011.
- REID, S. *As rotas da seda: invenções e comércio*. Lisboa: Estampa: UNESCO, 2000.
- STRATHERN, P. S. *As rotas da seda: os caminhos terrestres*. Lisboa: Estampa: UNESCO, 2000.
- TEGGART, F. *Rome and China*. California: UCP, 1969.
- THORLEY, F. The silk trade between China and the Roman empire at his height, circa A.D. 90-130. London: Thames & Hudson, 1971.
- XINRU, L. *Ancient china and ancient india: trade on religions exchange AD 1-600*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

